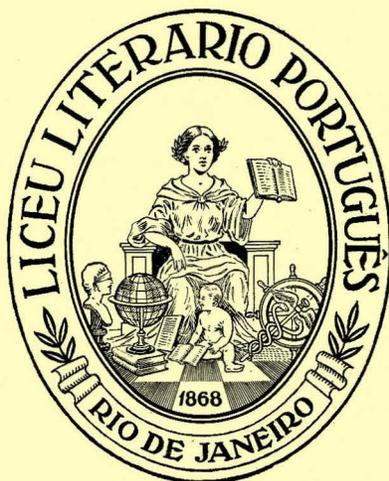


CONFLUÊNCIA

REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

“Per multiplum ad unum”



Nº 2 – 2º semestre de 1991 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

"Per multiplum ad unum"

*"As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: pero
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixaram."*

(João de Barros, *Diálogo em louvor
da nossa linguagem*)



Nº 2 - 2º semestre de 1991 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO
LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

DIRETORIA DO I.L.P.

A. Gomes da Costa (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA

Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118
CEP 20032 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

ESTE NÚMERO DE *CONFLUÊNCIA* CONTOU COM O APOIO ESPECIAL DA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE PORTUGAL E DA TAP AIR - PORTUGAL.

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial. Dr. Antônio Gomes da Costa	5
Protocolo	6
Homenagem a Augusto Epifânio da Silva Dias (E. Bechara)	8
Homenagem a José Leite de Vasconcelos (M. de Carvalho e Silva)	11
ARTIGOS	
Antenor Nascentes	
<i>Basilica e Ecclesia nas línguas românicas</i>	15
Paul Teyssier	
<i>Sobre "o patriotismo lingüístico"</i>	21
Gladstone Chaves de Melo	
<i>Dêicticos e anafóricos na língua portuguesa</i>	25
Valter Kehdi	
<i>Dicionários de regência verbal da língua portuguesa</i>	35
Edith Pimentel Pinto	
<i>O drama de escrever</i>	47
Vittorio Bergo	
<i>A cólera-morbus</i>	53
Aníbal Pinto de Castro	
<i>Camilo, o Brasil e os brasileiros</i>	57
TRANSCRIÇÕES	
Sousa da Silveira. <i>Modificações da forma literária (Revista Brasileira – p.131-138).</i>	67
NOTAS E COMENTÁRIOS	
Olga Zsoldos. <i>O ensino da língua portuguesa na Universidade de Ciências Econômicas de Budapeste</i>	73
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	77
RESENHAS CRÍTICAS	
Maria do Socorro Silva de Aragão. <i>A linguagem regional popular na obra de José Lins do Rego</i> (Evanildo Bechara)	83
José Lemos Monteiro. <i>Morfologia portuguesa</i> (Sílvio Elia)	85
Flávia de Barros Carone. <i>Morfossintaxe</i> (Sílvio Elia)	91
Valter Kehdi. <i>Morfemas do português</i> (Sílvio Elia)	95
Horácio Rolim de Freitas. <i>Princípios de morfologia</i> (Sílvio Elia)	99
Hans Dieter Bork. <i>Die lateinisch-romanischen Zusammensetzungen Nomen + Verb und der Ursprung der romanischen Verb - Ergänzung - Komposita</i> (Evanildo Bechara)	105
NOTICIÁRIO	107
COLABORADORES DESTES NÚMERO	117

EDITORIAL

A pesquisa feita por um grupo de técnicos da Fundação Getúlio Vargas, sob a orientação do Prof. Benedito Silva, chegou a um resultado que nos deve deixar orgulhosos: o Português está em 7º lugar entre as Línguas mais faladas no mundo, calculando-se em 187 milhões o número de pessoas que o usam como meio de comunicação e entendimento.

Estes dados são por si reveladores da importância do nosso Idioma, difundido por um espaço geográfico que compreende o Brasil, da Amazônia ao Chuí; Portugal, com os arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores; os 5 países africanos de expressão oficial portuguesa; o território de Macau, ao sul da China; Timor-leste, entre as milhares de ilhas indonésias; o "Portuguese settlement", na península de Malaca, com o "papiá cristão"; alguns segmentos de goanos; e mais 3 milhões de emigrantes portugueses espalhados por diversos países de acolhimento.

Se por um lado, o fato de termos uma Língua com tantos milhões de utentes nos causa um certo ufanismo, por outro, essa mesma dimensão traz-nos responsabilidades, que vão desde o ensino nas escolas ao enriquecimento vocabular, da criação literária aos cânones gramaticais, da unidade dentro da variedade à beleza da ortofonia.

Temos acompanhado, nos últimos anos, diversas iniciativas no Brasil que demonstram uma nova postura perante o Idioma. Já sem falar dos Mestres e Professores que, dentro e fora das Universidades, consagram a sua vida ao estudo e ao ensino da Língua, permitimo-nos registrar o aparecimento recente do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português; as ações sistemáticas da Academia Brasileira de Filologia; a seção "Na Ponta da Língua" publicada semanalmente pelo jornal "O Mundo Português" sob a direção de vários filólogos e especialistas; os cursos do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura e do Centro Luso-Brasileiro de Cultura, mantido pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, etc. Isso para nos limitarmos àquelas atividades e projetos em que estão mais ou menos envolvidas as instituições e a comunidade portuguesa do Brasil.

Ao louvar o esforço de todos os brasileiros – e são muitos – que se dedicam à nobre missão de defesa e de enriquecimento da Língua Portuguesa – "nossa Pátria", no conceito pessoano – queremos dizer de nossa satisfação por vermos editada esta pesquisa do Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas e agradecer o fervor lusíada do Professor Benedito Silva, a quem tanto devemos por seu trabalho e por seu vigor intelectual.

A. GOMES DA COSTA

PROTOCOLO

Sendo de primordial importância o fortalecimento dos laços que unem todos os portugueses espalhados pelo mundo e constituindo a Língua e a Cultura Portuguesas o elo mais forte dessa união;

Tendo a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, através do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, a difusão da nossa Língua, Cultura, História e Tradição como um dos seus principais objetivos;

Considerando que o Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, criado em 1868, se dedica desde essa data à promoção do Ensino e à divulgação da Cultura Portuguesa;

Considerando ser de particular interesse a divulgação de Portugal, da sua História, Cultura e Tradição junto da Comunidade Luso-Brasileira, objetivo que também o Liceu Literário Português do Rio de Janeiro prossegue com grande empenho e determinação;

é estabelecido o presente Protocolo entre o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, representado pela sua Presidente, Dr^a Maria Rita de Andrade Gomes, e o Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, representado pelo seu Presidente, Dr. Antônio Gomes da Costa, que integra as seguintes disposições:

1 - O Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, adiante designado por IAIECP, com a colaboração do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, adiante designado por Liceu Literário, promoverá iniciativas que visem a preservação e divulgação da Cultura Portuguesa nos seus mais diversos aspectos, através de:

- a) organização de exposições, conferências, semanas culturais e ciclos de cinema portugueses;
- b) lançamento de concursos para jovens sobre o património português no Brasil e sobre a História comum;
- c) divulgação da realidade social e cultural portuguesa por meio do envio de material audiovisual e de publicações;
- d) apoio ao Instituto de História Colonial, para que se intensifique e aperfeiçoe o conhecimento da História comum aos dois países;
- e) apoio ao Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário, para que se torne no futuro um centro de grande prestígio dentro do espaço da lusofonia;
- f) desenvolvimento, em conjunto, de outras iniciativas que sejam de interesse mútuo.

2 - O Liceu Literário compromete-se perante o IAIECP a:

- a) colaborar nas ações que lhe forem propostas, divulgando-as e facultando apoio logístico e financeiro para a sua concretização;
- b) continuar a motivar a Comunidade Luso-Brasileira para um conhecimento tão aprofundado quanto possível da História de Portugal, nomeadamente, dos Descobrimientos Portugueses e suas conseqüências;
- c) sensibilizar a Comunidade Luso-Brasileira para a conservação e preservação do património arquitetónico e cultural de influência portuguesa.

3 - As ações previstas neste Protocolo poderão ser da iniciativa de qualquer das partes e poderão contar na sua concretização com o apoio de outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

4 - O Liceu Literário procurará associar às iniciativas propostas pelo IAIECP todas as instituições que se manifestem interessadas e diligenciará no sentido de as promover e divulgar no maior número possível de regiões.

5 - As ações previstas no presente Protocolo deverão ser inscritas no orçamento das duas entidades, dependendo sempre a sua concretização das disponibilidades financeiras de cada uma das partes.

6 - A programação das ações conjuntas previstas no presente Protocolo deverá estar concluída e aprovada até 30 de novembro do ano anterior àquele a que se referem.

7 - O presente Protocolo entra imediatamente em vigor e será válido por períodos de um ano, automaticamente prorrogáveis, podendo no entanto ser objeto de alteração ou denúncia por qualquer uma das partes mediante aviso prévio de 3 meses.

A Presidente do Instituto
de Apoio à Emigração e às
Comunidades Portuguesas

Maria Rita Andrade Gomes

Lisboa, 01/08/1991

O Presidente do Liceu Literário
Português do Rio de Janeiro

Antônio Gomes da Costa

Rio de Janeiro, 06/08/1991

HOMENAGENS

SESQUICENTENÁRIO DE UM GRANDE MESTRE

Evanildo Bechara
UERJ - UFF

O sete de abril último assinalou a passagem do sesquicentenário de Augusto Epifânio da Silva Dias (07.04.1841 - 30.11.1916), mais conhecido entre os especialistas brasileiros como Epifânio Dias, que pertenceu à plêiade de professores que promoveu a divulgação em Portugal dos modernos estudos lingüísticos desenvolvidos na Europa, especialmente na Alemanha, no início do século XIX. Foi Adolfo Coelho quem fez conhecido, entre portugueses, esse gigantesco edifício chamado Filologia Românica, tarefa que cedo contou com o apoio e a inteligência de Epifânio Dias, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Ribeiro de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, sem contar a figura ímpar de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, alemã de nascimento (e portanto com o convívio direto das renovadoras obras de seus patrícios) e portuguesa pelo casamento com o professor e crítico de arte Joaquim de Vasconcelos.

A Epifânio Dias coube-lhe a tarefa difícil de reformular os compêndios gramaticais destinados ao ensino da língua portuguesa e do latim, introduzindo neles o resultado do progresso dos estudos lingüísticos do seu tempo. Neste sentido contribuiu para uma maior atenção ao capítulo da sintaxe, até então reduzido e, muitas vezes, inexistente. Em 1870, inspirado nos estudos aplicados à sintaxe das línguas clássicas – maxime nos trabalhos de Madvig – e das línguas modernas, escreveu uma *Gramática prática da língua portuguesa*, para uso dos alunos do primeiro ano do curso dos liceus, remodelada em 1876 com o título *Gramática portuguesa* e em 1881, na sua 4ª edição, denominada definitivamente *Gramática portuguesa elementar*, de larga tradição entre os compêndios escolares até quase a terceira década do nosso século.

O papel de pioneirismo que exerceu na renovação dos livros didáticos para o ensino do português, do latim, do grego e do francês – efetivando ainda no domínio do liceu as novas idéias da Filologia Românica e da Lingüística Geral – não o transformou no caturra, de bengala na mão, a distribuir, pela imprensa e pelos livros, castigos e censuras aos perpetradores de solcismos e barbarismos, atividade, por sinal, muito cultivada em Portugal e no Brasil, só muito recentemente minorada, e não de todo extinta.

Sua obra gramatical e filológica, ao contrário, revela um espírito atento não só à historicidade da língua, mas também à potencialidade para encontrar, através do trabalho de seus escritores, novos recursos de expressão. Insurgia-se, todavia, quando a língua possuía correspondente exato à novidade que se queria impor. Quem percorre suas substanciosas anotações à edição de *Os Lusíadas* percebe facilmente o constante cuidado em conservar a lição do texto do vate lusitano, encontrando justificação no latim ou na prática dos escritores portugueses aos pretensos erros de linguagem ali apontados.

Natural era que, estudando historicamente a língua, não tivesse chegado aos autores contemporâneos com a mesma leitura profunda que demonstra dos clássicos e pré-clássicos; nem por isso deixa de ser receptivo ao registro de inovações sintáticas e práticas de linguagem, algumas das quais curiosamente até hoje não merecedoras do beneplácito de gramáticos, puristas e escritores.

Vale a pena trazer à baila que, na *Sintaxe histórica portuguesa*, uma dessas inovações vem justamente abonada com exemplo extraído de *O primo Basílio*. Trata-se do uso sem valor reflexo dos pronomes *si*, *consigo* aplicados à pessoa com quem falamos e a quem tratamos na 3ª pessoa. É novidade do português de Portugal, de explicação ainda discutida, documentada literariamente no século XIX, e que não se popularizou no Brasil. Mesmo em Portugal este uso não mereceu logo aprovação, até entre escritores representativos, como foi o caso de Camilo Castelo Branco.

A novidade de linguagem já vinha assinalada na *Gramática prática* de 1870 (p.120) e repetida na *Gramática elementar* (§ 187,d), sem abonação literária; o recuado na datação evidencia que a observação feita por Epifânio Dias nos compêndios escolares – e, portanto, a consagração como norma – é muito anterior à lição exarada por Meyer-Lübke na sua *Grammatik*, à qual se refere na *Sintaxe histórica*.

Não enfraquece a argumentação da presença de Eça na *Sintaxe histórica* o fato de se tratar de citação indireta, de segunda mão, colhida em Meyer-Lübke. O que é necessário fique patente é que Epifânio não vacilou em registrar um fenômeno lingüístico do português contemporâneo com o testemunho de Eça, bem como arrolar o romancista e *O primo Basílio* entre autores e obras citados no seu último livro, editado postumamente.

Outra construção durante muito tempo considerada errônea, por bárbara, consiste no emprego da preposição **por**, em vez de **de**, a introduzir complemento de substantivo ou adjetivo que exprime disposição de ânimo para com pessoa ou coisa: **amor pelo próximo, respeito pelas leis**.

É importante observar que, num latinista de porte de Epifânio, esta novidade do português moderno encontra registro sem senha e sem comentário desabonador, apenas assinalando a diferença de construção entre a língua atual e a prática entre os clássicos. A lição se encontra, pelo menos, desde o compêndio elementar, na sua versão de 1876:

"No português atual vê-se a preposição **por** empregada depois dos substantivos e adjetivos que exprimem disposições do ânimo para com um objeto, v.g. **respeito pela vida alheia** (em português clássico: **respeito da vida alheia**)."

O teor deste registro evidencia, entre outros casos, que se faz necessária uma edição crítica da *Sintaxe histórica* à altura do que devem os estudos lingüísticos à atividade de Epifânio e mesmo como demonstração de justiça ao desenvolvimento dos estudos lingüísticos em Portugal. Faço este comentário para dizer que a lição exarada na *Sintaxe histórica* – editada postumamente em 1918 – traduz uma posição anterior do filólogo, mais conservadora do que a que se viu no compêndio elementar de 1876, senão vejamos o que diz o § 206:

"Escritores modernos, menos cuidadosos da pureza da linguagem, empregam **por** depois de substantivos e adjetivos que significam disposições do ânimo, ou manifestações de disposições do ânimo em relação a um objeto (v.g. **respeito pela vida alheia**). É galicismo. Em bom português, diz-se, v.g. **sem respeito de equidade nem**

verdade (Sousa, *V. do Arc.*, 1, 148), **sem consideração nem respeito ao bem espiritual dellas** (Id., 1, 257).

Epifânio andou ainda adiantado a gramáticos e puristas ao registrar sem admoestação a possibilidade de elipse da preposição no início de orações subordinadas que funcionam como objeto indireto ou complemento relativo e ainda complementos circunstanciais, do tipo de **preciso (de) que, tenho necessidade (de) que, estou desejoso (de) que, convidado-o (a) que parta**. Sabemos que ainda hoje encontramos gramáticos e puristas que não vêem com bons olhos esta construção.

Acerca do meu último exemplo, cumpre assinalar que Epifânio não só registra a discordância de usos da língua atual para a clássica, mas também em sentido inverso, como procedeu no comentário à estança 3ª do c. VI, v. 3: "**O convida que parta e tome asinha.**"

"No português moderno dir-se-ia 'a que parta'".

Os exemplos deste tipo, se espaço e ocasião houvesse, poderiam ser multiplicados; para não alongar mais este rol de comprovações, limito-me a lembrar um caso de sintaxe que é objeto de repúdio de quase todos os nossos gramáticos: Epifânio (*Sintaxe histórica*, § 347, obs. 1ª) registra sem crítica o emprego da preposição **para** depois do verbo **pedir**, quer se entenda a lição como se a partícula estivesse a introduzir o complemento oracional do verbo (**pedir para falar** ou **pedir para que fale**, em vez de **pedir que fale**), quer como simples possibilidade de elipse do objeto direto **licença**, uso este condenado, entre outros, por Cândido de Figueiredo.

Na sua atividade zelosa de professor e de pesquisador consciente dirigiu críticas muito severas a personalidades políticas e colegas do mesmo ofício, o que lhe causou muitos aborrecimentos e chegou a levá-lo à prisão, da qual foi absolvido por unanimidade, o que o levou a dedicar a sua preciosa edição comentada de *Os Lusíadas* ao advogado Eduardo Alves de Sá. Também os maus alunos tiveram no Mestre um examinador imparcial. Vale a pena recordar esta passagem de um antigo aluno seu, nada menos que Leite de Vasconcelos:

"Como examinador diziam-no terrível, feroz, chamavam-lhe tirano, e não lhe faltaram assuadas nas ruas. Muito se iludia o vulgacho, que confundia a honradez com a maldade, a virtude com iniquícia! O que o Sr. Epifânio era, era espírito justiceiro, retíssimo, que exigia que os examinados possuíssem os conhecimentos necessários para se apresentarem dignamente na sociedade. Só os maus estudantes o caluniavam. Os que com ele aprendiam, ou seguiam com atenção os seus cursos, não duvidavam, nem por instantes, das sinceras intenções do julgador" (*Epifânio Dias*, p.34).

Apesar deste testemunho sincero e humano, a verdade é que o que ficou na memória dos seus contemporâneos e o que passou aos pósteros, foi o juízo que, tão sintética quanto cruamente, emitiu o colaborador da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* sobre o filólogo e o homem, no verbete dedicado a Epifânio Dias:

"Professor e escritor. De origem muito modesta, consagrou-se ao estudo, vindo a ser um dos mais notáveis latinistas e helenistas do seu tempo. Exerceu o professorado nos liceus de Santarém, Porto e Lisboa, alcançando fama de grande severidade, descomedida exigência e severa irascibilidade".

Epifânio Dias, digno de nossa admiração e do nosso respeito, está acima da mesquinhez humana.

CINQUENTENÁRIO DA MORTE DE LEITE DE VASCONCELOS

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

A data de 17 de maio de 1991 assinala a passagem do cinquentenário da morte da mais completa figura de filólogo, lingüista e humanista em Portugal deste século: José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo, ou simplesmente Leite de Vasconcelos, como se tornou mais conhecido em sua terra natal, no Brasil e onde quer que se aprofunde o conhecimento da língua e da cultura portuguesa no mundo. Nascido a 7 de julho de 1858 na povoação de Ucanha, na Beira Alta, pertenceu à gloriosa geração de que fizeram parte Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), Epifânio Dias (1841-1916), Gonçalves Viana (1840-1914), Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), Antônio Augusto Cortesão (1854-1927), Júlio Moreira (1854-1911), Sebastião Rodolfo Dalgado (1855-1922), J. J. Nunes (1859-1932) e outros pioneiros da renovação e desenvolvimento dos estudos filológicos, lingüísticos e literários em Portugal. Nesse grupo sobressaiu o vulto de Leite de Vasconcelos como o "maior erudito" de todos, como bem observou o professor Rebelo Gonçalves.

Nos grandes centros dedicados ao estudo da cultura portuguesa, a data merecia ser comemorada em registros especiais nos meios de comunicação, em artigos na imprensa, em encontros de interessados em fazer reviver a insigne figura do homenageado e dar mais ampla divulgação à imensa obra que nos legou, fruto de trabalho persistente e incansável ao longo de muitos anos: e assim ficaria evidenciado o absurdo de se relegar ao esquecimento, sobretudo no ensino universitário, o nome e a obra de Leite de Vasconcelos, como acontece atualmente, com grande prejuízo para a formação das novas gerações. Para se ter idéia da extensão dos conhecimentos do grande Mestre, veja-se o levantamento da sua bibliografia feita pela pesquisadora Isabel Vilar Cepeda e publicado na poliantéia intitulada *José Leite de Vasconcelos / Livro do Centenário (1858-1958)*, edição da Imprensa Nacional de Lisboa em 1960. Aí estão relacionados 1243 itens (artigos, opúsculos e obras) na mesma disposição do plano adotado em 1924 por Moses Bensabat Amzalak: I - Poesia; II - Etnologia Portuguesa (Generalidades e síntese / A terra / O povo / Etnografia lusitana / Arqueologia propriamente dita / Etnografia moderna / Museu Etnológico Português); III - Filologia (Glotologia geral / Latim / Língua Nacional / Onomatologia / Dialectologia portuguesa propriamente dita / Galego / Linguagens das raças portuguesa e espanhola / Um dialeto espanhol / Provençal / Vários textos); IV - Poligrafia (Numismática, Medalhística, Tesserologia / Biografias / Outros trabalhos); V - Publicações Periódicas; VI - Opúsculos; VII - Críticas Bibliográficas. Acrescente-se ainda a essa impressionante lista bibliográfica de 1958 a publicação de então para cá de outros trabalhos inéditos, como – para citar apenas um exemplo – o volume VI dos *Opúsculos / Dialectologia (Parte II)*, organizado por Maria Adelaide Valle Cintra, com uma notícia introdutória de Orlando Ribeiro (Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, XXIV + 456 páginas).

O meio cultural brasileiro não poderia ficar alheio às homenagens a Leite de Vasconcelos a propósito da data que se comemora, tantas e tão profundas têm sido as

repercussões de sua obra monumental em nosso país, em que exerceu notável e inquestionável influência. Se em Portugal se podem apontar os seus discípulos diretos, que tiveram o privilégio de com ele conviver, no Brasil são dele discípulos indiretos, nos campos da Filologia e da Lingüística Portuguesa principalmente, como leitores atentos dos artigos e livros que publicou, algumas figuras de primeiro plano, entre as quais – para citar apenas os mortos – os professores Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Matoso Câmara Júnior e Celso Cunha. O professor Sousa da Silveira chegou a revelar que, numa fase da vida em que ainda não se definira a sua verdadeira vocação, foi a leitura da primeira edição das *Lições de Filologia Portuguesa* de Leite de Vasconcelos, publicada em 1911, que o convenceu da existência de uma "ciência da linguagem" e, pois, de haver um método rigoroso de apurar os fatos da língua, até então objeto de especulações desencontradas, de controvérsias e polémicas entre os maus gramáticos e estudiosos desprovidos de uma visão segura dos caminhos da Lingüística moderna. Antenor Nascentes teve a lembrança de dedicar "À memória de José Leite de Vasconcelos" o volume II (Nomes Próprios) do seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, editado em 1952; e, respondendo à estranheza de não haver na dedicatória mais que o nome do homenageado, explicou-nos certa vez que considerava absolutamente dispensável qualquer qualificativo para o Mestre que tanto o ajudara em suas investigações nos campos da Etimologia e da Onomatologia de modo particular, tão reconhecido era por toda a parte o valor do que escrevia e divulgava em múltiplas publicações. Serafim da Silva Neto, dos nossos filólogos e lingüistas o que mais se identificou com as diretrizes de Leite de Vasconcelos e mais conheceu os caminhos por ele trilhados, fez da sua obra o magnífico estudo-síntese que se lê nas páginas iniciais do *Manual de Filologia Portuguesa*, de 1952, apontando-o como o "consolidador" em Portugal da renovação dos estudos filológicos e lingüísticos de base científica; e, na comemoração do centenário de nascimento do Mestre, dedicou-lhe o volume 4, tomos I - II, ano de 1958, da *Revista Brasileira de Filologia* sob a sua direção, editada no Rio de Janeiro pela Livraria Acadêmica. Matoso Câmara Júnior, em palestra proferida na antiga Faculdade Fluminense de Filosofia, em Niterói, no mesmo ano do centenário, ressaltou com as seguintes palavras a singularidade da atuação do autor das *Lições de Filologia Portuguesa*: "Os estudos lingüísticos só ganham a devida profundidade quando se alargam para o âmbito da Etnologia". Quanto ao professor Celso Cunha, lembre-se que em seus escritos de reconhecida importância há freqüentes citações de ensinamentos de Leite de Vasconcelos como um dos autores que mais consultou no correr da vida.

No Brasil, as obras de Leite de Vasconcelos que tiveram maior número de leitores entre os estudiosos de Filologia e Lingüística Portuguesa foram *Textos Arcaicos* (com três edições em vida do Autor, em 1905, 1907 e 1922), as já referidas *Lições de Filologia Portuguesa* (duas edições, em 1911 e 1926) e os seis volumes do *Opúsculos* (editados de 1928 a 1938). Um grupo mais restrito teve acesso e leu com proveito outros trabalhos em edições raras, como por exemplo *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (1901) e *O Livro de Esopo* (1906), este último publicado pela primeira vez na *Revista Lusitana* dirigida pelo grande Mestre. Contribuíram ainda mais para a difusão dos seus sábios ensinamentos três edições a que está associado o nome de Serafim da Silva Neto: a terceira das *Lições*, lançada no Rio de Janeiro pela editora Livros de Portugal em 1959; a quarta de *Textos Arcaicos*, lançada em Portugal no mesmo ano pela Livraria Clássica

Editora; e a coletânea de *Estudos de Filologia Portuguesa*, lançada no Rio de Janeiro em 1961 por Livros de Portugal, com um glossário preparado por José Pedro Machado. Foram estes os inestimáveis derradeiros serviços de Serafim da Silva Neto, falecido em setembro de 1960, à propagação das lições dos grandes mestres, no Brasil e em Portugal: as anotações que preparou para a reedição dos dois primeiros livros, e a seleção e organização da matéria desse volume de *Estudos* que não chegou a ver editado.

A vida e a obra de Leite de Vasconcelos já foram objeto de importantes levantamentos, estudos e análises de discípulos e admiradores do extraordinário legado com que tanto valorizou a cultura portuguesa. Entre os primeiros levantamentos bibliográficos desse legado estão os que foram feitos com exemplar devoção por Moses Bensabat Amzalak e por Luís Chaves. Aos interessados em relembrar ou conhecer tal patrimônio cultural são de consulta obrigatória três livros de fundamental significado: a coletânea sob o título *José Leite de Vasconcelos / Livro do Centenário (1858-1958)*, publicada pela Imprensa Nacional, Lisboa, 1960 – com artigos de João da Silva Correia, Oliveira Guimarães, Hernâni Cidade, Manuel Heleno, Rebelo Gonçalves, Orlando Ribeiro, Vitorino Nemésio, Manuel Viegas Guerreiro e a bibliografia de Isabel Vilares Cepeda; o ensaio biobibliográfico de Jaime Lopes Dias sob o título *O Dr. José Leite de Vasconcelos / Elementos Para o Estudo da Sua Vida e Obras*, Lisboa, Livraria Ferin, 1958 – com uma bibliografia por assuntos (ensaio sobre o qual escrevemos, a pedido de Serafim da Silva Neto, uma recensão crítica, estampada no volume 6, tomo I, junho de 1961, da *Revista Brasileira de Filologia*); e o de Domingos de Pinho Brandão sob o título *José Leite de Vasconcelos*, Porto, Empresa Industrial Gráfica, 1959 – com uma bibliografia em ordem cronológica.

Creemos que a melhor contribuição nos últimos tempos ao mais efetivo conhecimento da atuação em tantos campos pioneira do nosso homenageado é a reedição das suas obras, por iniciativa de instituições portuguesas, como por exemplo a Universidade de Coimbra, o antigo Centro de Estudos Filológicos de Lisboa e a Imprensa Nacional – Casa da Moeda. No momento, seria bastante oportuno, no nosso entender, que alguma delas – dando continuidade ao que já foi feito magnificamente – patrocine a reunião e publicação em um ou dois volumes dos ensaios biobibliográficos sobre Leite de Vasconcelos há pouco mencionados, com o acréscimo de outros mais atualizados e completos. Só assim se comprovaria o nosso reconhecimento ao empenho que Leite de Vasconcelos demonstrou em proporcionar aos seus leitores uma visão mais rica e segura da terra e do povo português, com inexcedível e permanente devotamento.

ARTIGOS

BASILICA E ECCLESIA NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Antenor Nascentes

Nota prévia

O presente inédito do saudoso Prof. Antenor Nascentes foi encontrado na biblioteca do mestre pelo Prof. Raimundo Barbadinho Neto. No texto havia, a lápis, esta indicação: Pop. Consultado pelo Prof. Barbadinho sobre a referência, localizei o estudo do dialectólogo romeno Sever Pop "Les termes religieux dans les langues romanes", inserido no *Recueil posthume de linguistique et dialectologie* (p.611-631), publicado pela Societatea Academica Româna, Roma, 1966, que reúne trabalhos do mestre tão cedo roubado à ciência. O texto de Pop, conferência proferida na Universidade de Gand, em 21 de março de 1950 e na Universidade de Estrasburgo, em 27 de março de 1952, é acompanhado de treze mapas coloridos, dos quais um é o referido por Nascentes. Na impossibilidade de reproduzi-lo nas cores originais, substituímos o vermelho pelo cinza escuro e o azul pelo cinza claro. Quanto ao mapa apresentado por Longnon e também referido por Nascentes, não nos foi possível, no momento, localizá-lo em nossas bibliotecas. O inédito de Nascentes, inspirado pelo estudo e pelo convite de Pop ("Il vous reste, mes chers étudiants, une tâche remarquable, celle de continuer ces recherches afin que votre génération apporte, elle aussi, au grenier commun de la spiritualité humaine les fruits de son propre jardin", p.631), é trabalho que documenta sua atividade de romanista e, por isso, *Confluência* presta ao mestre brasileiro esta justa homenagem com torná-lo acessível aos estudiosos de língua portuguesa. Vão daqui nossos agradecimentos aos professores Olavo Nascentes e Raimundo Barbadinho Neto pela oportunidade que nos concederam.

E.B.

Unidade de fé:

A unidade realizada pelo cristianismo, cuja irradiação ultrapassa as quatro unidades (as das línguas: indo-européias, romanas, germânicas, eslavas), constitui uma **unidade de fé**, de importância hoje cada vez mais evidente.

Dois termos pertencentes à terminologia religiosa: BASILICA E ECCLESIA.

1. Breve resumo histórico.

No decorrer dos três primeiros séculos, o cristianismo não tinha ainda penetrado numa boa parte da Europa.

Vêm-se no mapa, em vermelho, as regiões em que já se tornou cristã quase a metade da população e, em azul, aquelas em que, na Europa, em várias regiões costeiras, o cristianismo é, nesta época, muito influente.

A maior parte da Europa era ainda pagã antes do edito de Milão de 313, pelo qual o imperador Constantino proclamou o princípio da tolerância religiosa.

2. Termos que designam o edifício do culto cristão.

Os termos empregados para designar o edifício do culto cristão não são todos documentados na mesma época.

Os mais importantes são entretanto **basilica** e **ecclesia**, aos quais se juntaram, mais tarde, os seguintes:

altare, "igreja de ordem secundária";

oratorium, "lugar consagrado à prece";

capella, "primitivamente pequeno capucho de um pequeno manto", mais tarde "todo o edifício religioso";

monasterium, "mosteiro", e, no fim da idade média, uma "igreja";

cella, primitivamente "o lugar em que se conservam as provisões", mais tarde, "santuário".

Estes termos deixaram traços na toponímia das línguas românicas, sem que sejam hoje empregados como substantivos comuns.

3. O termo grego KURIAKON empregado nas línguas românicas.

Antes de empreender o exame do termo **BASILICA** nas línguas românicas, é preciso lembrar que as **línguas germânicas** empregam, para designar o edifício do culto cristão, a palavra grega **KURIAKON** (tornada **KURIKON**). Foi tomada à língua grega no século IV, pelos godos que habitavam a Criméia, e que ali mesmo receberam o batismo da Igreja Cristã.

A palavra se encontra hoje em todas as línguas germânicas: o alemão **Kirche**; o neerlandês **Kerk**; o inglês **Church**, etc.

Os missionários não transmitiram às línguas germânicas o latim **ecclesia**.

O termo eslavo **tsarky** parece representar um empréstimo feito ao gótico.

Poder-se-ia estudar com proveito a irradiação do termo grego **KURIAKON** nas línguas germânicas e eslavas, assim como na toponímia desses domínios lingüísticos, considerando-se que são conhecidos os primeiros centros cristãos que contribuíram para a propagação do cristianismo.

4. Basilica em latim.

Na Roma pagã, **Basilica** designava um grande edifício de um só corpo de construção, onde os magistrados distribuíam justiça; os pórticos inferiores eram ocupados pelos mercadores.

A questão de saber como de **Basilica** "habitação real", "sala pública", se derivou o edifício do culto cristão não está ainda definitivamente resolvida.

Não sabemos, por exemplo, se a planta basilical repousa na casa romana ou na basílica romana, ou ainda se a sua disposição é inteiramente original.

A basílica cristã primitiva não abarcava o campanário. Erguia-se, não longe do edifício, uma pequena torre que continha os campanários (*Enciclo. ital.*).

Antes que seja elucidada a parte arqueológica, é muito difícil conhecer exatamente a evolução semântica do termo **Basilica**.

5. Basilica entre os cristãos.

Isidoro de Sevilha (560-636), organizador da Igreja da Espanha, sábio prelado da Idade Média, disse, no seu dicionário, que o termo **basilica** designava outrora "a habitação real"; os cristãos adotaram o termo para designar os lugares do culto cristão, porque é neles que se realiza o sacrifício em honra de Deus, Rei dos reis.

Quando os cristãos puderam construir os seus primeiros monumentos de culto, o termo **Basilica** foi o que estava mais a seu alcance para designá-los. Na escolha da palavra, foi dado relevo ao elemento "lugar do culto" e não ao elemento "lugar público".

Ao tempo das perseguições, é evidente o elemento "lugar do culto"; as reuniões dos cristãos se realizavam nas catacumbas.

O termo **Basilica**, no sentido de "lugar de culto dos cristãos", não é reconhecido em Roma senão após Constantino, isto é, a partir do século IV.

São Jerônimo, célebre Padre da Igreja (331-420) e a quem se deve a tradução completa da Bíblia em língua latina (chamada *Vulgata*), emprega já o termo **Basilica** com a significação de "pequena igreja", "capela".

Deve-se reter mais particularmente a significação de "pequena igreja", e a data do quarto século, a partir do qual **Basilica** é oficialmente atestada.

6. ECCLESIA em latim.

A palavra latina **ecclesia** representa o grego EKKLESIA, significando "assembléia", "reunião". O termo se aplicava ou à assembléia efetivamente reunida, ou ao corpo social suscetível de reunir-se.

Da significação material, passou-se ao sentido moral de grupo, espécie de sociedade ideal. O termo convinha muito bem aos primeiros cristãos, cuja assembléia é unida por um laço espiritual.

Chega-se, assim, à significação de "assembléia dos primeiros cristãos para celebrar o culto", empregada por **Tertuliano**, um dos Padres da Igreja, morto aproximadamente em 240.

O termo **sinagoga**, que todavia tinha o mesmo sentido, não prevaleceu; é que estava exclusivamente reservado aos judeus; no Novo Testamento tem sempre sentido pejorativo.

Desde a idade apostólica, **ecclesia** designa a **crandade local**, no sentido dos diferentes grupos. É neste sentido que S. Paulo fala das Igrejas de Corinto, Éfeso, etc.

No singular, o termo denomina a sociedade espiritual que agrupa os cristãos no mundo: **Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam** (M.XVI.18).

Alargou-se a acepção original e o vocábulo passou a designar todo local em que se reuniam as comunidades cristãs para celebrar as cerimônias religiosas.

7. Conclusão.

Desde a época apostólica, havia dois termos para designar as comunidades cristãs – **Basilica** e **Ecclesia**, que parecem ser mais ou menos sinônimas.

a) Basilica

O exame mais aprofundado da dispersão do termo **basilica** nas línguas românicas nos leva à seguinte conclusão:

O sentido de "pequena igreja", "capela", testemunhado pelos escritos de S. Jerônimo, parece indicar a real significação do termo **basilica** no vocabulário dos primeiros cristãos.

O fato é de grande importância, porque ajuda a compreender a sobrevivência do termo nas regiões mais periféricas da România, isto é, nos lugares em que a oposição entre o mundo pagão e o mundo cristão era mais viva, e onde as pequenas comunidades cristãs constituídas não podiam ainda dispor, para suas reuniões, senão de **pequenas capelas**, ou de **pequenas basílicas**.

Não conhecendo **basilica**, no latim oriental, senão a significação de "pequena igreja" e de "igreja" em geral, o termo indica **uma penetração por intermédio de missionários, pertencentes aos primeiros séculos do cristianismo**.

S. Jerônimo é o melhor colocado para apreender o exato significado do termo **basilica**, se considerarmos suas numerosas viagens e suas permanências prolongadas na Itália, Gália, nos confins da Arábia, na ilha de Chipre, em Alexandria, em Belém, em Estridão na Dalmácia, sua terra natal.

b) Ecclesia

O termo **ecclesia** foi certamente, com relação ao vocábulo **basilica**, uma palavra erudita empregada pelo alto clero e pelos pregadores (cf. Schorta, *Dr. G.*, **baselgia**).

Esta opinião – parece-me – está indiretamente confirmada pela completa ausência, no latim do Oriente (em romeno) do termo **ecclesia**, empregado provavelmente com mais frequência após o edito de Milão (313) pela Igreja ocidental, em vias de organizar-se mais metodicamente.

8. BASILICA nas línguas românicas.

São apenas duas as regiões da România que conservam **hoje** o antigo termo **Basilica** para designar a igreja:

1^o) o romeno: **biserica**

2^o) o ladino ("romanche"): **baselgia**

O mesmo termo foi também empregado por duas outras línguas românicas:

1^o) o dalmata

2^o) o sardo

Conclusão: Só nas regiões do mundo romano eminentemente conservadores, isto é, na Dácia, na Récia, na Dalmácia e na Sardenha, é que se conservou o termo **basilica**.

9. Basilica na toponímia.

O termo **basilica** se encontra um pouco por toda parte na toponímia dos territórios onde é empregado como apelativo, isto é, na Romênia, na Récia, e na Itália do Norte.

Basilica é constatado também na toponímia francesa. Para dar exemplo da importância de uma pesquisa de toponímia, apresento, num mapa, os dados fornecidos, a respeito por Auguste Longnon em seu célebre trabalho *Les noms de lieu de la France* (Paris, 1920-1929).

O mapa indica, em vermelho, os departamentos franceses onde os nomes de lugar testemunham o antigo emprego do termo **basilica**. Trata-se de quatro regiões, sendo mais importante a constituída pelo norte do país.

10. Ecclesia na toponímia francesa.

No mesmo mapa são indicados, em azul, os departamentos franceses cuja toponímia atesta nomes de lugar representando formas saídas do latim *ecclesia* (Longnon, 344-45). É menor o número de departamentos. Trata-se de preferência do sul da França.

A irradiação do termo *ecclesia*, empregado pelo alto clero, **deve estar em relação** com as dicoceses e as sedes episcopais.

Conclusão: Graças a um resumo dos dados fornecidos pela toponímia, estamos em condições de afirmar que *basilica* foi propagado também na Gália e que a preferência por *ecclesia* não se deu senão em época tardia, quando da reorganização das províncias eclesiásticas provavelmente no século VIII, época em que a ação dos centros episcopais se acentua enormemente.

Este exame me permite insistir ainda uma vez na necessidade absoluta de que o pesquisador examine também os dados da toponímia, que encerram muitas vezes um bom número de apelativos caídos em desuso.

11. ECCLESIA nas línguas românicas.

O termo *ecclesia* é geralmente empregado nas línguas românicas do Ocidente:

Italiano: **chiesa**

sardo: **keya**

francês: **église**

provençal: **glieisa**

catalão: **esglèsia**

espanhol: **iglesia**

português: **igreja**

O termo penetrou no albanês (Kisë), basco e bretão; este fato indica uma tardia influência religiosa secundária.

12. Monasterium.

Verifica-se, também, na parte ocidental (vale do Reno e Suíça ladina) a penetração de um novo sinônimo, o termo *monasterium*, tornado *motye*, etc.

A palavra *monasterium* não aparece senão no declínio do período romano, para designar o que chamamos mosteiro.

No fim da idade média, o termo tomou o sentido quase que exclusivo de *igreja*.

Encontra-se na toponímia de muitas regiões.

Conclusão: O exame sumário empreendido permite-nos reconhecer o papel importante que desempenhava *ecclesia* no mundo cristão ocidental, que se encontrava constantemente em contacto muito estreito com o centro do catolicismo. Só a Récia pôde subtrair-se a essa poderosa influência léxica.

13. Um mapa da România.

Para avaliar a importância das nossas pesquisas, podemos apresentar, num mapa da România, as duas grandes áreas léxicas:

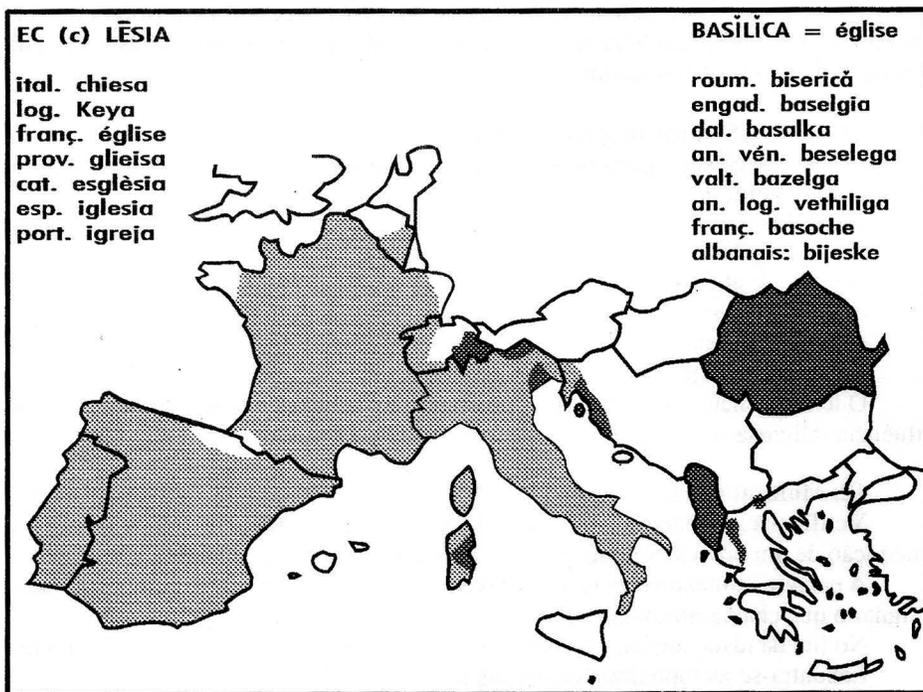
1) A **primeira, em vermelho**, indica os territórios que empregam em nossos dias o termo *basilica* para designar o lugar do culto cristão.

Trata-se do domínio lingüístico **românico** (com os dialetos) e do "romanche" (ladino) da Suíça.

As duas regiões estavam, talvez, em contacto mais estreito antes do século VI, data da chegada em massa dos eslavos nas regiões situadas perto do mar Adriático.

É preciso acrescentar a esses territórios o **domínio dalmata** e o **sardo central**, cujos documentos lingüísticos atestam o emprego de **basilica**, como também os departamentos da França (indicados por grandes pontos vermelhos), em que a presença do termo é provada pelos nomes de lugares.

2) a **segunda, em azul**, indica o resto da România, isto é, o **italiano, o sardo, o francês, o franco-provençal, o catalão, o espanhol e o português**, que empregam correntemente o termo **eclesia**.



Conclusão geral:

Não é preciso espírito de letrado para compreender a importância capital que apresenta, para a **unidade espiritual**, o emprego de dois termos apenas para designar o lugar do culto dos cristãos e isto em cerca de 300.000.000 de indivíduos, se se tomam em consideração os países românicos da América latina.

Minha última palavra é uma pergunta elementar e ansiosa: por que não tentamos ainda, esclarecer os pontos lingüísticos que **nos unem há quase vinte séculos?**

SOBRE "O PATRIOTISMO LINGÜÍSTICO"

Paul Teyssier
Universidade Paris-Sorbonne

O patriotismo lingüístico consiste em "defender" e "ilustrar" a língua nacional. Dizer que o humanismo favoreceu o incremento de um tal patriotismo parece, à primeira vista, paradoxal, uma vez que a língua normal dos humanistas era o latim, e não qualquer das diferentes línguas "vulgares", e que, em toda a Europa, a emergência das línguas nacionais se deu em detrimento do latim. Mas o paradoxo é apenas aparente: favorecendo o progresso geral da cultura e das letras, o humanismo devia fatalmente chegar a esse resultado, porque toda cultura que se desenvolve exige um instrumento original de expressão. Poder-se-ia dizer, empregando um vocabulário contemporâneo, que, por intermédio da língua latina, na aparência alienante, o humanismo transmitia mensagens que deviam levar à liberação, à "descolonização" cultural, à autonomia lingüística. É, aliás, característico que os escritores que mais contribuíram para fundar em dignidade as grandes línguas nacionais da Europa tenham sido humanistas: Petrarca na Itália, Nebrija na Espanha, os poetas da *Pléiade* em França.

Mas o caso de Portugal é mais complexo. Nesse país a língua nacional não devia somente afirmar-se, como aliás, por toda a parte, em relação ao latim: tinha também de impor-se contra um rival que ameaçava sufocá-la em seu próprio território, – o espanhol, ou mais exatamente o castelhano. Sabe-se que desde meados do séc. XV o bilingüismo luso-castelhano era de regra entre todos os portugueses cultos. Quem quer que soubesse ler e escrever era levado a praticar as duas línguas. Tal bilingüismo era favorecido pelos casamentos dinásticos, as inumeráveis trocas de pessoas e também pelo estreito parentesco do castelhano e do português, que, mais que duas línguas diferentes, apareciam aos homens desse tempo como dois dialetos de uma só língua. Foi assim que, na época do humanismo, os portugueses falavam e escreviam simultaneamente o português e o castelhano. Foi em castelhano que alguns dos maiores escritores do tempo, como Gil Vicente ou Camões, compuseram parte de sua obra. Houve até portugueses que, como Jorge de Montemor, – perdão, Jorge de Montemayor ! –, o autor da *Diana*, abandonaram completamente a língua materna em proveito do castelhano.

Ora, numa data que fixaremos provisoriamente, por falta de coisa melhor, em 1536, ano da publicação da *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, surge um movimento tendente a "defender" e a "ilustrar" a língua portuguesa e, por via de conseqüência, a recusar o bilingüismo luso-castelhano. Os representantes desse movimento eram todos homens penetrados de cultura humanista, como o próprio Fernão de Oliveira, ou como João de Barros, que também publicou em 1539-1540 uma *Gramática* seguida de certo número de diálogos, dentre os quais um *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ou ainda como Jerônimo Cardoso, autor do primeiro dicionário latino-português e português-latino. No domínio da literatura pura, o exemplo mais característico dessa tendência é o de Antônio Ferreira (1528-1569). Enquanto o iniciador da literatura de inspiração italianizante, Sá de Miranda, praticava largamente o bilingüismo luso-castelhano, os gramáticos e escritores que acabamos de mencionar

recusam-se a escrever uma só linha em castelhano. Encontra-se nessa atitude o mesmo patriotismo fundamental que vimos atuante em todos os humanistas portugueses. Nele percebe-se mesmo o espírito de cruzada. Tal como para os espanhóis a língua castelhana deve ser "compañera del imperio", assim também a língua portuguesa deve tomar posse das terras conquistadas. E nossos gramáticos, como bons humanistas, justificam tal imperialismo lingüístico arrimando-se à autoridade da Antigüidade, da Antigüidade romana, bem entendido. "E o mais certo sinal", diz João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, "que o Romano pode dar ser Espanha súdita ao seu império não serão suas corônicas e escrituras, ca estas muitas vezes são favoráveis ao senhor de quem falam, mas a sua linguagem que nos ficou em testemunho de sua vitória"... O tempo poderá destruir os **padrões** deixados pelos portugueses em terras longínquas: "peró não gastará doutrina, costumes, linguagem que os portugueses nestas terras leixarem". Que glória ver crianças etíopes, persas ou indianas, em regiões onde nunca se ouviu a fala dos romanos, "aprenderem a nossa linguagem com que possam ser doutrinados em os preceitos de nossa fé"!

Pertencerá a Antônio Ferreira, que fez seus estudos em Coimbra durante a "primavera" humanista que evocávamos há pouco, pôr em prática mais do que ninguém esse patriotismo lingüístico. A "defesa e ilustração da língua portuguesa é, com efeito, um dos temas principais de seus *Poemas Lusitanos*, publicados muito tempo após sua morte por seu filho Miguel Leite Ferreira. O poeta imagina que a posteridade conservará dele a lembrança de alguém que foi o amigo de sua língua: "Ah Ferreyra, dirão, da língua amigo!". Numa epístola a Pero Andrade Caminha, ele recorda que os gregos, os romanos, os castelhanos, os franceses e os italianos todos eles cultivaram, enriqueceram e ilustraram sua própria língua, ao passo que os portugueses desprezam a sua a ponto de preferirem a ela uma língua estrangeira. Reprova a Pero de Andrade Caminha ter, ele também, utilizado o castelhano, e exclama:

Floreça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já onde for
Senhora vá de si, soberba e altiva!
Se tèquei esteve baixa e sem louvor,
Culpa é dos que a mal exercitaram,
Esquecimento nosso e desamor.

Que esse patriotismo lingüístico seja o resultado direto das lições que Antônio Ferreira recebeu em Coimbra durante os anos em que o humanismo parecia lá triunfar, eis o que seu filho proclama sem ambigüidade na dedicatória dos *Poemas Lusitanos* a Filipe II. Aí relembra ele a obra do rei D. João III, que "reviveu o estudo das letras e por quem a Universidade, que o grande rei D. Dinis tinha fundado em Coimbra e sido depois transferida para Lisboa, foi adrede reinstalada em Coimbra, de sorte que pareceu tratar-se de uma criação antes que de uma reforma". Declara ainda que "toda a nobreza do reino ocorreu para ela com um fervor novo para aí se instruir" e que seu pai, depois

de nela ter feito os estudos, quis mostrar "que a língua portuguesa não é inferior a nenhuma outra em riqueza de vocabulário nem em gravidade".

*

Texto extraído da lição de encerramento do XXIº Colóquio Internacional de Estudos Humanistas intitulada "O Humanismo português e a Europa" lida em 13 de julho de 1978 na Universidade de Tours, publicada nas *Atas* do Colóquio, Paris, 1984 e republicada na coletânea editada pelo Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1990, *Etudes de Littérature et de Linguistique*, a que pertence o texto supra, p. 21-25. A tradução do original francês é do Prof. Sílvio Elia e foi revista pelo Autor, com exceção dos trechos do *Diálogo* de João de Barros, que pertencem à edição de Luciana Stegagno Picchio.

DÊICTICOS E ANAFÓRICOS NA LÍNGUA PORTUGUESA

Gladstone Chaves de Melo
UFF

Não me consta que sobre esta matéria e relativamente ao português já se tenha publicado algum artigo ou breve ensaio. Por isso me parece útil expender aqui algumas pertinentes considerações, talvez suscitadoras de um estudo monográfico de maior fôlego e com ampla documentação. Nesta linha de sugestões e de suposto estímulo, aqui e ali fugirei do estrito campo gramatical para inserir notas estilísticas. Até porque a Estilística, como a entendo, não se opõe à Gramática: antes a ela serve, qual gentil irmã mais nova, apostadas ambas em estudar a sério e a fundo a língua, com descrevê-la bem e pôr de manifesto suas virtualidades.

Outro não é, aliás, o pensamento de um mestre da categoria de Marcel Cressot:

La plupart de nos étudiants se destinent à l'enseignement. J'aimerais que ce petit livre les aidât dans leur période d'apprentissage et dans leur vie pédagogique; qu'ils comprissent que la tâche d'un professeur de grammaire se ramène essentiellement à ceci: faire goûter, dans la vie, dans l'intelligence, dans la joie de la découverte quotidienne, les incomparables possibilités de notre langue maternelle; et, les ayant fait comprendre, faire aimer cette langue; et, lui ayant assuré l'amour, lui assurer le respect.

(Le style et ses techniques, huitième édition... Paris, PUF, 1974, p.7)

Começo dizendo que a **dêixis** é uma pauta, um ponto-de-referência, um critério de classificação e interpretação de elementos que entram na feitura dessa esfinge que é a linguagem articulada.

Todo ato lingüístico, toda comunicação se realiza num determinado contexto em que entram o a que chamo "coordenadas fundamentais", o espaço e o tempo. O falante, narrador, emissor abre o circuito lingüístico num lugar, num momento, numa situação. Em linguagem mais filosófica, num **hic et nunc**, o que vai pôr-se de acordo com o que muitos lingüistas de hoje denominam **atualização**, ou seja, trânsito do abstrato e virtual do "sistema" para o concreto e existencial da fala.

Ainda aqui não estamos longe da Filosofia Clássica. Esta fala em **potência** e **ato**, componentes (complementares) de todo ser criado. Na **potência** temos o "poder ser", a "capacidade", o como impulso para o ser; **no ato**, a efetivação, a existência, a realização. Então, a "língua", como sistema, é como uma potência, que, pela chamada da vontade (ou, eventualmente, do **élan vital** bergsoniano), se traduz em **fala**, nesta **fala**, neste **discurso**, neste **texto** – vindos sempre à flux, à tona, ao existente em certa hora, em certo lugar, dirigida a certa pessoa, a certas pessoas, a infinitas pessoas ausentes, mas presentes **in intentione**.

Não se estranhe esta, por assim dizer, "planisferização". Dizem de Miguel Ângelo, que, forçado por seus invejosos inimigos a pintar a Capela Sistina, por fim se descobrira também pintor, e exclamara: "ad aeternitatem pingo". Mas não precisamos

ir ao Buonarotti e às lendas tecidas em torno dele: nosso Camões proclama que será eternamente conhecido, porque em qualquer tempo futuro ou lugar remoto seu "recado" será ouvido, sua mensagem será descodificada.

– No meu poema, ó Rei,

Vereis amor da pátria, não movido
De prêmio vil, mas alto e quase eterno,
Que não é prêmio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.
(Lus., I, 10)

A dêixis, pois, se situa na **atualização**, e por ela, **stricto sensu**, se entende a função mostrativa da fala. Daí porque certos lingüistas admitem uma **dêixis mímica**, que ocorrerá quando o emissor aponta com o dedo, ou com os olhos, ou com o volver do rosto a coisa a que se refere e que quer trazer para o contexto. Os outros recursos, da própria linguagem articulada, seriam (ou serão) **dêixis verbal**. Não faltam lingüistas, discípulos conscientes ou inconscientes de Marcel Jousse, para quem a mostração por meio de palavras seria "gesto verbal".

*

Hoje em dia vem sendo muito utilizado em Lingüística, geral e aplicada, o cômodo e fecundo esquema da dêixis. O conceito moderno (e discutível) de pronome, que me parece vir de Sweet, foi elaborado a partir da dêixis: o pronome seria uma palavra eminentemente dêictica, não só quando substitui o nome mas também quando o "apoia", por assim dizer, tirando-o do limbo das essências, situando-o neste ou naquele lugar ao sol (mas polarizado sempre nas pessoas gramaticais), referindo-o possessiva ou afetivamente aos abridores e mantenedores do circuito, ou ainda a terceiros.

Porém, de mais longe remonta o conceito de **dêixis**. Brugmann, em 1804, já tratava do assunto e já falava em quatro modalidades, especificadas segundo o modo de relacionar as coisas ou os conceitos do mundo exterior, relacioná-los e integrá-los no circuito lingüístico: **der-Deixis**, **ich-Deixis**, **du-Deixis** e **jener-Deixis**.

Particularmente feliz, a meu aviso, é a proposta, nova, de Bühler (que de psicólogo se fez lingüista respeitado e forçosamente citado). O mestre vienense fala em *Deixis am Phantasma*, ocorrente quando o falante (ou emissor) apela para a memória do ouvinte (ou destinatário, ou receptor) e transpõe-no a um passado conhecido e amado, mostrando-lhe o que de ver, fazendo-o ouvir sons e ruídos, sentir cheiros e fragrâncias, degustar manjares, frutos, ou doces lembranças. Ocorrente também quando o mesmo comandante, ou seja, emissor mergulha o receptor (ou destinatário, ou leitor, ou ouvinte) no reino da fantasia construtiva e aí lhe mostra isto ou aquilo, apontando (com o dedo ou com a palavra) mil componentes da paisagem irreal, mas possível e eventualmente realizável num futuro, previsto, digamos, na ciência divina dos "futuros contingentes" ou dos "futuríveis" (muita vez numa total subversão do tempo, porque "o poeta é um fingidor").

É o que acontece, por exemplo (e que exemplo!), na fala de Tétis a Vasco da Gama, a partir da estância 76 do canto décimo do *Os Lusíadas*.

A deusa toma o "valeroso capitão", transporta-o a um lugar eminente e aí passa a mostrar-lhe coisas, começando pela "máquina do mundo":

Vês **aqui** a grande máquina do mundo,
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foi do saber alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e **sua** superfície tão limada
É Deus, mas o que é Deus ninguém o entende,
Que a **tanto** o engenho humano não se estende.
(X, 80)

E continua: "Este, que primeiro vai cercando / Os **outros** mais pequenos...

Aqui, só verdadeiros, gloriosos
Divos estão, porque eu, Saturno e Jano,
Júpiter, Juno fomos fabulosos,
Fingidos de mortal e cego engano:
Só pera fazer versos deleitosos
Servimos, e, se mais o trato humano
Nos pode dar, é só que o nome **nosso**
Nestas estrelas pôs o engenho **vosso**.
(X, 82)

"Olha **estoutro debaxo**...; olha, por **outras** partes, a pintura...; olha a Carreta, atenta a Cinosura...; olha o Cisne morrendo, que sospira, a Lebre e os Cães, a Nau e a doce Lira...

Debaxo **deste** grande firmamento,
Vês o céu de Saturno, deus antigo...

E vai por aí, agora mostrando cidades, campos ferazes, bosques olorosos, frutos apetitosos: "Vês Europa cristã, Vês África, Vê do Benomopata o grande império, Olha as casas dos negros; Olha **lá** as alagoas donde o Nilo nace, Olha as Arábias três, olha a terra que corre, até que cerra outro estreito de Pérsia; Olha o Monte Sinai, que se enobrece co sepulcro de Santa Caterina; Olha as portas do estreito que fenece na seca Adem... **Aqui** a cidade foi que se chamava Meliapor, formosa, grande e rica..." (cf. X, 89, 92-100, 109).

Percorrendo o texto, encontramos dezenas de palavras mostrativas, que permitirão, a par da fantástica viagem, a ministração, a discentes interessados, do conceito de **dêixis**.

Na "Confidência do Itabirano", Carlos Drummond de Andrade nos mostra, apontando-o, "este couro de anta, este S. Benedito", obra de um santeiro de lá, "Alfredo Duval".

José de Alencar começa *Iracema* mostrando-nos "aquela serra", muito além da qual nasceu "a virgem dos lábios de mel", remota, mas, logo em seguida, próxima, presente, atuante.

*

A **anáfora** é uma variante da **dêixis**. Eu diria, para começo de conversa, que, enquanto uma situa as coisas e os conceitos no espaço e no tempo do circuito lingüístico, a outra, a **anáfora** aponta para as palavras, no discurso ou no texto.

Também aqui tiveram os especialistas de ir ao abastecedouro comum – "Qui nous délivrera des grecs et romains?" – a língua grega.

A palavra, evidentemente ligada ao verbo **anaphorein**, "mostrar levantando e em atitude de ofertório", a palavra teve seu primeiro emprego, como termo técnico, na liturgia.

As liturgias orientais, ricas, pomposas e variadas, compunham-se de muitas orações, gestos rituais e leituras de textos sagrados. Porém todas tinham uma parte nuclear, particularmente sagrada, íntima, invariável, precisamente chamada **anáfora**. A liturgia romana, de base antioquena, também tem **anáfora**, ou seja, a parte central e essencial da missa, em que se realiza a transubstanciação (pelas palavras consecratórias) e a consumpção, isto é, a comunhão, de celebrante e fiéis. Tudo isto anunciado por um "prefácio", bastante vário, mas sempre convidante à adoração, em uníssono com os anjos e santos do céu. A liturgia tridentina chamou-lhe **cânion**, e a vaticana chamou-lhe **oração eucarística**, que são hoje quatro.

Também a Retórica se valeu do nome, e com ele batizou a repetição de palavras ou expressões no início da frase ou do período, com as variantes **analepse** e **epanáfora**.

*

Por outros caminhos, é bem de ver, andou a Lingüística: utilizou o consagrado termo para caracterizar palavras ou segmentos frasais anteriormente expressos, ou, agora com a variante **catáfora** (por alguns preferida), para antecipar, anunciar, apontar, privilegiar sintagmas que estão por vir na seqüência do discurso.

Os elementos verbais empregados na **dêixis** recebem, acadianamente, o nome de **dêicticos**, e de **anafóricos** os apontadores do "antes" e do "depois" no correr do discurso.

Como se disse no começo, o conceito de **dêixis** veio a ser uma pauta e um critério para o árduo problema, lógico, da classificação das palavras.

Desde Aristóteles se sabe que há duas espécies de palavras densas de significado e significado próprio, o **nome** e o **verbo**. As mais palavras que entram, necessariamente, na trama do discurso têm função e valor ancilar – **sincategoremáticas** chamou-lhes o Estagirita.

Vendryes, que não conheceu o fundador do Liceu, propôs, no seu nunca envelhecido *Le Langage*, uma classificação de palavras muito semelhante à do mestre grego, dando às **sincategoremáticas** o nome de **outils grammicaux**.

Aqui é que vamos situar os **dêicticos** e os **anafóricos** da língua portuguesa.

Palavras mostrativas, das quais as primeiras que saltam aos olhos, as primeiras que respondem "presente" são... os demonstrativos. O português é bastante rico deles, já que os possui de primeira, de segunda e de terceira pessoa (que, a rigor, não existe, só tem tal nome por não ser a primeira nem a segunda):

este, esta, isto
esse, essa, isso
aquele, aquela, aquilo.

Em tempos passados, o idioma foi, no caso, mais opulento, uma vez que ainda dispunha das variantes **aqueste, aquesta, aquesse, aquessa, elo, esso**.

Os textos arcaicos não nos permitem decifrar se diferença havia, de denotação ou de conotação, entre **este** e **aqueste**, **esse** e **aquesse**. Parece que não. Seriam demasia, de si pouco duráveis, em **outils grammicaux**. Então, obedecendo à "lei da repartição", caíram em desuetude.

Este, esse e aquele situam as coisas, as impressões, os conceitos, pondo-os ora no espaço, ora no tempo. O ponto de partida, o ponto de referência, é sempre o **eu**: daí porque certos lingüistas falam em **dêicticos egocêntricos**.

Este refere-se a coisas que estão no falante, no emissor: **esta gravata, estes óculos, "estes olhos que a terra há de comer"**; "... é de lá que trago **este** orgulho, **esta** cabeça baixa". Designa coisas que estão contíguas ou próximas do falante: **esta cadeira, esta mesa**. O lugar onde ele se acha: **esta sala, esta casa, esta rua, esta cidade, este país, este mundo**. Igualmente, o tempo em que ele vive e atua; portanto, o tempo presente: **"esta noite era a lua já morta, Anhangá me vedava sonhar"**; **"este mês"** é dezembro, **"este ano"**, 1991, **"este século"**, o XX.

Mas o homem é egocêntrico e tem, pela faculdade do conhecimento, a capacidade de reproduzir em si o mundo, criar um microcosmo. Por isso, pode fazer **seu** o que não é, pode fazer **presente** o passado, pode fazer contíguo o remoto ou o remotíssimo. Então, escamoteia, dá um passe de mágica, engolfa o que quer, interioriza o que entende, traz para ao pé de si montanhas imotas. É um recurso estilístico, chamado por Said Ali "aproximação mental".

É o que vemos, sob o olhar talvez severo de D. Gramática, no belíssimo conto de Alexandre Herculano, de *Lendas e Narrativas*, "A abóboda".

O arquiteto aposentado, por cego, Afonso Domingues, quando se põe a falar com o dominicano que o provoca, diz, referindo-se ao mosteiro (**realmente** distante dele e do seu interlocutor): **"Este edifício era meu, porque o gerei..., porque necessitava de me converter todo nestas pedras (...)** e de deixar, morrendo, o meu nome a sussurrar perpetuamente por essas colunas" (aqui o dêictico aponta para coisas que se vão alongando do emissor). (ed. de 1859, I, p. 227).

Vasco da Gama está, atendendo à curiosidade do rei de Melinde, descrevendo-lhe a incrível viagem (com seus antecedentes históricos e geográficos). Fala-lhe do ponto nevrálgico, a travessia do Cabo das Tormentas. Conta-lhe como, no meio das trevas do

dia feito noite, lhe aparece um terrível e minacíssimo gigante, que a todos arrepiou carnes e cabelos.

Com lembrá-lo, o Adamastor se desloca do extremo-sul da África e se aninha na pávida imaginação do Gama.

Então, diz este ao rei melindano:

Tão grande era de membros, que bem posso
Certificar-te que **este** era o segundo
De Rodes estranhíssimo Colosso,
Que um dos sete milagres foi do mundo.

(Lus., V, 40)

Aqui no Brasil (e um pouco em Portugal) vai rareando o uso de **este**, substituído por **esse**, que, então, passaria a ser dêictico de 1ª e de 2ª pessoa. Em nossa terra poucos escapam deste achatamento, aí incluídos escritores de nome e láurea.

É de lamentar esse empobrecimento (como todo empobrecimento análogo), mas é de desejar, veementemente, que a escola dê vida ao moribundo, restitua o perdido e devolva à língua uma sua riqueza nativa. Na linha do desleixo, os brasileiros, de vários matizes e carizes, dizem **essa gravata**, **esse óculos (!!!)**, **essa cabeleira** (reportando-se a si mesmos), **esse mês** (corrente), **esse ano** (idem), **essa casa** (que os abriga), **essa rua** (por onde trafegam), e por aí.

Esse, escusado dizê-lo, refere-se ao que se acha no ouvinte, ao lugar em que ele está, às coisas que lhe estão mais próximas do que do falante.

Agora com o sorriso de D. Gramática, o Poeta faz o Gama invectivar o Gigante Adamastor com pedir-lhe a identidade:

Mas ia por diante o monstro horrendo
Dizendo nossos fados, quando, alçado,
Lhe disse eu: – Quem és tu, que esse estupendo
Corpo certo me tem maravilhado?

(Lus., V, 49)

Esse designa, por via de consequência, lugar não muito afastado do falante, eventualmente próximo de um hipotético ouvinte; ou tempo, passado ou futuro, não distante, sobretudo se teoricamente referido a um interlocutor hipotético: "**nesse tempo eu vivia na Alemanha**" (no tempo de que te falo e que se terá desenhado na tua imaginação).

Nada de estranhar – pelo contrário! – que haja muitos contextos em que se possa empregar **esse** ou **teu**. Alguém me fala de seu burgo natal, elogia-o, conta-me casos lá passados. Para mostrar interesse, interrompê-lo-ei: "**Mas essa cidade** (ou 'a tua cidade') onde fica exatamente?"

Aquele é dêictico da 3ª pessoa, da que não entrou no circuito. Refere-se, pois, a coisas, lugares, situações não polarizadas no **eu**, nem no **tu**.

Tempo remoto: "**Naquele tempo** disse Jesus a seus discípulos"; região longínqua, em nada interessante a mim ou a ti: "**Naquela terra**, ou não chove nunca, ou se dão tremendas enchentes"; pessoa que agora entra no discurso, mas que não me

compromete, nem a ti: "Há de lembrar-se **daquele** famoso maníaco ateniense que supunha que todos os navios entrados no Pireu eram de sua propriedade".

Mas casos há – a língua é caprichosa como o homem que dela se serve – casos há em que designamos a mesma coisa ou pessoa, concomitantemente, com **este** e **aquele**. A explicação psicológica está em que o falante aproxima ou identifica uma antiga lembrança numa imagem concreta e presente, ou corporifica num ser real e palpável o que até então era uma abstração, uma notícia, um "fantasma".

Exemplo do primeiro caso temos quando alguém nos apresenta um homem feito, bem posto, com ares de importante e, complementando a apresentação: "É o filho do João Miranda, lá da Várzea Grande!". – Ah! **Este** é **aquele** que eu vi menino de dez anos, quebrador de vidraças dos vizinhos?".

Ilustra o segundo caso uma passagem dos "Doze de Inglaterra", em *Os Lusíadas*. Dentre as agravadas damas inglesas, uma ficou chorosa e solitária porque chegado não fora seu cavaleiro. Perdera-se ou – quem sabe! – mudara de idéia.

Mas eis que, de repente, surge o Magriço,

Abrça os companheiros como amigos
A quem não falta certo nos perigos.
(*Lus.*, VI, 62)

Então,

A dama, como viu que **este** era **aquele**
Que vinha defender seu nome e fama
Se alegre...
(*Lus.*, VI, 63)

Dêicticos são também os advérbios de lugar **aqui**, **aí**, **ali** (**lá**, **acolá**, num distanciamento progressivo). A invocação dos advérbios de lugar como dêicticos é propícia a uma observação assaz importante.

Realmente, a função dos dêicticos, o papel deles é situar as coisas no tempo e no espaço. Mas não, propriamente, no espaço físico, no espaço geográfico, senão no espaço, digamos, lingüístico. Fácil a prova: se alguém estiver telefonando de Belo Horizonte a outro alguém no Rio, dir-lhe-á: "**aqui** está muito frio, e **aí**?". Então: **aqui** é geograficamente Belo Horizonte, e **aí** geograficamente é Rio. Inverta-se a direção do telefonema: **aqui** passa a ser Rio, e **aí**, Belo Horizonte. Logo, objetivamente, **aqui**, **aí**, **ali**, **lá**, **acolá** não têm conteúdo conceptual.

Desnecessário explicitar que **meu**, **teu**, **seu** são dêicticos. Ainda quando – e talvez mais claramente – são empregados com valor possessório.

Os indefinidos **mesmo**, **outro**, **tal** **outro** também o são, ao menos em determinados contextos.

Não falta quem inclua na classe os pronomes pessoais, o que me parece inadmissível quanto aos nominativos. Seria uma petição-de-princípio. Seria – analogicamente – pecar mortalmente contra a primeira regra aristotélica da definição: "nunca incluir nela o termo a definir". Se o **eu** e o **tu** são pontos-de-referência, como poderão estar subordinados a si mesmos?

Porém, se for o caso do pronome dativo (tantas vezes mal analisado como "adjunto adnominal"), nenhuma dúvida. Em "não te invejo a sorte", *te* = *a ti*: portanto, está referido à segunda pessoa. Igualmente: "daqui não te vejo o rosto"; "não *lhe* ouço a voz".

Desnecessário, por óbvio, referir entre os dêicticos a palavra inclassificável *eis* ("advérbio de designação", para um Sousa da Silveira; "advérbio", para Santo Agostinho, quanto ao sinônimo *ecce*).

Se não é cristalização de forma verbal, vale como verbo (inconjuguável), porque tem objeto direto, até pronominal-acusativo. Aliás, este enigmático *eis* permite-nos um gordo pleonasmo: "eis-me aqui".

Hoje, ontem, amanhã são dêicticos, exatamente como *aqui, aí, ali*: dia do eu, dia antes do eu, dia depois do eu. Não importa data ou era. Pode o eu ter vivido antes de Cristo, ter sido Moisés, Salomão ou Davi.

Sem toda esta doutrina (que não conhecia) na cabeça, pôde o Apóstolo São Paulo dizer de Jesus que *Christus heri, hodie et semper*, porque, sendo Deus, está fora do tempo e é senhor do tempo.

Já vai longo este artigo, e os *anafóricos* ainda não tiveram vez. Examinemo-los então, concretamente, na língua portuguesa.

O de mais comum *bom* uso é o demonstrativo *este*, que se reporta ao que foi anteriormente dito ou escrito. *Este* ou *isto*, claro está.

No canto I de *Os Lusíadas*, Camões faz vir ao navio do Gama os habitantes da ilha de Moçambique:

E, porque tudo em fim vos notifique,
Chama-se a pequena ilha – Moçambique
(I, 54)

Lá subidos e recebidos – bem recebidos – dão recado de amigos. Oferecem pouso, "refresco" e piloto:

Piloto aqui tereis, por quem sejas
Guiados pelas ondas sabiamente,
Também será bem feito que tenhais
Da terra algum refresco, e que o Regente
Que esta terra governa que vos veja
E do mais necessário vos proveja.

Isto dizendo, o Mouro se tornou
A seus batéis com toda a companhia:
Do Capitão e gente se apartou
Com mostras de devida cortesia.
(*Lus.*, I, 55-56)

No início do canto V, logo após o discurso do Velho do Restelo (e a ele referido), aparece o *este* anafórico, aliás reforçado pelo indefinido *tais*, também anafórico:

Estas sentenças tais o velho honrado
Vociferando estava, quando abrimos
As asas ao sereno e sossegado
Vento, e do porto amado nos partimos.

Não me faltaria aqui um erudito que aproximasse o texto do virgiliano **Talia uoce refert**, onde **talia** é anafórico, melhor, catafórico.

Aquele também pode ser anafórico, como no conhecido passo de *Eurico*, de Alexandre Herculano, que nos oferece dupla exemplificação:

O sono ou a vigília, que me importa **esta** ou **aquele**? (cap. VII. § 1)

Mesmo é anafórico, referido a palavra dita anteriormente. **Assim** pode ser anafórico: "Faça **assim**, como te vou mostrar!".

Todas as formas vicárias são, por definição, anafóricas: "Disse-o, mas não o repetiu". O verbo **fazer** frequentemente é empregado como vicário; logo, anafórico. Igualmente **ser**, em construções até correntes, que substituo por exemplo de clássico.

É no começo do episódio de Inês de Castro, onde Camões apostrofa o Amor:

Se dizem, fero Amor, que a sede tua
Nem com lágrimas tristes se mitiga,
É porque queres, áspero e tirano,
Tuas aras banhar em sangue humano.

(*Lus.*, III, 119)

"É porque queres" vale o mesmo que "**dizes** porque queres tuas aras banhar em sangue humano".

Palavras como **dito**, **referido**, **mencionado**, **citado** funcionam eventualmente (e obviamente) como anafóricos.

Observe-se ainda que se deu com **este**, anafórico e catafórico, o mesmo que se deu com **este** dêictico: vai sendo substituído – e mal – por **esse**, o que não tem tradição na boa língua, na "nossa português casta linguagem".

E aqui deito o ponto final, porque já disse o essencial.

Reconhecida como uma das grandes dificuldades do idioma, a regência verbal pode ser examinada de perspectivas variadas e não exclusivas: o enfoque diacrônico, a observação atenta do uso culto formal, o aspecto semântico, a analogia, os cruzamentos sintáticos constituem fatores de elucidação.

Neste artigo, é nossa intenção proceder ao levantamento e à análise dos mais importantes dicionários de regência verbal publicados no Brasil, neste século. Seleccionamos as obras de José F. Stringari, Francisco Fernandes, Antenor Nascentes, Celso Pedro Luft e Francisco da Silva Borba. O critério de seleção não se baseou apenas na ordem cronológica; levaram-se em conta a evolução e as inovações apresentadas em cada uma delas com relação à anterior.

Evitamos fixar-nos numa exposição meramente descritiva. Procuramos mostrar qual o elemento articulador de cada texto examinado, o que permite explicar sua originalidade e suas limitações. Dessa forma, o leitor terá condições de avaliar melhor cada uma das obras analisadas e escolher o dicionário mais adequado para uma eventual consulta.

1. Pouco citado, por achar-se esgotado há tempos, *Regimes de verbos*, do P. José F. Stringari¹, um dos mais antigos dicionários de regência verbal publicados no Brasil, neste século, constitui-se de dois volumes: o primeiro, de 1936, com um total de 432 verbos, e o segundo, de 1937, com 153. Este último volume, na realidade, não é uma continuação do primeiro e sim um complemento, pois também apresenta os verbos em ordem alfabética de A a Z.

No curto prefácio ao primeiro volume (p. 5-6), não se explicita o método utilizado. Contudo, atentando para uma passagem da p. 5:

"Fica, assim, enriquecido o meu livro de um bom numero de verbos novos, cujas construções se abonam com um feixe de exemplos clássicos que deitam a uns dois mil",

pode-se concluir que o autor procedeu a uma listagem de exemplos, sem preocupação maior com um método rigoroso de apresentação, o que nos conduzirá às considerações abaixo, resultantes do exame minucioso de vários verbetes.

Assinale-se, ainda, que aos exemplos de autores clássicos se acrescentam alguns dos dicionários de C. Aulete, L. Freire e da Academia de Lisboa, bem como citações de Mário Barreto, Carlos Góis e Otoniel Mota.

Embora se tenha constituído em modelo de alguns dicionários de regência publicados posteriormente (sobretudo o de Francisco Fernandes, que analisaremos mais abaixo), a obra de Stringari não se forra de falhas dignas de nota. Assim, no que se refere à terminologia adotada, chama a atenção do leitor a falta de uniformidade, revelada pela utilização de classificações paralelas: o verbo **aclamar** (I,p.14) é

classificado como transobjetivo; já o verbo **dizer** (II,p.49), na mesma construção de **aclamar**, é dado como biobjetivo. Com freqüência, emprega-se a nomenclatura ligada à gramática latina pela referência a verbos que pedem acusativo ou dativo (cf., p.ex., **aborrecer** - I, p.10); outras vezes, fala em objeto direto (cf. **aplaudir** - II,p.15) e objeto indireto. Considerando-se que designações como acusativo e dativo são específicas das línguas de flexão casual, essa terminologia não é pertinente para a descrição dos fatos de sintaxe da língua portuguesa.

Como são constantes as referências à construção formal dos verbos, em detrimento da observação da função, o autor é levado a separar construções que, na verdade, deveriam estar agrupadas. Exemplo interessante é o do verbo **achegar-se** (I, p.14), em que se especifica que rege as preposições **a**, **de**, **para**; não percebendo que a função dos complementos introduzidos por essas preposições é a mesma, separa-os em itens: "a) com **a**; b) com **de**; c) com **para**".

Note-se, ainda, uma certa falta de uniformidade no tratamento de verbos de mesma construção. Afirma, por exemplo, que **nomear** (I, p.129) pode reger complementos introduzidos pelas preposições **por**, **como**, **para**, **em**; não separa essas preposições em itens e não classifica o verbo como transobjetivo, ao contrário do que fez com **aclamar**.

Apesar do exame atento da construção, nem sempre Stringari aprofunda o estudo de regências formalmente aparentadas. Exemplo curioso é o do verbo **fazer** (I,p.96-97), em que se destacam os itens c) **fazer que**, d) **fazer com que** e e) **fazer por que**, sem a preocupação de mostrar quais os cruzamentos analógicos que terão gerado, a partir de c), as construções dos itens d) e e).

O agrupamento de verbos de um mesmo campo semântico teria conduzido o autor a descobrir e explicar estruturas resultantes de analogia. Não tendo percebido a influência de **comunicar** sobre **informar**, afirma a respeito deste último:

"c) **Informar a alguém alguma coisa** é construção rara: (...)"(I,p.114), regência perfeitamente explicável pela ação analógica do verbo **comunicar**.

As observações acima não pretendem absolutamente desmerecer a obra do P. J. Stringari, a qual exerceu importante influência nos dicionários de regência verbal posteriores, como já tivemos ocasião de assinalar.

Ainda é praticamente o único a consignar os complementos de forma oracional, dando o devido destaque à preposição que eventualmente antecede a conjunção integrante (cf., p.ex., **fazer** (I,p.96-97): c) **fazer que**; d) **fazer com que**; e) **fazer por que**, verbete já comentado em função de outro aspecto).

Ressalte-se, por fim, que não lhe faltam bom senso crítico e espírito de pesquisa, como o atesta o tratamento dado a **fitar** (I,p.100). Para Cândido de Figueiredo, a construção correta é **fitar os olhos nas coisas** (bitransitivo); Stringari aponta, entretanto, exemplos de uso transitivo direto em Camilo e Machado.

2. O *Dicionário de verbos e regimes*, de Francisco Fernandes, é praticamente o mais conhecido dicionário de regência verbal no Brasil. Sua primeira edição, de 1940, sofreu muitos acréscimos nas três edições posteriores (a segunda, de janeiro de 1941; a terceira, de julho de 1942, premiada pela Academia Brasileira de Letras; e, finalmente, a quarta, de agosto de 1954). A quarta e última edição em vida do autor apresenta um acervo de mais de 11000 verbos. Como os prefácios das edições anteriores fazem

referência exclusiva a acréscimos, e não a alterações metodológicas, basear-nos-emos, aqui, na última edição, por ser a mais completa.

Os verbetes arrolados incluem neologias, verbos populares e antigos, termos comerciais e outros de regência desconhecida. F. Fernandes preocupa-se, ainda, em apresentar variantes; confirmam-se, p.ex., à p.481, os verbos **proporcionalizar** e **proporcionar** (a especificação da regência em **proporcionar** indica que a variante **proporcionalizar** é mais rara).

O autor apresenta exemplos de escritores clássicos, sem negligenciar os modernos. Registra todos os significados, inclusive as acepções novas. Não deixa de explicar pequenas particularidades ou regimes optativos (cf., p.ex., **assistir**); para os casos discutíveis e pontos duvidosos apóia-se em afirmações dos grandes mestres da língua (Mário Barreto, Otoniel Mota, Eduardo Carlos Pereira e Souza Lima, entre outros); registra, inclusive, as expressões idiomáticas (cf. **ficar**). Oferece também indicações sobre a conjugação, sobretudo no que se refere à defectividade; é de lamentar, aqui, que não dê a devida atenção aos problemas de metáfora, de grande importância na conjugação verbal portuguesa.

Embora, como Stringari, não especifique o método utilizado, apresenta, às páginas 25-27, uma classificação dos verbos em oito grupos: intransitivos, relativos (que pedem um complemento terminativo), birrelativos (com dois complementos indiretos), transitivos, transitivos relativos (que pedem objeto direto e complemento terminativo), predicativos, transitivos predicativos (mais conhecidos como transobjetivos) e pronominais ². O exame de muitos verbetes revela que o autor os organiza em função dessa classificação, o que indica ser esta o ponto de partida básico na elaboração do dicionário. É, portanto, a análise dessa classificação que nos permitirá tecer os comentários abaixo.

Cabe observar, inicialmente, que, por mais detalhada que seja uma classificação de verbos quanto à regência, está subordinada a uma prévia caracterização minuciosa dos complementos, sem o que haverá inevitáveis intersecções no quadro classificatório. Ora, ao definir os verbos birrelativos como os que pedem dois complementos indiretos (ou terminativos), F. Fernandes apresenta como exemplo o verso de Camões: "E desse dano **lhe** resultou deidade gloriosa" (cf.p.26). Se considerarmos que **lhe** é a pronominalização de um complemento introduzido pelas preposições **a/para** (pense-se, por exemplo, numa construção como "E desse dano resultou **a Fulano** ...), o complemento **desse dano** não é substituível por **lhe**, o que já nos mostra que há diferentes tipos de complementos indiretos/terminativos. Esses verbos não pedem, portanto, o mesmo tipo de complemento; a designação "birrelativo" é imprópria.

Mesmo em casos mais simples, como o dos verbos transitivos, podem-se encontrar problemas. Leia-se, por exemplo, a Nota II referente ao verbo **custar**, em que o autor assinala o seu "caráter fictício de transitivo"; de fato, no exemplo proposto: "Isto **custa** dez mil réis" é de notar que, ao contrário do que ocorre com a maioria dos verbos transitivos diretos, não é possível apassivar a construção: *"Dez mil réis são custados". Na realidade, não se trata de objeto direto e a rotulação inicial do verbo como transitivo é, portanto, problemática.

Concordamos com a classificação à parte dos verbos pronominais (a respeito dos quais reservamos considerações mais detalhadas no parágrafo 4), mas há numerosos exemplos em que, além do pronome reflexivo, se impõe outro tipo de complemento, o

que torna insuficiente a designação "pronominal". Confira-se, por exemplo, o verbo **dignar-se**.

Acrescente-se, ainda, que uma classificação detalhada, além de pouco econômica, com frequência oculta relações hierárquicas entre os diferentes tipos apresentados. Assim, por exemplo, já a gramática tradicional chamava a atenção para os verbos transitivos predicativos como resultantes do cruzamento dos transitivos com os verbos predicativos (ou de ligação, segundo a NGB). Tomando o exemplo: "Julgar alguém **bom**" (p.27), tem-se, aqui, o cruzamento de **Julgar alguém** e **Alguém é bom**. A descoberta dessas relações hierárquicas leva-nos facilmente ao levantamento de construções básicas e derivadas.

Os comentários acima permitem-nos comentar, a título de ilustração, alguns verbetes.

O verbo **propor** é dado como transitivo e como transitivo relativo, com o mesmo significado. Não seria mais econômico falar em elipse do objeto indireto? Uma determinada construção não seria decorrente de outra?

O verbo **assistir** aparece classificado como relativo. Os exemplos levantados apresentam significados e preposições diferentes, o que aponta para diferenças sintáticas mais profundas. Reúne-se, assim, o que deveria estar separado. Por outro lado, na acepção de "socorrer, servir, ajudar", separa-se o uso como relativo do uso como transitivo, desnecessariamente em nossa opinião.

Com os verbos sinônimos, nem sempre nota as influências analógicas. É o caso do verbo **avisar**, em que, apesar dos exemplos propostos, não assinala a influência de **comunicar**. As mesmas observações podem ser feitas com relação a **informar** e **participar**. Ainda relativamente a **avisar**, o exemplo "Seu intuito era **avisar** o mancebo **para** que evitasse, (...)", em que o verbo é rotulado como transitivo relativo, é de notar que o segmento introduzido por **para** é, na realidade, uma oração subordinada adverbial final.

Contudo, dá-se, às vezes, destaque a interferências analógicas entre verbos relacionados por antonímia. Confirmam-se, por exemplo, os verbos **esquecer** e **lembrar**. Observe-se, entretanto, que o autor não aponta relações entre as diferentes construções admitidas por esses dois verbos.

Os exemplos comentados mostram que F. Fernandes se atém firmemente à classificação proposta no início de sua obra. O fato de considerar os tipos de verbos como estanques e não hierarquizados vai conduzi-lo a uma descrição pormenorizada, em que predomina a rotulação; conseqüentemente, não se acrescenta o elemento explicativo, com raras exceções.

Apesar dessas restrições, é ainda, um dicionário extremamente útil pela minúcia de suas descrições, pela riqueza de informações e ilustra satisfatoriamente o uso culto formal dos verbos de nosso idioma.

3. Bastante inovador com relação aos dois dicionários anteriores, *O problema da regência*, de Antenor Nascentes, teve uma primeira edição em 1944 e uma segunda, com acréscimos, em 1960. Nossas considerações basear-se-ão nesta última edição.

O subtítulo – *Regência integral e viva* – justifica-se pelo fato de o autor ocupar-se não apenas da regência verbal, mas também da nominal (substantivos, adjetivos e advérbios de base nominal), destacando e justificando os usos modernos. Como a maior

exemplificação é constituída de verbos e nosso objetivo é o estudo da regência verbal, deixaremos de lado as observações referentes à regência nominal.

Em longo estudo introdutório (p.9-22), A. Nascentes expõe seu método, bem como seus pontos de vista. Diferentemente dos dicionários acima examinados, parte da regência exigida pelo étimo, ressaltando que, normalmente, o português é fiel à regência de origem; em seguida, estuda as alterações ocorridas, geralmente em virtude de analogias ou evoluções semânticas. Socorre-se, sobretudo, das obras de Madvig, Meyer-Lübke e Saraiva, entre outras. Dessa forma, ultrapassa a preocupação meramente descritiva pela introdução do elemento explicativo com relação às construções apresentadas. Contudo, essa postura não é sistemática ao longo da obra; consultem-se, por exemplo, os verbos **amarrar**, **custar**, **falar** e outros, cujos étimos não são apresentados, o que conduz a uma simples descrição das construções correspondentes.

Acrescente-se, ainda, que, algumas vezes, assinala que o verbo procede de um nome, tomando, assim, a regência deste: é o caso de **misturar** (associado a **mistura**) e **sujeitar** (relacionado a **sujeito**). Entretanto, aqui também, não procede a um levantamento sistemático desses pares. Por exemplo, os verbos **aproximar** e **avizinhar**, parassintéticos formados com base nos adjetivos **próximo** e **vizinho**, à semelhança destes podem pedir a preposição **de**; A. Nascentes apresenta exemplos desse uso, mas não explica o fato, embora em **avizinhar** remeta, no fim, a **vizinho**, que não está registrado no dicionário. De qualquer forma, ressalta-se a importância da vinculação entre as regências verbal e nominal.

As abonações são extraídas de obras de autores modernos e dificilmente recorre a exemplos de escritores anteriores ao século XIX; contudo, em alguns casos, fornece exemplos pessoais, o que rompe, em parte, o rigor da documentação.

Considerando que os verbos intransitivos e transitivos diretos não apresentam problemas, praticamente os exclui de seu dicionário. Convém, entretanto, lembrar que os verbos transitivos não são tão simples quanto parecem (cf. acima, p.5-6).

Ainda no que se refere à terminologia, o autor propõe uma simplificação, sem fugir ao rigor necessário. Observa, à p.7, que não se devem confundir o objeto indireto e o adjunto adverbial (a regência só abarca o primeiro), mas na caracterização do objeto indireto como qualquer objeto acompanhado de preposição (p.16), deixa de distinguir complementos indiretos de natureza diferente, os quais não podem receber uma mesma rotulação. Compreende-se, assim, que só leve em conta as classificações dos verbos em intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos e biobjetivos (os transitivos diretos e indiretos, segundo a NGB). É o primeiro a adotar o termo **posvérbio**, que discutiremos mais abaixo.

A ordem alfabética de apresentação dos verbetes, distanciando casos análogos, não deixa perceber relações e paralelismos curiosos que uma leitura atenta permite captar. Cremos que os verbos cuja etimologia e evolução são minuciosamente estudadas podem ser agrupados em dois blocos: o primeiro compreenderia os verbos que apresentam uma evolução de regência em função de aspectos meramente semânticos, como, por exemplo, **agradar**, **assistir**, **gostar**, **perdoar**, **socorrer**. Note-se que, com exceção de **gostar**, os demais têm em comum o traço de terem sido primeiramente transitivos indiretos, passando, posteriormente, a diretos.

Um segundo bloco seria constituído pelos verbos cuja evolução se deve a razões formais. É o caso de **conformar** (em que o prefixo reaparece sob a forma de preposição encabeçando o complemento e alterando a regência primitiva).

Há exemplos de regências explicáveis por razões semânticas: **tratar / trocar / topar / toar com**; outros, por cruzamentos analógicos: **namorar / casar com** e **troçar / zombar de**. Isso mostra que uma explicação exclusivamente etimológica é insuficiente, embora a analogia ocorra num determinado momento da evolução da língua.

Outra importante inovação introduzida por A. Nascentes é o conceito de **posvérbio**, como "uma preposição que lhes modifica o sentido e não rege de fato a palavra que serve de objeto a esses verbos" (p.17). Caracteriza-se por poder ser omitido e imprimir à frase uma carga afetiva de ênfase, interesse, zelo. Não nos parece uma designação adequada, visto que foi cunhada a partir de **prevérbio**, que é, na verdade, o prefixo verbal; ora, o posvérbio não tem caráter de sufixo. Acrescente-se, ainda, que não acarreta apenas mudança de sentido; retomando o exemplo dado pelo autor – **arrancar e arrancar de** (p.17), num par de frases como: **Arranquei a espada / Arranquei da espada**, apenas a primeira construção é apassivável; os complementos não são substituíveis pelo mesmo pronome pessoal: cf. **arranquei-a / arranquei dela**.

Não resta dúvida, entretanto, que o estudo do posvérbio constitui um veio de pesquisa bastante rico e interessante. Destaquemos, inicialmente, alguns exemplos apresentados, para comentá-los em seguida: **esperar por, aguardar por, zelar por, velar por, olhar por, puxar de, sacar de, atirar com, parar com**.

Observemos que verbos sinônimos pedem o mesmo posvérbio, o que indica influências analógicas: provavelmente **pegar de** terá contaminado **puxar de** e **sacar de**; as construções **atirar com** e **parar com** parecem-nos resultar da influência de **arremeter com** e **acabar com**, respectivamente.

Outro aspecto interessante é o estudo das preposições em função de posvérbio. O valor de interesse, proteção da preposição **por** explica o seu emprego com **zelar, velar, olhar**, bem como com **esperar** e **aguardar**.

Um estudo minucioso dos posvérbios conduziria ao aprofundamento do exame do objeto direto preposicionado e dos limites entre ele e os demais complementos regidos de preposição.

A. Nascentes insiste em que seu dicionário é uma "mera tentativa" (p.8), "um esboço", "um vocabulário de regência" (p.22), o que explica a existência de aspectos não suficientemente explorados. Contudo, é, indiscutivelmente, uma fonte de sugestões para pesquisas.

4. Mais próximo do modelo do dicionário de F. Fernandes, o *Dicionário prático de regência verbal*, de Celso P. Luft, apresenta, também, importantes inovações.

Em detalhada introdução (p.5-17), expõe os princípios em que se baseia o método adotado. O ponto de partida é que a regência verbal decorre da semântica do verbo, o que, naturalmente, levanta o problema das vinculações entre sintaxe e semântica, não claramente explicitadas na obra. Todavia, o método exposto pelo autor permite-nos esclarecer esse tipo de vinculação.

Considera, inicialmente, que há dois padrões oracionais abrangentes, depreensíveis da frase declarativa: um verbal, representado pela estrutura:

(Suj) V (C)* (A)*³,

e outro nominal, constituído de:

(Suj) Vpred (=v.de lig.) Pvo. (=predic.) (A)*

Os complementos distinguem-se dos adjuntos pelo carácter facultativo destes últimos.

Desses padrões básicos deduz os derivados, caracterizados, fundamentalmente, pela possibilidade de acréscimo, subtração ou permuta de constituintes. No caso específico do padrão nominal, leva-se em conta a natureza do sintagma que desempenha o papel de predicativo. O estabelecimento dos padrões pauta-se, portanto, por critérios formais.

A referência a padrões básicos (moldes sintáticos subjacentes) e derivados remete a uma postura transformacionalista, embora, aqui, não suficientemente aprofundada. Os moldes subjacentes praticamente coincidem com a estrutura sintagmática da frase.

De acordo com a teoria-padrão da gramática gerativo-transformacional, a componente semântica aplica-se à estrutura profunda. Se esta estiver muito próxima da estrutura sintagmática, recai-se, de uma certa forma, numa análise em constituintes imediatos; esse tipo de análise implica que o sentido decorre das possíveis combinações ou a elas está associado. Assim, embora C. Luft afirme que a semântica rege a sintaxe, seu ponto de partida acaba sendo basicamente sintático.

Com efeito, a análise minuciosa de alguns aspectos do dicionário revelará uma postura marcadamente formalista. Classificando os verbos em intransitivos, transitivos e predicativos (os de ligação da NGB), num quadro mais econômico e menos diversificado que o de F. Fernandes, e sem procurar, previamente, caracterizar os diversos tipos de complementos, C. Luft também designa como objeto indireto diferentes complementos regidos de preposição, que técnicas formais mais elaboradas permitiriam distinguir. Embora, na esteira de A. Nascentes, tenha arrolado as construções de posvérbio, os verbos correspondentes são sistematicamente classificados como transitivos indiretos (cf. **beber** (nº 3), **esperar** (Obs. 1) e **procurar** (nº 3)); deixa, assim, de explorar o objeto direto preposicionado, construção extremamente rica e complexa, e muito mal tratada em nossas gramáticas.

A mesma observação é válida para os verbos pronominais, que são incorporados aos transitivos diretos / indiretos. A tradição de nossos dicionários é de isolar esses verbos, o que é perfeitamente justificável: não se pode ver no pronome reflexivo um objeto direto ou indireto quando o verbo é essencialmente pronominal, e muito menos nas construções mediais expletivas, como **rir-se**. Mesmo nos casos em que o pronome reflexivo pode ser interpretado como objeto direto, havendo uma diferença de sentido entre as construções reflexiva e não reflexiva (comparem-se: **erguer-se** / **erguê-lo**), é conveniente distingui-las. Integrando os verbos pronominais aos transitivos, o autor pautou-se, igualmente, por um critério meramente formalista. Ressalte-se, contudo, que sua observação de que os verbos pronominais pedem, com frequência, outros complementos preposicionados (p.13) é perfeitamente aceitável; F. Fernandes, que isola esse tipo de verbo, não dá destaque a esse aspecto.

Na apresentação dos verbetes, C. Luft não se limita a registrar as diferentes regências. Apresenta-as organizadamente, partindo das construções originárias para as evoluídas (cf. **amanhecer**, **soer**), do básico para o derivado (cf. **oferecer**, **parecer**) ou da construção plena (p.ex., verbo transitivo direto e indireto) para as parciais (cf. **narrar**, **perdoar**). Estabelece, assim, uma hierarquia entre as diferentes construções, evitando, dessa forma, a simples enumeração de usos, além de introduzir um elemento de explicação. Relativamente à exemplificação, é de notar-se que, aos exemplos de autores, se somam exemplos pessoais, o que, metodologicamente, é discutível.

No interior de cada verbete, revela, com freqüência, a preocupação com a explicação de usos específicos. Tendo afirmado, na introdução, que a semântica verbal dita a regência (veja-se, contudo, o que dissemos, acima, a respeito dessa vinculação), procura explicar algumas construções com base nesse aspecto (consultem-se, p.ex., **assistir** (Obs. 3) e **propor** (Obs. 2)).

É, também, atento às explicações devidas à analogia; ilustram-no verbos como **avisar** e **informar** (contaminados pela regência de **comunicar**), e **custar** (influenciado por **demorar**).

Destacam-se, também, as alterações de construção provocadas por permutação de constituintes, que pode determinar processos de auxiliaridade; confirmam-se os verbetes **faltar** (Obs. 2) e **parecer** (Obs. 1). Esse fenômeno tem maior amplitude, como o mostram os verbos **cumprir** e **fazer**, nas construções **cumprir com** e **fazer com que**, respectivamente; é curioso que, relativamente a esses dois últimos exemplos, o autor não faz referência às permutas ocorridas.

Outras variantes de regência devem-se ao processo de cruzamento de construções. É o que nos mostra a leitura de verbetes como **esquecer** (Obs. 4), **lembrar** (Obs.4) e **ensinar** (Obs. 1).

Com os verbos formados por prefixação, assinala que é freqüente a regência com preposição correspondente ao prefixo; verifiquem-se, p.ex., verbos como **assistir** (Obs. 1) e **influir** (Obs.).

Os casos de predicado verbo-nominal são explicados em função do critério que apresentamos para os verbos transitivos predicativos de F. Fernandes (cf., acima, p.6), ou seja, resultam do cruzamento dos verbos transitivos com os de ligação. Aqui, C. Luft vai mais longe, ao explicar, também, a origem das preposições que podem introduzir o predicativo do sujeito/objeto; consultem-se os verbetes **chamar** (Obs. 2), **eleger** (nº2), **fingir** (Obs.), entre outros. Nestes casos, o autor apela para estruturas subjacentes mais distanciadas das superficiais.

Devem-se mencionar, também, os numerosos exemplos de referência a regências brasileiras, como o ilustram os verbos **atender** (Obs. 3), **atingir** (Obs.), **morar** (Obs.2), **pagar** (Obs.), etc.

Pelos aspectos destacados, o dicionário de C. Luft representa um avanço significativo com relação aos anteriores.

5. Com uma proposta completamente diferente da dos dicionários acima, merece especial destaque o recente *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*, coordenado por Francisco da Silva Borba e elaborado por um grupo de dez professores.

Em condensada Introdução (p.IX-XVI) são especificados os princípios e o método utilizados. Preferimos, contudo, mudar a ordem de apresentação dos diferentes tópicos, com o objetivo de mostrar o percurso seguido pelos autores.

Eliminam-se as designações intransitivo / transitivo, em virtude de seu caráter pouco rigoroso. De fato, do ponto de vista semântico, os verbos transitivos exigem um complemento que lhes complete a significação; se, porém, compararmos as frases:

João escreve na sala
João escreve cartas na sala ,

constatamos que o verbo *escrever* admite objeto, mas não o exige.

Do ponto de vista formal, não se atinge maior rigor. O verbo transitivo requer complemento não precedido de preposição; todavia, há graus de transitividade, como o ilustram os verbos **dormir**, em **dormir a sesta** (transitividade muito fraca, quase lexicalizada); **beber** (com possibilidade de omissão do objeto) e **comprar** (com expressão praticamente obrigatória do objeto). Acrescente-se, ainda, o fato de o objeto direto poder aparecer preposicionado.

No verbete **transitividade** do *Dicionário de lingüística e gramática*, Mattoso Câmara observa:

"Note-se que a transitividade depende de uma **significação particular dentro da polissemia do verbo**; (...)"(grifo nosso) (p.235), o que já aponta para a importância do aspecto semântico.

Em virtude do exposto acima, os autores partem de uma classificação de base semântica, apresentada na obra *Significado e estrutura lingüística*, de Wallace L. Chafe. Segundo Chafe, o verbo, elemento central da oração (os nomes que a ele se conectam são periféricos), pode exprimir ação, processo, ação-processo e estado.

Os verbos de estado, contrapostos aos demais, ocorrem acompanhados por um nome inativo. Os outros verbos distinguem-se dos de estado por poderem responder à pergunta "O que aconteceu?" e por admitirem, freqüentemente, a forma progressiva. Por sua vez, os verbos são de processo quando o nome a eles relacionado muda de estado ou condição (p.ex., **secar**, **esticar**) e é o paciente; quando expressam atividade, algo que alguém faz, são verbos de ação e o nome que os acompanha é o agente. Os verbos de processo figuram em orações que geralmente respondem à pergunta "O que aconteceu a N?", ao passo que os de ação pertencem a contextos que respondem a "O que fez N?".

Há, também, verbos que, em determinadas orações, exprimem processo e ação; a frase **Maria quebrou a travessa** responde às perguntas "O que fez Maria?" e "O que aconteceu à travessa?"; neste caso, temos os verbos de ação-processo, com os quais ocorre um agente e um paciente. É importante notar que, com os verbos de ação-processo, há maior coesão entre verbo e paciente do que entre verbo e agente. Esse aspecto pode ser verificado pela possibilidade de substituição do conjunto verbo + paciente pelo verbo **fazer**:

Maria quebrou a travessa – Maria o fez (=quebrou a travessa). Isso explica por que, de uma frase como **Maria quebrou a travessa** podemos derivar a construção **A travessa quebrou**.

Quanto aos verbos de estado, caracterizam-se por ligarem-se a um nome inativo, isto é, nem agente, nem causativo, nem paciente; esse nome é um suporte de propriedades ou um simples experimentador destas (exs.: **amar, permanecer, ter**).

Sendo o verbo, para Chafe, o elemento central, caracterizado semanticamente, os nomes a ele subordinados são selecionados em função de traços igualmente semânticos, nem sempre coincidentes com um papel sintático constante (cf., acima, o par **Maria quebrou a travessa / A travessa quebrou**; na primeira frase, o paciente é objeto; na segunda, é sujeito). Impõe-se, assim, a necessidade de distinguir dois níveis de estruturas: um subjacente e outro superficial⁴.

Assinalam os autores que, no nível subjacente, os nomes desempenham um papel semântico estável e são rotulados como **argumentos** com relação ao predicado (num sentido próximo da lógica moderna; não devem, portanto, ser confundidos com **constituintes**, designação comprometida com a estrutura de superfície). Os principais argumentos destacados correspondem ao agente, ao beneficiário, ao objetivo, ao instrumental, ao locativo, etc., rótulos que remetem à gramática dos casos, de Charles J. Fillmore (e, também, à gramática de valências).

A passagem da estrutura subjacente à de superfície pode implicar uma série de mecanismos ou expedientes sintáticos, especificados às p. X-XII da Introdução do *Dicionário*. Levam-se em conta o alçamento (passagem de um componente de uma função mais baixa para outra mais alta), o rebaixamento (operação contrária à de alçamento), o apagamento (cancelamento de um componente), o truncamento (supressão do núcleo do predicado secundário), a transposição (mudança de traços de um argumento exigida pela combinatória verbo + argumento), a dissimilação (com verbo e complemento de mesmo radical, tendência para substituir o verbo por outro), a coordenação e a condensação (aplicáveis aos verbos simétricos, com dois argumentos da mesma subclasse, sem exigência quanto à ordem; esses argumentos podem coordenar-se ou condensar-se numa forma que expressa pluralidade). Notem-se os pares que podem ser estabelecidos: alçamento-rebaixamento, apagamento-truncamento e coordenação-condensação. Chamamos, também, a atenção para o freqüente alçamento do instrumental a sujeito (cf. **cortar** e **limar**, p.ex.), o que está de acordo com a regra geral de subjetivação proposta por Fillmore: o sujeito não marcado provém do agentivo; na falta deste, será o instrumental e, em último caso, o objetivo.

No que se refere à apresentação dos verbetes, estabelecem-se, inicialmente, divisões em blocos numerados com algarismos romanos, que especificam, respectivamente, ação-processo, processo, ação, estado, auxiliaridade, modalização e expressões idiomáticas. Os verbos de ação-processo, por serem os mais numerosos na língua e originarem as construções processivas (cf., acima), figuram em primeiro lugar. Adota-se, na descrição, o procedimento de estabelecimento de oposições: um sujeito agente opõe-se a um sujeito causativo; um sujeito agente representado por nome animado, a um sujeito agente expresso por nome humano. O sujeito agente/causativo de um verbo de ação-processo opõe-se ao sujeito paciente/experimentador/beneficiário de um verbo de processo; este se opõe ao sujeito inativo de um verbo de estado. O mesmo se dá com relação aos complementos: um complemento opõe-se à sua ausência; um complemento representado por nome, a um representado por oração; um complemento expresso por nome concreto, a um expresso por nome abstrato. Essas oposições baseiam-se sobretudo no aspecto semântico. As acepções dos verbos resultam

das diferentes construções, em que se leva em conta a especificação dos traços semânticos dos argumentos. Obtém-se, dessa forma, uma descrição das propriedades sintático-semânticas do verbo.

As abonações são todas extraídas de um "corpus" de textos em prosa do português escrito no Brasil dos últimos 35 anos (para maiores detalhes, cf. p.1363-1366).

Não há dúvida de que a obra coordenada por F. Borba, com um embasamento teórico explícito, representa um significativo avanço relativamente às anteriores aqui examinadas. As relações entre sintaxe e semântica ficam perfeitamente esclarecidas, em virtude de um maior aprofundamento.

Ressalte-se, entretanto, que muitas construções arroladas, resultantes de processos de permuta, cruzamento ou transformações não mencionados, adquirem o caráter meramente descritivo; assim, o predicado verbo-nominal é sempre apresentado como uma estrutura sintagmática (confiram-se os verbos **confessar**, **convidar**, **crer**, p.ex.), por não ter sido incluído entre os expedientes sintáticos propostos o mecanismo de inserção de orações. Relativamente a este tópico, o *Dicionário* de C. Luft fornece interessantes informações, o que não retira do *Dicionário gramatical de verbos* o já assinalado caráter inovador e as numerosas sugestões de pesquisa que oferece ao leitor atento.

*

O exame dos dicionários de regência verbal acima apresentados permite-nos estabelecer algumas conclusões importantes:

1) há uma nítida evolução de uma postura meramente descritiva (p.ex., em J. Stringari) para outra mais comprometida com a explicação dos fatos (de forma mais perceptível, no *Dicionário gramatical de verbos*);

2) o fenômeno da regência verbal subordina-se a várias linhas de explicação (diacrônica, sintática, semântica), o que dá a cada dicionário selecionado uma importância especial, em função do enfoque privilegiado;

3) a análise dessas obras permitiu, ainda, discutir o problema das relações entre sintaxe e semântica, nem sempre satisfatoriamente esclarecidas;

4) finalmente, é preciso ressaltar que esses dicionários não são simples fontes de consulta; podem (e devem) funcionar como pontos de partida para pesquisas posteriores. Sugerimos, por exemplo, um aprofundamento do estudo dos posvérbios (em A. Nascentes), dos verbos auxiliares (em C. P. Luft) e das construções processivas resultantes das orações de verbos de ação-processo (em F. Borba).

É de lamentar a falta de um dicionário verbal que desse particular atenção aos problemas morfológicos, como os fenômenos de metafonía (estudados em correlação com a metafonía na flexão nominal), de irregularidade e de defectividade, com as devidas remissões. O *Dicionário de verbos e regimes*, de F. Fernandes, enfatiza apenas os dois últimos aspectos, sem maiores discussões.

Também seria interessante a publicação de dicionários de regência verbal de linguagens especiais, como o excelente *O verbo na linguagem jurídica*, de Adalberto J. Kaspary, baseado em documentos legislativos do Brasil e de Portugal. Com o desenvolvimento e a divulgação da Informática entre nós, determinados verbos, como **deletar**, **"apagar"**, **formatar**, **"preparar o disquete para uso"**, e outros, deveriam

constituir objeto de estudo à parte, com destaque da construção sintática e do respectivo processo de formação.

Finalmente, cabe salientar que, dados os vínculos entre as regências verbal e nominal (já esboçados em *O problema da regência*), se torna urgente a publicação de um bom dicionário de regência nominal da língua portuguesa⁵. O preenchimento dessa lacuna não somente enriqueceria o estudo da regência em geral, como ainda nos permitiria uma reavaliação de muitos aspectos da regência verbal.

NOTAS

1. Agradecemos ao prof. Dr. Segismundo Spina, que, amavelmente, nos emprestou o seu exemplar do importante e raro dicionário do P. José F. Stringari.
2. Essa classificação não corresponde à da NGB, o que se explica, pois a oficialização da Nomenclatura data de 1959 e, aqui, referimo-nos à edição de 1954 do dicionário.
3. Os parênteses indicam que o termo oracional em questão é facultativo; o asterisco indica que pode haver mais de uma ocorrência do termo.
4. Convém assinalar, aqui, que o reconhecimento da existência dos dois níveis também se encontra no Dicionário de C. Luft, com a diferença de que, na obra coordenada por F. Borba, o distanciamento entre esses níveis é muito maior.
5. O *Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos*, de F. Fernandes, apesar de sua utilidade, apresenta lacunas e deficiências de método. Por sua vez, *O problema da regência* é cursivo e desigual quanto ao tratamento da regência nominal.

BIBLIOGRAFIA

- BORBA, Francisco da Silva (coord.) - *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo, Unesp, 1990.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso - *Dicionário de lingüística e gramática*. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
- CHAFE, Wallace C. - *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- FERNANDES, Francisco - *Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos*. 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1974.
- . - *Dicionário de verbos e regimes*. 4ª ed. Porto Alegre, Globo, 1974.
- FILLMORE, Charles J. - "Em favor do caso". In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro - *A semântica na lingüística moderna. O léxico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977 - (p.275-365).
- KASPARY, Adalberto J. - *O verbo na linguagem jurídica. Acepções e regimes*. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1990.
- LUFT, Celso Pedro - *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo, Ática, 1987.
- NASCENTES, Antenor - *O problema da regência. Regência integral e viva*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1960.
- STRINGARI, P. José F. - *Regimes de verbos*. Niterói, Escolas Profissionais Salesianas. 2v.

O DRAMA DE ESCREVER

Edith Pimentel Pinto
USP

Os problemas de quem escreve, no Brasil, sentidos agudamente por candidatos a exames e concursos, e mais ligeiramente por aqueles que têm por ofício redigir, podem ser equacionados diferentemente, mas suas raízes são as mesmas e se plantam na conceituação da identidade da língua como representação coletiva do povo brasileiro, cabendo às vanguardas considerável papel a esse respeito.

Uma das possíveis abordagens de tais problemas parte, pois, da noção que se tem de que a língua do Brasil é o português; ou português brasileiro; ou a língua brasileira.

Em conseqüência da adesão a uma dessas concepções, que, evidentemente, se projetam no campo da pragmática, ganham relevo atitudes que vão desde o cultivo apaixonado dos estudos gramaticais e a leitura assídua dos grandes modelos do passado português, até a opção pelo referencial popular oral, passando por duplos e dosados compromissos entre esses extremos.

Os que trabalham a língua como matéria-prima, somados àqueles que trabalham com ela por ofício, isto é, escritores ao lado de professores e críticos, constituem, com preponderância ora de uns, ora de outros, a vanguarda formadora da opinião sobre o uso da língua.

Historicamente se atesta que, enquanto se consideraram os brasileiros herdeiros naturais da língua e da própria literatura portuguesa, o cultivo dos estudos gramaticais, assim como a exaltação de seus modelos literários eram decorrência coerente. Atesta-se, igualmente, que é ideológico o fundamento dessa atitude, o que se tornou evidente, por exemplo, nos meados do século XIX, quando, pela primeira vez, se considerou a hipótese de ser a variedade brasileira da língua portuguesa a expressão de outra cultura e, portanto, passível de desligar-se dos vínculos que a prendiam a Portugal.

Assim, pois, enquanto não houve um motivo de ordem social, a exacerbação do nacionalismo então manchado de lusofobia, que provocasse a reflexão crítica sobre a realidade lingüística brasileira e sua significação, a transformação da língua se processava sem provocar maiores preocupações e as dificuldades conseqüentes situavam-se na rotina de sua mais ou menos árdua superação.

Examinando-se hoje os textos literários produzidos nessa época, aproximadamente coincidente com o Romantismo, verifica-se que já se sabia muito menos de gramática do que a ausência de discussão, até esse momento, faria supor.

Como se sabe, foi a crítica aos textos de Alencar que trouxe à luz o fato de que havia escritores que "não sabiam a língua", isto é, a forma consagrada em Portugal e preconizada no Brasil.

Essa crítica provocou, por parte do escritor, uma defesa a **posteriori**, mas logo simultânea, de seu uso da língua, ponto de partida para subseqüentes considerações sobre aspectos mais gerais, como a natureza da variedade lingüística brasileira. O núcleo da questão, nem sempre desvendado, estava no relacionamento entre língua escrita, de molde português, e a oral, de confecção brasileira.

No que se refere à manifestação escrita, dois aspectos devem ser considerados na posição de Alencar: seus textos realmente corporificavam um uso específico da língua e, conseqüentemente, constituíam uma consolidação de novo modelo literário; mas sua defesa improvisada até certo ponto contradizia tal posição, pois, salvo quando ele se valia do que deveria ser o eixo da argumentação de um artista, a chamada "eufonia", Alencar procurava basear-se nos mesmos pontos que sustentavam seus opositores – a gramática, o dicionário, a história da língua, o latim. E deixou muito claro que sabia muito pouco disso tudo.

Todavia, não parece caber exclusivamente à fragilidade da argumentação a responsabilidade pela escassa repercussão das idéias de Alencar, no tempo e no espaço do Brasil de então. De fato, dificilmente se poderia esperar, dada a inexpressividade da vida literária da época, a formação de uma opinião pública capaz de nutrir e fazer frutificar tais idéias.

É bom ainda ressaltar que os deslizos apontados em Alencar não se deviam apenas ao desalinho formal voluntário dos românticos, mas revelavam, correlatamente, a qualidade do ensino na época. Exemplo típico, desse ângulo, é o poeta Junqueira Freire, professor de retórica na Bahia e muito pouco apegado às exigências gramaticais.

A reação a esse tratamento negligenciado da língua escrita levaria ao extremo oposto, o reinado da vernaculidade, que durou cerca de meio século, tempo suficiente e momento propício à formação de uma opinião pública que sustentasse a nova posição da vanguarda.

*

Nos dois últimos decênios do século passado, estendendo-se pelos dois iniciais destes, instalou-se uma corrente de opinião de tipo legitimista, não só por se reconhecerem os brasileiros usuários legítimos da língua portuguesa, mas também porque se consideravam os preservadores de seu mais legítimo ramo – o que se prendia diretamente à época de esplendor da língua, o século XVI.

Sabedores da língua vicejavam então por todo o País, do Maranhão ao Rio de Janeiro, da Bahia a São Paulo, publicando compêndios de gramática, envolvendo-se em polêmicas e arrazoados sobre pontos controvertidos através de jornais e revistas. Eram estes sabedores advogados, como Rui Barbosa, engenheiros como Euclides da Cunha, médicos, almirantes, generais, jornalistas, enfim todos os homens cultos da época, todos capacitados a discutir dificuldades gramaticais, com citações fartas dos clássicos portugueses – conseqüência do ensino, já então por certo rigoroso, e da assiduidade da leitura formadora do gosto literário.

A propósito, Olavo Bilac comenta um "grave conflito" entre jornalistas, ocorrido em Belém do Pará e motivado por questões gramaticais que levaram os adversários a se esbordoarem e o poeta a concluir que a gramática era "a arte que mais ferozes, intolerantes e ásperos artistas produz".¹

Esse interesse geral refletia-se naturalmente nos programas escolares, extensos e minuciosos; na cobrança, feita pelos adultos, de correção no escrever e no falar das crianças e jovens; e na presença doméstica das obras modelares portuguesas. Tornou-se sinal de cultura e bom gosto escrever e falar com vocábulos, torneios sintáticos e até prosódia portuguesa.

Deixaram depoimento a esse respeito escritores que se formaram durante o período, como Monteiro Lobato², nascido em 1882, e Graciliano Ramos³, de 92.

De acordo com o testemunho desses e outros escritores, a iniciação nos estudos de língua era prematura e a gradação dos textos escolares, conforme suas dificuldades, pouco levada em consideração. Já os compêndios de gramática admitiam, nesse sentido, três degraus: da gramática escolar (como a de Arnaldo Barreto *et alii*), ou elementar, ou preliminar, ou primária, passava-se à secundária e, desta, à superior – conforme a seriação de João Ribeiro, entre outros.

Um compêndio de gramática, embora simplificada, era posto diretamente nas mãos do estudante, a par de vários outros livros: o de leitura ou a antologia, o de história – também um de história sagrada, nos colégios religiosos – o de geografia, o de instrução moral e cívica. Viviam, pois, os meninos, num mundo livresco, onde, com auxílio do professor ou não, podiam solucionar suas dificuldades; onde encontravam modelo para suas composições; e onde formavam seu hábito de leitura.

Os chamados livros de leitura, destinados às primeiras classes, eram em geral elaborados por um só autor e giravam em torno da vida escolar, familiar e nacional; no caso de serem antologias, abrigavam autores brasileiros e portugueses: Camões não faltava em nenhuma delas. Graciliano Ramos dá testemunho disto e ao mesmo tempo indica mais um tipo de livro que então circulava: um livro manuscrito, destinado às aulas da caligrafia, mas que, nas regiões mais carentes, funcionava também como antologia e texto para aplicação da matéria gramatical ensinada.⁴

Esses livros manuscritos (impressos, naturalmente), de que temos em mãos um exemplar⁵, circularam nos começos do século: os vários estudantes que dele se valeram aí deixaram suas assinaturas, as datas (1905, 1908, 1914) e a localização da escola – Santa Cruz do Rio Pardo, interior de São Paulo. No exemplar de que dispomos constam, entre outros, textos dos brasileiros Gonçalves Dias, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Macedo, Machado de Assis, Vicente de Carvalho e Amadeu Amaral – cujo texto é autógrafo. Dentre os portugueses só figuram os do passado – Bernardes, Bocage, Alexandre Herculano: é bom lembrar, conforme já assinalamos, que os portugueses contemporâneos, diferentemente dos brasileiros, não eram considerados legítimos representantes do bom vernáculo.

Por essa época o papel dos escritores brasileiros foi muito relevante, pois eles se empenhavam de toda forma na campanha pela instrução nacional. Elaboravam livros didáticos, paradidáticos e de simples entretenimento e ainda traduziam obras estrangeiras para a infância, tudo em português correto e estilo simples. Simples para a época, em que as crianças conheciam Camões e quando muitos desses escritores, em obras destinadas ao público adulto, eram muito elaborados.

Dentre as obras assinadas então por grandes nomes destacavam-se: *Céus e terras do Brasil*, Taunay, 1882; *Contos pátrios*, Olavo Bilac e Coelho Neto, 1896; *Poesias infantis*, Olavo Bilac, 1896; *América*, Coelho Neto, 1897; *Teatro infantil*, Olavo Bilac e Coelho Neto, 1905; *Através do Brasil*, Olavo Bilac e Manuel Bonfim, 1910; *Pátria brasileira*, Olavo Bilac e Coelho Neto, 1911; *Minha terra e minha gente*, Afrânio Peixoto, 1916.

Algumas dessas obras pretendiam cobrir campos específicos da formação infantil e juvenil, como *América*, de Coelho Neto, livro destinado às aulas de Educação cívica, como reza a capa.⁶ Trata-se de obra de ficção, cujo modelo era certamente o *Cuore*

(1886), de Edmundo de Amicis, um dos grandes sucessos da literatura infantil da época. A narrativa gira em torno dos episódios ocorridos durante um ano da vida escolar de um menino, entre os quais se inserem temas relativos à história nacional – o 21 de Abril, o 13 de Maio, o Descobrimento do Brasil – numa perfeita réplica ao patriotismo italiano de Amicis. O primeiro tradutor de obra para o português tinha sido Ramalho Ortigão. No Brasil a primeira foi a de Valentim Magalhães (1891)⁷ e a segunda, já fora do período a que nos estamos referindo, a de João Ribeiro (1925).⁸ Nesta já se revela claramente a nova direção do pensamento brasileiro: em sua "Advertência" o tradutor declara que fez uma "tradução brasileira", substituindo, para isso, expressões tipicamente portuguesas – não evitadas anos antes – como **papá**, **mamá**, **banca** (carteira escolar), **farpela** (roupa, veste) etc. por equivalentes usuais no Brasil, pois assim " para os entendidos e amadores das comparações entre a linguagem portuguesa da Europa e a da América o texto pode talvez acrescentar algumas curiosidades".

Dentre outras traduções de obras européias notáveis destacam-se as de Grimm, Andersen, Perrault, por Figueiredo Pimentel; e a de W. Busch, *Juca e Chico*, por Olavo Bilac (1910), todas vazadas em "bom estilo".

Essa formação livresca maciça, embora desse primazia à língua escrita, não excluía totalmente a forma oral, se bem que policiada, segundo os valores da época: constavam da rotina escolar exercícios de oralidade, conforme se pode deduzir pelo testemunho indireto de certos compêndios que exploravam a vida escolar e, por isso, as informações que oferecem podem ser dignas de crédito. Num desses compêndios, de que temos em mãos um exemplar⁹, há duas lições encadeadas, cujo assunto é "Uma visita escolar". Na primeira (p. 82-83) consta que, escolhido o tema, seguiu-se uma "aula colectiva sobre linguagem oral" (p.82), finda a qual os alunos compuseram um texto sobre o assunto discutido. A melhor das provas constitui a segunda lição (p.84-87). E na lição intitulada " A União e os Estados", em três partes (p.162-171), expõe-se a discussão maiêutica, dirigida pelo professor, sobre o tema em questão.

*

Essa era, pois, a formação que os modernistas, inclusive Mário de Andrade, que o declarava explicitamente, tinham recebido e contra a qual investiram, motivados pelo excesso de cobranças de minúcias gramaticais e o peso dos monumentos literários portugueses.

Não se tratava, propriamente, de investida contra a gramática, embora tivesse havido certa ruptura de relações no plano de sua prática. A reivindicação de trabalhar com a língua pressupõe conhecimento dela – e isto para Graciliano Ramos e, posteriormente, Guimarães Rosa, é a base do ofício de escritor.

Até entre os que defendiam a partir dos anos vinte, a existência de uma língua brasileira, a preocupação de alinhar contrastes entre o uso brasileiro e o uso português da língua tem como pressuposto a unidade da língua. A denominação "língua brasileira", reivindicada pelos nacionalistas distinguía aquilo que hoje chamamos norma brasileira.

A ruptura das relações superficiais com a gramática e, sobretudo, com o léxico prioritário de Portugal, traria, porém, repercussões futuras – o remédio ultrapassaria a finalidade de cura – tendendo, a longo prazo, para uma radicalização em sentido contrário ao do vernaculismo à portuguesa.

Entre os anos vinte e quarenta e poucos, contudo, o empenho geral era posto no processo de reduzir a "gramatiquice" de que fala Monteiro Lobato, um dos mais dispostos a pôr em prática suas idéias. Nesse propósito, semelhantemente a Mário de Andrade, concebeu um projeto de crítica e simplificação gramatical. A intenção inicial de Lobato era uma gramática histórica e filosófica, que, afinal, se reduziu a um livro paradidático – *Emília no país da gramática*, 1934. O projeto de Mário de Andrade, a *Gramatiquinha da fala brasileira*, era destinado aos "já sabedores" e também sofreu reformulações várias até ser arquivado. Fica, porém, claro que ambos pretendiam, com sua crítica, uma atualização da gramática, que abrigasse também o uso brasileiro.

Por esses dois casos – Lobato e Mário de Andrade – notáveis pela preocupação com as dificuldades gramaticais dos brasileiros, já se percebe que a agitação do problema e a formação da opinião pública, então considerável, continuava a cargo dos escritores.

No entanto, embora com muito menor repercussão, alguns homens do ofício já trabalhavam na adequação da gramática aos novos tempos. A mais feliz concretização dessa proposta, na época, foi a *Gramática secundária* de Said Ali (1923).

*

Para o fim do período em questão um novo fator viria atalhar de vez a liderança dos escritores na condução das correntes de opinião sobre a língua portuguesa no Brasil e suas dificuldades.

Os lingüistas recém-saídos das Faculdades de Filosofia, encarando a questão com menos paixão e muito mais conhecimento específico, entraram a opinar sobre programas de língua e a forma de aplicá-los. O livro de português – agora apenas um – passa a ministrar noções gramaticais apenas vinculadas aos textos antológicos. Paralelamente, também proporcionava noções de matéria correlata, abrindo-se, assim, um leque de conhecimentos complementares, que incluíam, por exemplo, fonética fisiológica.

A este propósito é bom lembrar que assim se construía uma pequena ponte entre a língua escrita e a oral, pois a produção de fonemas e a sua descrição têm, obviamente, base na oralidade e pouca ligação com a matéria propriamente gramatical.

No correr do tempo, a exploração dessa linha diversificada e a passagem da autoria dos livros escolares para mãos menos qualificadas promoveram outro tipo de dificuldade para o estudante – e a conseqüente reclamação por parte dos pais: a matéria gramatical, condicionada aos textos antológicos, fragmenta-se e dispersa-se de tal forma, que dificilmente permite a elucidação de uma dúvida. E a redução dos modelos literários, cada vez mais confinados ao que é mais familiar ao estudante, inclusive em nível de linguagem, já não oferece parâmetros diversificados para a composição de textos, nem, muito menos, para a formação do gosto literário e do espírito crítico.

É natural, pois, que hoje as dúvidas sejam mais numerosas e atinjam até pontos fundamentais da gramática. Estudantes, jornalistas e até professores, ante a cobrança do "certo" (o gramatical), que lhes faz a sociedade, andam tão atormentados quanto antigamente os que se empanturravam de gramática. Com a diferença de que então havia muitos livros à mão e muitos oráculos gramaticais...

Há, pois, uma grande, uma enorme defasagem entre o que a sociedade proporciona através do ensino – englobando-se programas e livros – e os frutos que se esperam.

Sabe-se, hoje, que a modalidade brasileira da língua portuguesa rege-se pela mesma gramática, mas esta poucos conhecem, inclusive os escritores, que há muito deixaram de ser autoridade na matéria, eles também produto de uma formação que dispensa o convívio com o livro. E as dificuldades, que já são muitas, tenderão a multiplicar-se.

NOTAS

1. Cf. "Gramáticos", 1908. In *Ironia e piedade*, São Paulo/Rio de Janeiro, F. Alves, 1916, p.243.
2. Cf. *A Barca de Gleyre e Cartas escolhidas, passim*.
3. Cf. *Infância, Linhas tortas, Viventes das Alagoas e Cartas, passim*.
4. "Foi por esse tempo que me inflingiram Camões manuscrito. Sim senhor: Camões em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês e os barões assinalados." – "O Barão de Macaúbas". In *Infância*, São Paulo, Martins, 1967, p.122.
5. *Leitura manuscrita* – Lições colligidas por BPR. São Paulo, Duprat /s.d./
6. *América* – Educação Cívica. Rio de Janeiro, Bevilacqua, 1897.
7. *Coração*. Vertido do italiano e prefaciado por Valentim Magalhães. São Paulo, Teixeira e Irmão, 1891.
8. *Coração*. Tradução brasileira autorizada, feita da 101ª edição italiana por João Ribeiro. Rio de Janeiro, F.Alves, 1925.
NOTA: consultamos a 48ª "edição cuidadosamente corrigida" (e tirada da de João Ribeiro). São Paulo, F.Alves, 1959.
9. ROCA, Ramos e OLIVEIRA, Mariano de. *Novas leituras*. Terceiro livro, 3ª edição. São Paulo, Tip.Siqueira-Nagel, 1915.

A CÓLERA-MORBUS

Vittorio Bergo
Colégio Pedro II

Deve-se aos franceses, além de outras ingerências em nosso idioma, a masculinização do substantivo **cólера**, feminino pela origem (latina, adaptação do grego), pela estrutura (desinência em a) e até pela significação (ira ou doença física).

Após haverem incorporado em seu léxico usual a palavra **colère**, produto de evolução natural de **cholera**, aditaram eles ao seu glossário científico a forma íntegra **cholera**, assim alatinada quanto à escrita mas idiomatizada quanto à pronúncia, além de traspassada ao gênero masculino.¹

O fato se explica, mas não se justifica, pela interferência do substantivo masculino **morbus**, que lhe foi aposto como distintivo, ou seja, para diferenciar **le cholera morbus = maladie bilieuse**, de **la colère = ire ou courroux**.

Etimólogos franceses não dão exemplo de que se tenha usado **cholera** em latim no gênero masculino. Na língua de Cícero o que pode ter ocorrido é dizer um médico "**ille morbus cholera**", tomando **cholera** por aposto, ou, então, "**illa cholera morbus**", com aposição do substantivo **morbus** em função adjetiva. É como se disséssemos nós "**o mal de Kock, cólera**", ou "**a cólera, mal de Kock**".

Associando mentalmente a **cholera** a idéia do masculino **morbus**, poderia ele dizer **ille morbus** separadamente, e, daí, tomar **cholera** por masculino numa espécie de sínese ou silepse de gênero.

Na *Retirada da Laguna*, obra amplamente divulgada, escrita em francês, em 1868, por Alfredo d'Escragnolle Taunay e traduzida por seu filho Afonso d'Escragnolle Taunay,² há uma como reconstituição, em português, do processo pelo qual se veio a usar como masculino o vocábulo **cólера**. Lê-se ali, por exemplo, o seguinte:

"Supusera-se, a princípio, que seria mero caso esporádico; e sobre o fato se guardara segredo, nada se podendo fazer, tudo nos faltando para **dominar o morbo**." (p. 110).

E mais:

"Supunham alguns fosse o inimigo o **veiculador do morbo**." (p. 111).

Dizer **o cólera morbus** é desacatar a norma gramatical, seja em latim, seja em português. Não é o aposto, e sim o fundamental, que determina a concordância do artigo.

Dir-se-á que **morbo** passou a integrar o substantivo composto **cólера-morbo**. Pois ainda neste caso prevalece o primeiro elemento, que, sendo feminino, exige o artigo **a**. Por isto se diz em português: **a cobra-coral, a mulher-homem, a palavra-tema, a cólera-morbo...**

Aliás não há necessidade de qualquer artifício para discernimento do sentido, pois este se patenteia pelo contexto ou pela situação.³

Lemos num jornal a seguinte manchete:

"CÓLERA JÁ CHEGOU À FRONTEIRA DO BRASIL".

Nem do articular se cogitou. A situação de expectativa causada pela irrupção da epidemia no Peru não permitiu sequer supor que se tratasse de simples manifestação de ira.

Temos caso idêntico no substantivo **raiva**, do latim **rabia**, variante de **rabies**, que se usa tanto para designar **fúria** como **hidrofobia**, sem que haja necessidade de dizer o **raiva** (mal) e a **raiva** (sentimento).

É possível que o francês tenha induzido o profuso dicionarista luso Frei Domingos Vieira, além de outros, a incluir no *Tesouro da Língua Portuguesa* o composto **chólera-morbus** para designar **doença endêmica**, com a nota de **Termo Médico**, além da simples e já aclimada variante **cólera** como sinônimo de **ira**. Mas não se esquivou ele a cândida incoerência, pois também esta última teve ele por **Termo Médico** (com maiúsculas).

Semelhantemente ao que se deu em França, a Real Academia Espanhola discriminou pelo gênero as duas citadas acepções de **cólera**, todavia sem lhes duplicar a ortografia.

A Academia Brasileira de Letras teria anuído por sua vez à posição da francesa, no que toca à duplicidade genérica, ao aprovar o *Dicionário* encomendado ao Professor Antenor Nascentes, cujos originais lhe foram apresentados em 1943. Ao publicar, porém, logo depois, o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, veio a retroceder, recomendando por exato o gênero feminino, ao registrar a palavra.

Também Aurélio Buarque de Holanda se valeu da discriminação genérica segundo o sentido.

Como se vê, são respeitáveis os sectários da doutrina francesa, mas não têm número os autores que, com boas razões, insistem em manter intacta a tradição do vernáculo.

Importa ainda considerar que, ao invés de uma concepção generalizada, os dicionários não são por natureza normativos, dada a preocupação que têm seus autores de facilitar a compreensão de qualquer texto. Por isto registram além de construções excepcionais usadas por autores de nomeada, também expressões suspeitas de autores menos precavidos.

O acreditado dicionarista Antônio de Moraes Silva e não poucos de seus sucessores foram fiéis à origem latina da palavra **cólera**, registrando-a no gênero feminino independente de sua significação.

Se se tocar em grego, porque de **choléra** provém o latim **cholera**, fonte das línguas românicas, advertiremos que também no idioma de Homero tem a palavra o gênero feminino. É o que consta dos dicionários respectivos, em que, aliás, o sentido de **doença** se enuncia em primeiro lugar. E os helenistas Ramiz Galvão, brasileiro, e José Inez Louro, português, não ensinam outra cousa. Esta é, em suma, a convicção que manifestam, no Brasil como em Portugal, os filólogos, gramáticos e escritores mais identificados com a língua.⁴

Dos nossos dicionários etimológicos, o de Nascentes (1932) omite o gênero, mas já se revelou a opinião do autor; o de Antônio Geraldo da Cunha (1982) consigna regularmente o feminino.

Não há supor que algo tenha obstado à transição, do latim para o português, da palavra *cólera*, observadas as naturais alterações, que no caso se cifraram à ortografia. Chegou-nos ela intacta quanto à classe, à significação e ao gênero. Mudar-lhe este é, portanto, descaracterizá-la. É mero galicismo.

NOTAS

1. É de notar que, ao registrarem em seus Dicionários a época do aparecimento do vocábulo *cholera (morbus)* em França, os reputados etimólogos Alberto Dauzat, Oscar Bloch e W. von Wartburg não fizeram a menor referência ao gênero masculino.
2. *A Retirada da Laguna*, de Alfredo d'Escragnoille Taunay, Visconde de Taunay, traduzida pelo filho do A., Affonso d'Escragnoille Taunay, 37º milheiro, Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, 1928, encerra os acontecimentos principais da campanha do Paraguai e narra as dificuldades da luta, agravada com o surto da *cólera*.
3. Justificando a adoção do gênero masculino atribuído a *cólera*, em nota a carta na qual certo leitor de *O Globo* estranha no jornal tal uso, aliás em conflito com correspondentes do jornal que, retamente, preferem o feminino, cuja liberdade não lhes foi tolhida, o responsável pela seção *Cartas dos Leitores* se arrima a um médico ilustre, que "sustenta que em francês, primeira língua em que foi registrada, em 1549, 'cólera', doença, é masculina, embora dicionários apontem a mesma raiz grega 'kolé' para as duas acepções. " O Globo opta pela grafia masculina (sic) para que fique claramente diferenciado o 'morbo', o mal, do caráter irascível da outra manifestação." (Edição de 22.05.91). Acrescente-se, ainda, que, também regida de preposição, *cólera* não se distingue pelo gênero: "Houve ali vários casos de *cólera*." (Dos jornais).
4. Veja-se o que, em suma, diz acatado autor: "CÓLERA. Pretendeu-se defender o gênero masculino desta palavra, na designação da doença. Opinaram a favor do feminino mestres, como J. Leite de Vasconcelos, C. Figueiredo, Ribeiro de Vasconcelos, G. Viana, etc. E prevaleceu este gênero. Portanto, a *cólera (morbus)*, e não à francesa o *cólera*." (Vasco Botelho do Amaral, *Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa*, p. 123-4, Editora Educação Nacional – Porto, 1938).

CAMILO, O BRASIL E OS BRASILEIROS

Aníbal Pinto de Castro
Universidade de Coimbra

Sempre em unísono com a vida da grande Comunidade luso-brasileira, abrem-se, mais uma vez, de par em par, as portas deste Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, para celebrar, ainda no âmbito das comemorações do primeiro centenário da sua auto-imolação, a figura e a obra de Camilo Castelo Branco, por certo uma das mais autênticas e profundas expressões do nosso ser coletivo, tal como se afirmou (e continua a afirmar-se!) em ambas as margens do **mare nostrum Atlanticum**, que geograficamente as separa como se assim melhor as quisesse fundir num todo espiritual inconsútil, que o tempo e a História, longe de enfraquecerem, em cada dia mais enriquecem e consolidam, sem que, pelo exercício da ação do Brasil e de Portugal, como nações dotadas de individualidade própria, se perturbe sequer a essência da generosa comunhão lusíada que partilhamos na língua e na cultura.

E a circunstância de tal celebração marcar, logo após a confraternização desta tarde, o início da visita oficial de S.Ex.^a o Senhor Primeiro Ministro de Portugal, na companhia de vários membros do seu Governo e de altas individualidades da vida política e econômica portuguesa, está a fazer a Terras de Santa Cruz, significa, aos meus olhos de universitário e de homem de cultura, a deliberada intenção de, numa época em que tanto da vida das nações se pauta pelos padrões do material, perscrutar as raízes mais fundas e tenazes dessa essência da nossa identidade, para que a árvore frondosa que elas alimentam, há quase cinco séculos, melhor possa florescer e frutificar no futuro.

A cultura e a língua portuguesas não-de ser, com efeito, a seiva e o plasma dessa vida do espírito, que assim nos une sem nos confundir. E a obra de Camilo Castelo Branco, erigindo, nas modulações semânticas e rítmicas dessa língua, hoje usada por cerca de 180 milhões de falantes, um monumento literário e cultural mais perene que o bronze de que falava o clássico, oferece um pretexto e um exemplo de maravilhosa oportunidade para, por ela e com ela, reafirmarmos e fortalecermos, na nossa consciência de Brasileiros e Portugueses, a certeza da validade, da legitimidade e da atualidade desses valores, que são o cerne de nós próprios e da nossa alma. É que a obra de Camilo, nascida embora de um e num determinado momento da história da sociedade e da cultura portuguesas, teve o condão de alcançar, independentemente dos tempos e lugares em que se operou a sua recepção, uma grandeza e amplitude de significado que a configuram como um paradigma intemporal da nossa maneira de ser e de estar no mundo, mesmo quando, como no caso do Brasil, nos possamos situar fora das fronteiras políticas ou geográficas da velha e pequena Casa Lusitana.

E se há instituições que pudessem servir de templo a uma celebração com esse rito e essa intenção, o Real Gabinete Português de Leitura é inquestionavelmente uma das primeiras em todo o mundo lusíada e a única no Brasil, tão rico é o acervo das espécies da sua camiliana e tão antiga é a sua devoção pela obra de Camilo, pois data de 1882, quando, por intermédio de Luís Caetano Pereira de Guimarães Júnior, então em funções diplomáticas na Legação do Brasil em Lisboa, esta Casa adquiriu, diretamente ao Escritor, parte da sua biblioteca e um valioso lote de autógrafos¹. Quanto

à valia da sua camiliana, bastará recordar que nela se conserva o manuscrito autógrafo do *Amor de Perdição*, em boa hora dado a público, em 1983, pelo saber e devoção à cultura portuguesa do meu velho Amigo e querido Colega, Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, em edição promovida pela Direção que então presidia aos seus gloriosos destinos, conjuntamente com a Livraria Lello, do Porto, herdeira de uma longa e operosa tradição editorial de textos camilianos, desde os tempos de Chardron².

Creio poder afirmar, sem receio de contradita, que, ao longo dos oito séculos de produção literária portuguesa, Camilo foi quem melhor soube captar e exprimir, para além de contingências epocais, os traços que mais fiel e genuinamente definem o conjunto de características, positivas ou negativas, do homem português, tanto no foro individual como no quotidiano por ele vivido e sofrido nas suas relações com os outros. Porque se Camões decerto o ultrapassou em profundidade lírica, no canto de um sofrimento pessoal interior, nascido dos seus erros, da má fortuna e do amor ardente que o consumiu em várias chamas, e depois dolorosamente agudizado pelo fatal confronto com o desconcerto de um mundo que o não entendia, e que ele só entendia quando o contemplava com olhos de engano ou na transcendência da Jerusalém celeste, Camilo alcançou uma visão mais completa e socialmente mais autêntica, talvez porque, saindo mais de si para atentar nos seus contemporâneos, vendo-os embora através do prisma da sua sensibilidade e do seu drama pessoal, pôde captar melhor a imensa gama das relações que, por movimentos de atração e rejeição, urdem as teias que, em cada época, dinamizam as sociedades, pelos encontros e desencontros de interesses, de sentimentos, ou dos conflitos que eles inevitavelmente provocam. E com a vantagem de, tanto pelas suas próprias características de forma, gênero e conteúdos, como pela feição cultural e social da época de escrita e de recepção, a sua obra se situar ao alcance fácil de um leitor que, para lhe captar a mensagem, irmanando-se com as suas personagens, não tinha necessidade de grande bagagem cultural.

É na dimensão desta interpretação da obra de Camilo como expressão genuína de Portugal e como elo fortíssimo da coesão afetiva, lingüística e cultural entre Portugal e o Brasil, que eu pedia licença a Vs. Ex^{as} para colocar as considerações que vou submeter à vossa benévola consideração, desempenhando-me assim, o melhor que puder e souber, do encargo que o generoso convite do Senhor Primeiro Ministro, Prof. Cavaco Silva, hoje de mim fiou e das minhas obrigações de amizade para com esta Casa, ainda há pouco tão amavelmente lembradas pelo Senhor Presidente da Direção.

É que a recepção da obra de Camilo no Brasil representa, em meu modesto entender, uma das provas mais convincentes desta minha tese.

Não obstante a reiterada e impiedosa caricatura que fez do emigrante que, oriundo das províncias nortenhas, vinha ao Brasil para amealhar os bens de fortuna que a terra-mãe lhe não dava, na personagem-tipo do "brasileiro" de torna-viagem³, e apesar da acrimoniosa ironia com que tratou alguns escritores brasileiros nas páginas tão saborosas do *Cancioneiro alegre* ou dos *Críticos do "Cancioneiro alegre"*, não sofre dúvida que a obra de Camilo foi sempre recebida no Brasil com caloroso entusiasmo, tanto pelos brasileiros como pelos elementos da colônia portuguesa que aqui mourejava. Prova dessa realidade dão-na as excelentes camilianas reunidas, quer por mão de particulares, quer em coletividades da colônia, as marcas que a leitura da sua obra deixou em autores brasileiros (assunto ainda por estudar em profundidade, mas que será objeto de merecida atenção no Congresso Internacional de Estudos Camilianos⁴ que vai ter

lugar em Coimbra, no final de Junho próximo), ou até a frequência com que, ainda nos dias de hoje, encontramos excelentes exemplares de primeiras edições ou de espécies raras da sua bibliografia passiva nos alfarrabistas do Rio, de São Paulo ou de outras cidades. Ainda no dia 2 de Abril último, a pena peregrina de Josué Montelo o reafirmava, em artigo publicado no *Jornal do Brasil* intitulado *O romance da paixão camiliana*, a propósito da biografia do Escritor elaborada no princípio dos anos 40, deste século, por Lindolfo Collor e agora em vias de edição na Nova Fronteira.

E tendo dado comigo a perguntar que razões explicam este aparente contra-senso.

A explicação plausível e convincente não é decerto tanto a beleza literária da obra em que tais personagens viviam (que para a apreender faltaria preparação estética à grande maioria dos nossos compatriotas que por cá o liam), mas a consciência, implícita ou explicitamente assumida, da identificação desses mesmos leitores com aquelas personagens que, na ficção, refletiam, como espelho cristalino, as suas próprias qualidades e defeitos.

O "brasileiro" de torna-viagem representa, com efeito, em muitas páginas da ficção camiliana, uma caricatura que, fazendo dele um **tipo**, toca as raízes da crueldade, acirrada pela lembrança constante e tão dolorosa daquele Manuel Pinheiro Alves que de S. Miguel de Ceide emigrara muito novo para o Brasil e daqui partira "pesando uns oitenta contos de réis", para "comprar", com o seu poder de argentário, a "mulher fatal" que amorosamente arrebatara o ardor da sua alma romântica, na figura juvenil de Ana Plácido. Basta recordarmos os grotescos "retratos do natural" de Hermenegildo Fialho Barrosas e dos outros membros da "respeitável corporação", que encontramos n' *Os brilhantes do Brasileiro*⁵, o João José Dias de *O que fazem mulheres*⁶, a conhecida descrição da chegada do Bento Pereira de Montalegre a Santiago da Faia, no *Eusébio Macário*⁷, e tantos outros.

Mas nem sempre esta personagem-tipo é encarada pela sua face negativa, ou apenas por ela. E a crítica não tem dado a este facto a devida atenção. Há, com efeito, na novela camiliana exemplos muito sugestivos de portugueses emigrantes para o Brasil que conquistaram a sua fortuna por meios lícitos e honrados, muitas vezes graças à confiança que, a sua honestidade e dignidade de comportamento alcançaram junto de patrões e protetores que, firmados nessas qualidades, os associaram às suas empresas comerciais, os fizeram seus herdeiros, ou até os integraram nas suas famílias. É o caso, entre muitos outros, daquele Bernabé enjeitado, protagonista d' *O Comendador*, a segunda das *Novelas do Minho*⁸, do Jacinto de Deus d' *A bruxa do Monte Córdova*, agraciado pelo Governo com o título de Barão de Burgães, pelos "serviços de humanidade prestados aos seus compatriotas infelizes, no Rio de Janeiro"⁹, ou, embora já em nível social diferente, o de António de Azevedo, das *Estrelas propícias*, que daqui, do Rio, escrevia a Corina da Soledade:

O que tu queres de mim não é muito amor, e uma casinha além no nosso Minho, e as serenas alegrias, prometedoras de um fim de vida sossegada? Lá me tens o coração, e eu cá o espírito a granjear o mais. Não o tenho ainda: poucos anos bastarão a esta opulência, que tão pouco vale aqui e lá¹⁰.

Acontece até por vezes que uma destas personagens, primeiro retratada com traços de grotesco caricatural, surge depois, no decorrer da narrativa, encarada numa perspectiva de honradez que, pese embora uma certa carga de boçalidade na sua vivência e formulação, ou o pendor para o "sublime truanesco", tão ao gosto romântico, pretende ostensivamente mostrar algumas das características a que o povo português desde sempre se manteve mais fiel. É assim que aquele mesmo João José Dias de *Que fazem mulheres*, a princípio retratado como o **non plus ultra** da fealdade, quando se julga atraído pela mulher, surge como um obcecado pela sua noção de honra, repetidas vezes afirmada em estilo que, não destoando dos seus traços físicos, converte as suas palavras em sentenças quase lapidares, de comovedora sinceridade:

Tu queres matar-me, mulher! mata-me, mas deixa-me a honra,
que eu estimo mais que tudo;

Ou:

Vai-te para as profundas do inferno, e nunca descanso tenhas
noite e dia enquanto me não vieres pedir perdão de queres desonrar
teu marido, que te deu palácios, e quintas, e carruagens, e tudo quanto
cobre o sol. Vai-te para onde quiseres, ingrata mulher, e quando
souberes que eu morri doido vem tomar conta de tudo isto que é teu,
porque o que vocês querem todos é acabar comigo, para ficarem com
isto que eu ganhei com honra a trabalhar como um moiro¹¹.

Ora quantos portugueses liam as novelas de Camilo, do lado de cá do Atlântico, não podiam deixar de rever-se em traços que, como estes, tocavam no mais profundo da teoria de valores ancestrais, que haviam trazido de Portugal na sacola da sua pobre bagagem de emigrantes. E isso bastaria para provocar neles uma adesão que nem a truculência do sarcasmo que encontravam noutras páginas era capaz de pôr em causa.

Outros motivos – e por certo mais ponderosos – havia, porém, para que essa adesão se aprofundasse e fortalecesse, e que, estando bem no cerne da temática camiliana, singularmente se identificavam com algumas das marcas mais genuínas da alma portuguesa que esses emigrantes sentiam viver em si com a vitalidade que o afastamento da pátria sempre forja com o travo agriçoce da saudade.

Se bem atentarmos no mundo ficcional criado pela prodigiosa imaginação do escritor, em permanente labor, com base nos dados fornecidos pelo seu vasto cabedal de leituras, pela sua variada cultura e pelos seus agudíssimos dons de observação da vida que o rodeava e da sua própria vida, fácil nos será verificar que, bem dentro dos códigos estéticos da sua época e em perfeita sintonia com a sua sensibilidade, ela apresenta ao leitor um singular conjunto de traços em manifesta coincidência, não apenas com a **forma mentis** da grande maioria dos seus contemporâneos, independentemente do seu estatuto social ou do seu grau de cultura, mas também com alguns dos caracteres que melhor e mais persistentemente individualizam o perfil do homem português, ao longo dos séculos, no jogo de contrastes que o fazem ao mesmo tempo alegre e triste, calmo e arrebatado, lírico e irônico ou até sarcástico, religioso e anticlerical, atrevido e timorato, aventureiro e pacatamente agarrado à courela que lhe

foi berço, capaz de heroicidades logo seguidas de misérias, rochedo de honradez e fácil aproveitador de oportunidades ou mesmo de oportunismos.

De todas estas situações e de todos estes modelos humanos, magistralmente recriados pelo prodígio da ficção, encontramos abundantes e significativos exemplos na múltipla produção narrativa do autor d' *Os brilhantes do Brasileiro*.

E como essas personagens ficcionais nasciam de uma freqüente e flagrante proximidade com pedaços da vida real, com as pessoas "históricas" que o autor aí encontrara e com as quais estivera ligado por laços de amor ou ódio, ou mesmo com factos pessoais arrancados à sua própria biografia, não era de admirar que inúmeros leitores seus, porque sofriam na carne e no espírito tantos dos problemas e das angústias patentes nas páginas das suas novelas, se identificassem com elas e com o escritor que para eles as criara, sem para isso, aliás, terem de fazer um grande esforço de imaginação.

Na obra camiliana, por um admirável efeito de capacidade criativa, o autor empírico e as pessoas que ele conheceu na vida fundem-se com o autor textual para conviverem todos com as personagens criadas e com os futuros leitores, num mundo bizarro e fascinante onde junta, bem ao gosto romântico, com um realismo ora trágico, ora lírico, ora burlesco, vivos com mortos, fantasmas com gente de carne e osso, criações nascidas da ficção com cidadãos que o leitor saudara na véspera, ao comprar o volume onde narcísica ou desesperadamente se remirava. O próprio Camilo o confessou, neste passo das *Noites de insônia*, que ainda hoje, à distância de mais de um século, exerce sobre nós um efeito de arripante e onírica sedução:

Vou ao jazigo das minhas ilusões, exumo os esqueletos, visto-os de truões, de príncipes, de desembargadores, de meninas poéticas à semelhança das que eu vi quando a poesia era o aroma dos seus altares. Visto-me eu das cores prismáticas dos vinte anos, aperto a alma com as garras da saudade até que ela chore abraçada ao que foi. E depois, neste festim de mortos, conversamos todos; e eu, no alto silêncio da noite, escrevo as nossas palestras. Às vezes, entre muitos estridores que me ressoam nos ouvidos, o mais distinto é o dobre de finados. É quando a aurora reponta: a luz espanca as imagens cujo meio de vida é a treva e o silêncio.

Venho então sentar-me a esta banca, dou formas dramáticas ao diálogo dos meus fantasmas, e convenço-me de que pertença bem aos vivos...¹²

É nesse mundo, onde a fantasia ou mesmo a fantasmagoria, por incrível que pareça, não distorcem a realidade, que – repito – os leitores de Camilo encontravam o espelho das suas próprias vidas e dos dramas que as agitavam, num quotidiano feito de muitos sofrimentos e de poucas alegrias.

Os conflitos entre os direitos ideais do coração e os interesses rasteiramente materiais do dinheiro, com freqüência agudizados pelas diferenças sociais ou culturais; as soluções drásticas para tais conflitos, com desenlaces muitas vezes marcados pela tragédia; o contraste entre os grandes pecados e a sublimidade de luminosas, mas quase sempre dolorosas, abnegações; a violência das paixões daí nascidas; a força das ambições; o valor do dinheiro como mola dinamizadora das sociedades modernas, cujo

significado e valor romanesco aprendera na *Comédie Humaine*, de Balzac, fazendo do tal "brasileiro de torna-viagem" a sua expressão paradigmática para a sociedade portuguesa¹³; os movimentos político-ideológicos e militares que tinham dilacerado no corpo e no espírito a sociedade portuguesa de Oitocentos, a partir da Revolução liberal de 1820; a dinâmica dos vários grupos socio-econômicos e dos vários estratos culturais, expressa sobretudo através daquela espécie de miscigenação, pela qual a velha nobreza de costado, empobrecida por dissipações e por ociosidades, vegetava sabe Deus como nos seus arruinados solares de província, procurando, para melhor sobreviver, redourar os braços à custa dos cabedais da burguesia endinheirada, não raro no labutar da emigração neste generoso solo brasileiro; a conseqüente formação da nova classe de burguesia já nobilitada, mediante a proliferação dos barões e viscondes, enfeitados com os "hábitos" de Cristo pendurados às três pancadas nas casacas mal talhadas – tudo isso, que, constituindo a essência e condicionando os muitos e fortes movimentos sociais e anímicos do Portugal do Liberalismo, vive nas páginas da novela camiliana, tinha de afetar, em maior ou menor grau, por vivência própria ou por conhecimento direto, o homem português do século XIX, que dessa sociedade era parte e era comparsa, quer tivesse ficado nas vilas e aldeias do Norte do País natal, quer moirejasse aqui, ao lado, na Rua do Ouvidor, em qualquer negócio de secos e molhados, quer se aventurasse, em magro negócio de mascate, a quebrar o isolamento das sinhás, nas fazendas e engenhos do sertão, com a alegria dos enfeites e bijutarias que lhes levava nas malas do seu negócio.

Depois, cada página desses livros exercia e exerce um mágico poder e evocação sobre quem a lê, principalmente, quando a distância, marcada pelo tempo longo da viagem e sobretudo crispada pela dor da ausência, nimba a imagem da realidade longínqua, tantas vezes feia e amarga, com os sutis e perturbadores matizes da saudade.

É que, pela proximidade com a realidade humana e geográfica própria de quantos para aqui vinham, de Portugal, granjear a sua prosperidade futura, a obra de Camilo como que presentificava não apenas pessoas e situações, mas paisagens, ambientes, costumes, cantigas populares, mil pequenos pormenores que fazem a vida e são, por isso mesmo, objeto de uma vivência feita de irracional apego afetivo, situada no subconsciente ou mesmo no inconsciente, mas dotada de terrível e insuspeitada força moral.

Pensem apenas no caso da paisagem¹⁴. Todo o mapa do Minho e de Trás-os-Montes se desdobra nas páginas da novela camiliana, desde a meiga beleza de égloga das margens do Lima ao paradisíaco arvoredado do **Bom Jesus do Monte**, passando pela adustez, ora calcinada, ora alvinitente, das alturas do Barroso e do Marão, as veigas férteis entremeadas de bouças, que vão de Famalicão a Santo Tirso, os areais da Foz, do Mindelo e da Póvoa, os ares lavados do Candal, os pinhais gementes do Monte Córdova, as fúrias embravecidas do Tâmega em época de cheia... Que sei eu?!... Vejam Vs. Ex^{as}. como simples exemplo, este quadro, tirado d'*O Senhor do Paço de Ninães*, em que o leitor é convidado a fruir com o narrador das belezas de uma paisagem topograficamente localizada:

Estamos no Minho, o leitor e eu. Chegamos à Portela, na estrada de Guimarães. Deixada a estrada, entremos numas brenhas de árvores, por atalho tortuoso com seu dossel de carvalheiras e festões de vides

enroscadas nelas. Andou o leitor um quilômetro em vinte minutos, se não parou algumas vezes a respirar o acre saudável das bouças, e a ver o pulular dos milharais e a ouvir as toadas das searciras que cantam. Para este ver, cheirar e ouvir, é preciso que vamos em Agosto ou Setembro, ao repontar do sol ou ao desdobrar da noute...¹⁵

Quantos corações de portugueses, longe da sua terra, terão batido mais apressadamente, ao evocarem, em páginas como esta, paisagens que a saudade jamais deixara apagar na retina da sua memória!

Seria um nunca acabar, se quisesse mencionar todos esses quadros de beleza e de fascínio, com tantos dos quais ele e as suas personagens se identificam, por vezes numa espécie de serenidade panteísta capaz de vencer a própria morte. Não foi ele quem pediu:

Quando a acácia de Jorge inda outra vez inflore
Chamai-me que eu d'Abril nas auras voltarei! ?

O mesmo pode dizer-se das paisagens urbanas. O Porto, Braga, Vila Real, Viana do Castelo, Viseu, e tantas outras cidades e vilas portuguesas, aparecem a cada passo, em quadros onde a paleta do escritor lhes fixou não apenas as ruas e praças, mas a vida própria de cada uma.

Essa presença da paisagem revela-se até, com exuberante significado, na abundância e autenticidade dos topônimos. Quem, ainda hoje, lê Camilo, facilmente se julga viajando pelas estradas do Norte de Portugal, e vendo com atenção as placas toponímicas que identificam nas suas bermas as localidades por onde vai passando. Que faria naquele tempo! Landim, Pouve, Celeirós, Tibães, Santo Tirso, Mondim de Basto, a Campeã, Miranda, Caçarelhos, a estalagem da Ovelhinha, na subida para Marão, as aldeias do Barroso, e tantos, tantos outros nomes que presentificavam, pela saudade, na memória do leitor, outras tantas situações das suas vidas passadas.

Depois desses inefáveis reencontros dos leitores de Camilo consigo próprios, com a sua infância e com a sua juventude, através dessas páginas que, como por magia, os transportavam para junto dos seus ou de quanto com eles tinham vivido, que importavam as caricaturas dos Bentos Pereira de Montalegre ou dos Hermenegildos Barrosa, que ainda por cima os faziam rir e nas quais porventura reconheciam razão e justiça suficientes para lhes fazerem desculpar os exageros?

Para além dessas afinidades e seduções, um outro valor, porém, as aprofundava e lhes conferia novas e mais ricas dimensões, porque, exprimindo-as, lhes dava uma existência real capaz de vencer o tempo e as distâncias da separação e, sendo comum ao escritor e aos seus destinatários, lhes oferecia uma coesão fortíssima, facilmente erigida, através de imperceptível metamorfose, numa riqueza comum e até uma segura forma de cumplicidade, tanto mais tranquilizadora quanto experimentada, consciente ou inconscientemente, em contextos sociais e humanos nem sempre favoráveis ou, não raro, adversos. Era a língua que lhes era comum e que, manejada com exímio virtuosismo semântico e estilístico pela pena de Camilo, a todos oferecia um belo padrão fixado pela escrita, sem ver defraudada ou sequer atingida a genuína e pura vernaculidade que os tais leitores tinham bebido com o leite materno, lá nas suas aldeias natais. Como

acontecia, afinal, com ele, de acordo com a sua própria confissão, neste passo de *Vinte horas de liteira*:

Quando quero retemperar a imaginação gasta, vou caldeá-la à incude do viver campesino, evoco lembranças da minha infância e adolescência passadas na aldeia, e até a linguagem me sai de outro feitio, singela sem afectação, casquilha sem os inviesados estilistas bucólicos¹⁶.

Deste modo, a sua leitura era também e sempre um procurar do tempo perdido e um reencontro do emigrante com a sua própria essência cultural, no que ela tinha de mais espontâneo e duradouro – a capacidade de expressão – enquanto, para o leitor brasileiro, se transformava num meio de enriquecer e aprofundar uma competência lingüística a todos os níveis, do da simples comunicação coloquial ao da criação literária, constituindo assim um poderosíssimo fator de unidade no grande espaço lingüístico do português, onde já então se distinguiam, sem quebra da identidade de cada uma, a norma lusitana e a norma brasileira.

Comemorar Camilo, em Portugal ou no Brasil, volvido um século sobre a sua morte, não é, pois, um ato melancólico de saudosismo passadista, mas uma reafirmação da vitalidade da língua que nos é comum e da unidade lingüística que faz das nossas pátrias uma grande realidade cultural do mundo moderno. Importa por isso fazer também de tal comemoração uma atualização dos meios mais eficazes para o conhecimento científico e para a salvaguarda dessa realidade, conjugando a unidade que lhe vem da história com a legítima diversidade que essa mesma história consagrou ao configurar, com ela e por ela, realidades nacionais distintas.

Nessa perspectiva, bem podemos com verdade dizer que a celebração do ato que nos congrega, aqui, nesta pujante expressão de uma cultura viva, que é o Real Gabinete Português de Leitura, no âmbito da visita oficial do Primeiro Ministro de Portugal ao Brasil, é um oportuno ato político, e de longo alcance político, no mais elevado, nobre, e puro sentido que a palavra pode assumir.

É que a realidade cultural que a obra de Camilo representava há um século e que determinou a sua tão significativa recepção e difusão no Brasil, não se apagou com o estampido trágico do tiro suicida disparado, há cem anos, lá longe, naquela casa triste, em tarde modorrenta de uma recatada aldeia minhota. Ela permanece viva e atuante, porventura sob formas diversas, mas com não menor pujança. É como se a acácia de Jorge, reverdecida, por milagre estendesse até aqui a sombra suave e benfazeja dos seus ramos de novo inflorados, ao chamamento dos leitores de Camilo!...

Vive-se hoje no Brasil, em termos de investigação e de ensino, uma hora alta do culto e do cultivo da língua portuguesa. Graças às Universidades, por certo. Mas também, e com não menor entusiasmo, graças à dinâmica visão cultural com que os empresários brasileiros e portugueses, na senda dos que nestas terras os precederam a trabalhar honradamente, sabem hoje dar continuidade aos seus interesses e às suas preocupações, promovendo colóquios, seminários, cursos interdisciplinares e outras iniciativas desenvolvidas por organismos como o Centro Luso-Brasileiro de Cultura, sob os auspícios da Federação das Associações Portuguesas e da Fundação Cultural Portugal-Brasil, à frente dos quais surge a decisão de homens como o Dr. Antônio

Gomes da Costa, e contando para isso com a dedicada e qualificada colaboração científica de grandes nomes da Universidade brasileira, entre os quais é de elemental justiça lembrar, para agradecer, os de Gladstone Chaves de Melo, Sílvio Elia, Maximiano de Carvalho e Silva, Evanildo Bechara e Basílio Rodrigues, que assim continuam o labor de honra e devoção de Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Matoso Câmara e Celso Cunha, essa ínclita geração de filólogos e de Mestres eméritos que com tanta harmonia conciliaram, com ciência e consciência, a profundidade do saber e a generosa magnanimidade dos seus corações, sempre a vibrar por Portugal, como se com isso melhor soubessem amar o Brasil.

Como último exemplo desse entusiasmo permitam-me Vs. Ex^{as} que refira o seguinte: há pouco mais de uma ano inaugurou-se oficialmente o Instituto de Língua Portuguesa, no Liceu Literário Português; alguns dias antes de partir de Coimbra, chegava-me o primeiro número da sua jovem revista, intitulada *Confluência*, que, estou certo, virá desempenhar um grande papel como órgão desta nova gesta em defesa e ilustração da nossa língua.

É por demais tempo de terminar.

Viemos aqui para celebrar Camilo. Mas ao celebrar a obra que nos deixou, que tão fortes elos forjou entre portugueses e brasileiros e que tantas saudades e amarguras ajudou a curtir, aos nossos compatriotas que, ao longo deste século ao Brasil vieram ganhar o seu pão, nós viemos também e acima de tudo, celebrar o milagre do verbo lusíada, de que ele e essa obra são uma das mais genuínas e portentosas afirmações.

Um milagre, tornado realidade em cada geração desde os trovadores galego-portugueses, através das crônicas de Fernão Lopes, dos autos de Gil Vicente, de Camões, de Vieira, Garrett, Eça, Pessoa, Torga, Alencar, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Machado de Assis, Rui Barbosa, Bilac, Graciliano, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Drummond e tantos, tantos outros. Um milagre vivificado pelo linguajar de marinheiros, comerciantes e soldados; pelas singelas prédicas dos missionários, de que Anchieta é símbolo ao mesmo tempo humilde e gigantesco; pelo contributo dos escravos africanos; e pela beleza eufonicamente tropical das vozes dos índios, num todo inconsútil e de infinitas potencialidades expressivas de quanto vive na alma do mundo que o português criou.

Um milagre que é uma herança sagrada, que todos (Portugueses, Brasileiros e Africanos de Língua Portuguesa) temos, por imperativo de consciência coletiva, o dever de amar, prezar, preservar e continuar, com resoluta decisão, com serena dignidade e com uma forte certeza na sua capacidade de afirmação, no futuro, como expressão da grande comunhão lusíada que queremos ser no mundo da pós-modernidade.

NOTAS

1. Vide Alexandre Cabral, *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa, 1989, p. 307.
2. Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição (Memórias duma família)*. Reprodução fac-similada do manuscrito, em confronto com a edição crítica, segundo plano organizado e executado sob a direção de Maximiano de Carvalho e Silva. Estudo prévio

- histórico-literário de Aníbal Pinto de Castro. Rio de Janeiro / Porto, Real Gabinete Português de Leitura / Lello & Irmãos Editores, 1983. Sobre as vicissitudes da entrada do precioso manuscrito na biblioteca onde se encontra, vide *ib.*, p. XII-XIII.
3. Cf. Guilhermino César, *O "brasileiro" na ficção portuguesa. O direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1969, em especial as p.53-72
 4. Este Congresso realizou-se em Coimbra de 24 a 29 de junho de 1991.
 5. Vejam-se em especial os capítulos I e III (cf. *Obras completas* publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida, vol. VI, p. 885 e segs. e 896 e segs.).
 6. Cf. *Obras completas*, vol. II, p. 1254 e segs.
 7. Cf. *ib.*, vol. VIII, p. 494 e segs.
 8. Cf. *ib.*, vol.VIII p.45-84.
 9. Cf. *ib.*, vol.V p.1372.
 10. *Ib.*, vol. IV p.290.
 11. *Loc. cit.*, p.1310 e 1312.
 12. *Noites de insomnia*. Publicação mensal, nº 1, Janeiro de 1874, p. 6-7.
 13. Veja-se, a este propósito, o que escrevi em *Balzac em Portugal*. Coimbra, 1960, p.143 e segs.
 14. Cf., a este propósito, o meu artigo *A paisagem do Minho na ficção camiliana*, in "Boletim da Casa de Camilo", III Série, nºs 9-10, 1988, p.79-101.
 15. *Obras completas*, ed. cit., vol. VI, p.175.
 16. *Obras completas*, ed. cit., vol. IV. p. 1024.

TRANSCRIÇÕES

MODIFICAÇÕES DA FORMA LITERÁRIA

Sousa da Silveira

Um estudo de grande proveito a quem se interessa pelo estilo literário, é o que consiste no exame analítico das alterações feitas numa redação primitiva.

Em regra geral, o autor melhora o texto anterior. É mesmo com esse fim que ele o modifica. Às vezes, porém, não realiza o seu intento: passada a inspiração, parece que ele não consegue, a frio, manter-se à altura dela.

Como exemplo, cito um caso de João de Deus. Nas *Folhas Soltas*, p. 150 da edição de 1876, do Porto, a poesia *Saudade* começa com estes versos:

"Tu és o cális;
Eu, o orvalho!
Se me não vales,
Eu o que valho?"

Na edição de Lisboa, 1896, do *Campo de Flores*, aqueles versos estão na p. 38, mas assim redigidos:

"Tu és o cális,
E eu o orvalho:
Se me não vales,
Eu nada valho!"

Acho a última redação bem inferior à primeira. A linguagem é, sim, intelectual, racionada, lógica, mas por isso mesmo um tanto sem vida. O poeta diz friamente que a mulher inspiradora é o cális e ele (notem a conjunção e ligando gramaticalmente, com toda a regularidade, as orações) e ele o orvalho: se não lhe valer, tira ele, sem nenhuma emoção, a conclusão de que ele nada valerá.

Vejamos agora como se houve o poeta na redação anterior. A linguagem é sentimental. A falta de nexos gramaticais (assíndeton) entre as duas orações que iniciam o período dá mais energia à expressão, tornando mais forte a oposição entre o "tu" da primeira e o "eu", que a vírgula que lhe vem depois faz pronunciar-se com ênfase, da segunda:

Tu és o cális (**pausa**);
Eu (**ênfase e pausa**), o orvalho.

E a conclusão final, em vez de ser apresentada com frieza, enunciativamente, é feita sob a forma de uma interrogação angustiada, na qual a antecipação do sujeito do verbo "valho" põe ainda mais força de sentimento do que se encontraria na construção, sintaticamente mais regular, "o que valho eu?":

Se me não vales,
Eu (pausa, com *augústia*) o que valho?

No célebre cantar à maneira de solau, da *Menina e moça*, fala a ama, que está cuidando de uma criança.

Esta criança – uma menina – nascera entre desventuras. A mãe morrera do parto. No afã de cuidarem da mãe, haviam deixado de lado a criança, que não teria vingado se a ama não a tivera socorrido. Na cantiga, a ama recorda as desgraças passadas, e procura consolar-se das suas apreensões do futuro notando que tão linda criatura, como era a menina, não poderia vir a ser infeliz.

Mas estes lampejos otimistas da ama não duram muito: logo os abafa a nuvem negra dos maus pressentimentos. Está a ama num desses instantes de dúvida quando diz à criança:

"Eu vos ouvi a vós só
primeiro que outrem ninguém;
não fôreis vós se eu não fora,
não sei se fiz mal, se bem."

E logo, num impulso vivo, como para afastar de si a dúvida cruel "não sei se fiz mal, se bem", que lhe assalta o pensamento:

"Mas não pode ser, senhora,
para mal nenhum nascerdes,
com este riso gracioso
que tendes sobr'olhos verdes."

O pronome "este", da 1ª pessoa, em vez de "esse", faz que vejamos a ama, num acesso de ternura, aproximar de si a criança, que tem reclinada no regaço; aproximá-la de tal modo e manifestar por ela tal interesse, que pode usar aquela forma do demonstrativo, para dizer mais ou menos isto: este riso gracioso, que tenho tão perto de mim, que acho tão bonito, que sobressai tanto *sobre* olhos verdes.

O riso, irradiando pelo semblante, forma uma expressão de fisionomia que parece pairar sobre o rosto e, portanto, *sobre* os olhos: o verde dos olhos constitui o fundo sobre o qual o riso voa e sobressai.

Vê-se a força expressiva do pronome "este" e da preposição "sobre", que aparecem no texto da edição de Ferrara (1554), acima transcrito, apenas com diferenças de ortografia e pontuação.

Edições posteriores trazem, porém, o texto deste modo:

"Mas não pode ser, senhora,
pera mal nenhum nascerdes,
com esse riso gracioso
que tendes sob olhos verdes."

A idéia de que o demonstrativo "esse" é o que, gramaticalmente, convém à pessoa com quem se fala, provocou a substituição de "este" por "esse": e com semelhante alteração o estilo ficou prejudicado, a expressão perdeu o seu vigor sugestivo, pois deixou de notar o interesse da ama pela criança, o seu gesto carinhoso de envolvê-la nos braços e aconchegá-la a si, e distanciou uma da outra aquelas duas criatura que a redação da edição de Ferrara apresentava tão unidas, física e moralmente.

A troca da preposição "sobre" por "sob" mostra que houve uma preocupação de rigor geométrico: colocaram a criança em posição vertical e observaram que o riso estava nos lábios e, portanto, ficava situado *sob* os olhos, isto é, abaixo deles. Não conceberam aquilo que muito mais tarde Lima Barreto havia de expressar nestas palavras (*Triste fim de Policarpo Quaresma*, 1915, p. 105):

"... quando acabou de ler o bilhete, um sorriso brincava por toda ela (fisionomia), descia e subia, ia de uma face a outra."

Resultado: na edição de Ferrara – vida, beleza estilística; nas outras – rigor gramatical e geométrico, mas frieza.

*

Os casos em que as emendas pioram a redação primitiva são raros; mais comumente melhoram-na.

E deste caso de bom êxito das emendas depara-nos lindo exemplo o soneto "Banzo" de Raimundo Correia.

Ei-lo na primeira e na terceira redação que teve. Transcrevo uma e outra da *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana* de Manuel Bandeira (p. 277 e 157-158 da 2ª edição):

1ª redação:

"Eis tudo que o africano céu incuba:
A canícula o azul avermelhando,
E, como um basilisco de ouro, ondeando,
O Senegal, e o leão de ruiva juba...

E a jibóia e o chacal... e a fera tuba
Dos cafres pelas grotas reboando,
E as corpulentas árvores, que um bando
Selvagem de hipopótamos derruba...

Como o guaraz nas rubras penas dorme,
Dorme em nimbos de sangue o sol oculto...
O saibro inflama a Núbia incandescente...

Dos monólitos cresce a sombra informe...
Tal em minh'alma vai crescendo o vulto
Desta tristeza aos poucos, lentamente."

3ª redação:

"Visões que n'alma o céu do exílio incuba,
Mortais visões! Fuzila o azul infando...
Coleia, basilisco de ouro, ondeando
O Níger... Bramem leões de fulva juba..."

Uivam chacais... Ressoa a fera tuba
Dos cafres, pelas grotas retumbando,
E a estralada das árvores, que um bando
De paquidermes colossais derruba...

Como o guaraz nas rubras penas dorme,
Dorme em nimbos de sangue o sol oculto...
Fuma o saibro africano incandescente...

Vai co'a sombra crescendo o vulto enorme
Do baobá... E cresce n'alma o vulto
De uma tristeza, imensa, imensamente...

Comparemos, uma com a outra, as duas redações.
Considerando em primeiro lugar a versificação, notaremos que os versos bons:

"E as corpulentas árvores, que um bando
Selvagem de hipopótamos derruba"

foram substituídos por outros melhores: onomatopaicos, fluentes e enérgicos, graças em parte ao ritmo vivo do último, e à abundância, em ambos, de vogais de timbres claros, fortemente acentuadas:

"E a estralada das árvores, que um bando
De paquidermes colossais derruba..."

Passando ao modo de apresentação da matéria poética:

Na redação primitiva, um lista, um rol, forçosamente incompleto e em contradição com a promessa de totalidade que o primeiro verso contém ("Eis tudo que o africano céu incuba"), pois esse "tudo" reduz-se, como não podia deixar de ser, a um exíguo número de coisas mencionadas:

a canícula,
o Senegal,
o leão de ruiva juba,

a jibóia,
o chagal,
a fera tuba dos cafres,
as corpulentas árvores.

Uma simples enumeração. E quando a alguns desses substantivos se atribui uma ação, é pelo meio vago do gerúndio:

avermelhando,
ondeando,
reboando.

Nos dois últimos tercetos, sim, há evocação. Mas se essa evocação deu mais força à expressão poética, como esta ficou prejudicada com a tautologia, que não tem nenhuma razão estilística de ser, do último verso!:

"Tal em minh'alma vai crescendo o vulto
Desta tristeza **aos poucos, lentamente.**"

Que diferença de tudo isto vamos verificar na última versão do soneto!

"Visões que n'alma o céu do exílio incuba,
Mortais visões!"

O poeta nos transporta imediatamente ao conhecimento do que se passa no cérebro do africano exilado. O africano tem visões, e visões mortais, da pátria distante. E desta vez não se enumeram simples substantivos, a alguns dos quais se atribuem ações por meio de gerúndios, mas apresenta-se, forte de realidade, graças ao emprego de verbos no presente do indicativo, o quadro que, em visão, o infeliz tem diante dos olhos:

Fuzila o azul,
coleia o Níger

(e aqui substituiu-se ao Senegal outro rio de curso muito mais extenso, e abandonou-se a comparação feita pela conjunção – "e, **como** um basilisco de ouro" – pela que se obtém com o aposto, mais enérgica e mais concisa: "Coleia, **basilisco de ouro**, ondeando o Níger...)

bramem leões,
uivam chacais,
ressoa a fera tuba dos cafres e a estralada das árvores,
dorme o sol,
fuma o saibro africano,
vai crescendo o vulto enorme do baobá...

Vai crescendo com a sombra, vai crescendo, crescendo, e, paralelamente, cresce na alma o vulto de uma tristeza, imensa, imensamente...

Aqui, sim, tem cabimento a repetição: insistindo na idéia, pinta-nos bem a sombra moral, a tristeza, crescendo imensamente à proporção que, com a sombra física, vai crescendo, desmesuradamente, o vulto enorme do baobá... de tal maneira que uma coisa se funde com a outra e como que fica por fim, ocupando a alma do exilado, só a tristeza, aquela tristeza que o vai matar.

O estudo comparativo das duas versões do soneto de Raimundo Correia mostra como uma composição literária de valor medíocre pode passar à categoria de obra-prima mediante retoques estilísticos inteligentes e oportunos.

Creio que, falando de modo muito geral, se pode dizer que na poesia sentimental, como a de João de Deus e a de Bernardim Ribeiro atrás examinadas, a redação primitiva costuma ser a melhor; na poesia intelectual, parnasiana, como o soneto de Raimundo Correia, a redação ganha freqüentemente com um trabalho estilístico raciocinado e intencional.

(*Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Acad. Brasileira de Letras, ano I v.3, 1941 p.131-138)

NOTAS E COMENTÁRIOS

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA UNIVERSIDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE BUDAPESTE

Olga Zsoldos

Na Hungria, em 1977, duas universidades (a Faculdade de Letras da Universidade de Ciências Loránd Eötvös e o Instituto de Línguas da Universidade de Ciências Econômicas de Budapeste), simultaneamente, deram início ao ensino do Idioma Português.

O Instituto de Línguas da Universidade de Ciências Econômicas de Budapeste é um dos centros mais importantes do ensino de línguas na Hungria, tanto mais que nesta Universidade se formam especialistas para a carreira diplomática, comércio externo, etc., os quais, naturalmente, devem dominar os idiomas a alto nível.

Os nossos estudantes, em geral, entram em contato com a Língua Portuguesa pela primeira vez na Universidade. A única condição a que são sujeitos para poderem escolhê-la é a de dominarem pelo menos um outro idioma indo-europeu (na maioria dos casos Inglês, muitas vezes Francês, Espanhol, Italiano ou Alemão).

O ensino tem três fases:

1ª conhecimentos gerais (lexicais e gramaticais) da Língua Portuguesa;

2ª conhecimentos gerais (em português) sobre a Geografia, História, Sociedade, Economia, Cultura, Tradições dos Países lusófonos;

3ª linguagem diplomática ou econômica portuguesa.

Prioritariamente, pretende-se atingir o melhor nível no domínio do Português continental quanto possível, completando a aprendizagem, na última fase, com as particularidades da variante brasileira.

Além das aulas há também outras formas de os nossos estudantes aperfeiçoarem o seu português, aprofundarem e ampliarem os seus conhecimentos relativos a Portugal e aos demais Países de expressão portuguesa:

– o facto de poderem utilizar uma biblioteca de mais de mil volumes que compreende vários domínios das ciências e artes, uma coleção de cassetes, discos literários e musicais, videocassetes, dispositivos de arquitetura, escultura e pintura portuguesa – tendo sido a maior parte deste material oferecida pelo ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa) e outras instituições portuguesas;

– o usufruto de bolsas de estudo, quer ao abrigo do Acordo Cultural Luso-Húngaro, quer diretamente do ICALP;

– a possibilidade de participar em estágios profissionais no estrangeiro e desde 1988 também no Brasil, no âmbito da AIESEC (Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales);

– os contatos com os alunos universitários portugueses, angolanos, moçambicanos que estudam em Budapeste;

- a organização freqüente de encontros com entidades de língua materna portuguesa, conferências proferidas por estas entidades ou por especialistas húngaros que falam português (eventualmente por antigos alunos da Seção de Português) sobre história, literatura, arte, sobre a situação sócio-econômica ou a vida atual dos Estados de língua oficial portuguesa.¹

Durante os seus treze anos de existência, a Seção de Português contou com onze turmas e cerca de cem alunos.

Até agora, mais de trinta estudantes da Universidade escolheram e elaboraram, nas suas teses de licenciatura ou em outros breves trabalhos de investigação, diferentes temas relativos à situação social, política ou econômica de qualquer dos Países de língua oficial portuguesa.

As posições que os ex-alunos da Seção de Português têm ocupado são variadíssimas: desde o desempenho de cargos no Ministério dos Negócios Estrangeiros (um diplomata na Embaixada da República da Hungria em Maputo, outro no Consulado-Geral em São Paulo, etc.), no Ministério das Relações Económicas Internacionais, em organizações internacionais, até ao trabalho desenvolvido em empresas de comércio externo, bancos, companhias de seguros, institutos de pesquisa, casas editoras, redações, contando-se também com tradutores e intérpretes de Português.

A responsável pela Seção de Português é a Professora Olga Zsoldos que em 1977 inaugurou, estruturou e deste então tem orientado o ensino de Português. É lingüista, doutorada em Filologia Luso-Espanhola com uma dissertação intitulada "Contribuição para o estudo contrastivo do emprego dos tempos verbais em Português e em Espanhol". De 1979 a 1989, a Dra. Vera Lantos, licenciada em Economia que cursou Língua e Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras lecionou na Seção de Português. A Dra. Maria Bernardette Duarte Godinho, de nacionalidade portuguesa, tem participado ativamente na vida desta Seção a partir de 1989, exercendo as funções de leitora de Português. Outros colegas (Dra. Ágnes S. Boronkai, Dra. Natália Gecse, Dra. Judit Kertész, Dra. Judit Mészáros, Dr. Joaquim Pimpão e Senhor Antônio Cunha das Rosas) têm colaborado com horários incompletos.

Budapeste, Julho de 1990.

NOTA

1. Considera-se de interesse mencionar alguns acontecimentos destacáveis, apenas referindo os dois últimos anos letivos:

1. Em novembro de 1988, foi realizado um programa dedicado à "Cultura Portuguesa e Brasileira na Hungria", do qual constou uma exposição de livros intitulada "A presença dos Países de expressão portuguesa nas edições húngaras", cuja inauguração foi presidida pelo Embaixador de Portugal, Dr. Zózimo da Silva, e pelo Vice-Reitor da Universidade de Ciências Económicas, Professor Ernó Zalai. Durante esta celebração foi atribuída ao guitarrista László Szendrey-Karper a medalha H. Villa-Lobos pela sua magnífica interpretação e divulgação da música do grande compositor brasileiro, pelo Embaixador do Brasil, Dr. Celso Diniz. Participou, como hóspede de honra, a Professora Maria Emília Ricardo Marques,

catedrática do Instituto Português de Ensino à Distância e da Universidade Nova de Lisboa, apresentando também duas conferências sobre temas de Lingüística. Tiveram lugar outras comunicações, salientando-se a que se subordinou ao tema "Portugal e a Comunidade Económica Européia".

2. O Departamento de Português da Universidade de Ciências Loránd Eötvös e a Seção de Português da Universidade de Ciências Económicas, comumente, com o apoio do ICALP e a Fundação Calouste Gulbenkian, organizaram o colóquio internacional "As Navegações Portuguesas e os Contatos Culturais Inter-Continentes" que se realizou em junho de 1989, em Budapeste.

3. A Embaixada da República Federativa do Brasil e a Seção de Português da Universidade de Ciências Económicas em comemoração do 100º aniversário da proclamação da República brasileira organizaram, em novembro de 1989, uma cerimônia. A seguir à abertura solene, presidida pelo Embaixador do Brasil, Dr. Ivan V. S. Batalha, e pelo Decano da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade (atualmente Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Húngria), Professor Géza Jeszenszky, foi realizado um concerto de obras de Heitor Villa-Lobos, na interpretação do guitarrista László Szendrey-Karper. No âmbito das comemorações foram proferidas várias conferências relativas à cultura e à vida quotidiana do Brasil.

* * *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Revista Lusitana - Nova Série - 9. Lisboa, INIC, 1988, 177 pp.

A *Revista Lusitana* – órgão fundado por José Leite de Vasconcelos em 1887 (cujo último número data de 1943) e que representou até a morte de seu diretor o grande foro de debates acerca da língua portuguesa no país irmão – reencetou, a partir de 1981, uma Nova Série de atividades, graças ao entusiasmo e competência de uma plêiade de discípulos diretos e indiretos de Leite de Vasconcelos, notadamente Luís Filipe Lindley Cintra, Manuel Viegas Guerreiro, Orlando Ribeiro, Maria de Lourdes Belchior Pontes e os integrantes do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Lisboa. Esta Nova Série – Arquivo de Estudos Filológicos e Etnológicos relativos a Portugal — conta com o patrocínio do Instituto Nacional de Investigação Científica.

O último número, o nono, relativo ao ano 1988, traz os seguintes artigos: *Uma versão brasileira inédita e singular do Romance de Gerinaldo* (M. Viegas Guerreiro), *A literatura popular e as suas marcas na produção literária portuguesa do século XX – Uma primeira síntese* (João David Pinto-Correia), *Uma rota de etnologia genética – as duas linearidades* (Joaquim Lino da Silva), *A Serração da Velha – Transcrição de um testamento* (Maria Margarida Gama de Oliveira), *Fugirás à escola para trabalhar a terra: a construção do insucesso escolar na reprodução social* (Raul Iturra), *Loas de Casamento no Distrito de Bragança* (Berta Beça e Antônio José Dias da Costa).

Concluem o volume notas e resenhas.

E.B.

Revista Portuguesa de Filologia. Vol. XIX. 1987-1991. Coimbra, Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, 544 pp.

Saiu, em março de 1991, o volume XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*, relativo aos anos 1987-1991, superiormente dirigida pelo Dr. Manuel de Paiva Boléo e editada pelo Instituto de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nas suas 544 páginas, além das resenhas críticas, publicações recebidas, notas bibliográficas – e in memoriam (283-514), contém este número os seguintes artigos: *Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa* (Joseph M. Piel), *Bilingüismo e níveis sociolingüísticos numa região luso-espanhola – Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença* (Maria de Fátima de Rezende F. Matias), *Estudos toponímicos, XXXVI-XLII* (Pedro Cunha Serra), *Estereotipia e antroponímia. Alcnhas com base em tiques verbais* (Maria Filomena de A. Saraiva de Carvalho Pereira de Brito), *Portuguesismos léxicos en el Bubi y el Pidgin English de la Isla de Bioko – Fernando Poo* (Germán de Granda), *Três notas*

filológicas a D. Francisco Manuel de Melo (José G. Herculanio de Carvalho), *Relações da Lingüística com a Etnografia e o Folclore* (Manuel de Paiva Boléo).

Encerram este número da RPF os seus opulentos e utilísimos índices de autores, de recensões críticas, de publicações recebidas e notas bibliográficas, de in memoriam, de assuntos, de nomes de livrarias e editoras.

Remetemos o leitor destas linhas às referências feitas à RPF e à atividade do seu diretor, constante do nosso *Noticiário*.

E.B.

Uniletras. Revista do Departamento de Letras da UEPG, 12, Ponta Grossa, 1990, 147 pp.

É de se elogiar a regularidade com que o Departamento de Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa mantém a revista *Uniletras*, iniciada em 1979. Em 1990 saiu o número 12, totalizando 147 páginas com os seguintes artigos: *O conceito da filosofia moderna relativamente ao homem* (Bruno Enei), *Temporalidade e aspecto no verbo espanhol* (Guillermo Rojo, trad. de Balbina Lorenzo Feijóo Hoyos), *Um texto clássico: estrutura e significação* (João de Almeida), *Linguagem: aspectos lingüísticos e campo socio-cultural* (Ana Rosa Gomes Cabello), *A coesão textual em redações de 5ª série* (Márcia Zan Vieira e Mirian Martins Sozim), *O microcosmo de Paulo Honório* (Adazil Corrêa Santos), *Os maias e os cânones naturalistas* (Suely Fadul Villibor Flory), *Poesia, hoje: uma leitura da palavra* (Thereza Cristina Pusch), Hugo et Malraux: *L'écriture de la légende révolutionnaire* (Maria Teresa de Freitas), *Tômis: uma etimologia ovidiana* (Édison Lourenço Molinari), *Reflections on point of view. Apropos of Greene's the Captain and the enemy* (Thomas Bonicci), *The "Poor Peter" Episode in Mr. Gaskell's Cranford* (Stephan Lee Schwartz), *Letras pontagrossenses – Lembrança de Anita –IV* (Org. Sérgio Monteiro Zan), *Administração municipal da educação: uma perspectiva portuguesa e brasileira* (Ivo José Both).

E.B.

Segismundo Spina. *Estudos de língua e literatura*. FFLCH. USP, 1991, 97 pp.

Em muito boa hora o consagrado mestre da USP, Prof. Dr. Segismundo Spina, reuniu, sob o título *Estudos de língua e literatura*, sete trabalhos seus publicados entre 1961 e 1983 e agora, refeitos, na certeza "de que a sua atualidade lhes garante o direito de retorno" (p.5). São os seguintes os estudos: *A crítica das fontes* (p.7-21), *Três fases de um processo descritivo* (p.23-36), *A língua literária no período colonial: o padrão*

português. Gregório de Matos (p.37-54) Garrett e as perseguições religiosas durante a implantação do liberalismo em Portugal(p.55-72), Um milagre da Virgem (p.73-88). O "fatum" e a utilização da história (p.89-92), O acervo camoniano da Biblioteca Nacional (p.93-97).

Ficamos a dever ao ilustre titular da USP mais este conjunto de lições em tão boa hora posto novamente ao alcance do público estudioso.

E.B.

Dino Preti. *A linguagem dos idosos*. São Paulo, Edit. Contexto, 1991, 126 pp.

O Dr. Dino Preti, professor titular da USP, vem oferecendo aos estudiosos da língua portuguesa – tanto na área da investigação científica quanto na produção de compêndios didáticos – notável contribuição que o põe entre os mais destacados nomes da prestigiosa instituição de ensino e pesquisa de São Paulo. Seu último trabalho intitula-se *A Linguagem dos idosos, Um estudo de análise da conversação*, 126 páginas, editado pela *Contexto*, S.Paulo, 1991.

O livro vem com apresentação de Luiz Antônio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco, que assinala nestes termos o caráter pioneiro da investigação e seus resultados positivos para o lingüista, o sociólogo, o antropólogo, o psicólogo e o educador interessados nos problemas da comunicação linguística e, especialmente, da interação verbal:

"Teórica e metodologicamente, esta investigação insere-se na linha dos estudos mais recentes da Sociolinguística Interacional, diferenciando-se da sociolinguística variacionista laboviana ou daquela preocupada com as relações entre linguagem e sociedade. O interesse básico do autor é o estudo do comportamento verbal dos indivíduos na interação lingüística sem uma preocupação exclusiva com a simples organização estrutural do diálogo. O enfoque recai nos processos, estratégias e funções. As análises são de caráter compreensivo e explicativo; voltam-se tanto para as questões lingüísticas quanto para os problemas envolvidos nas relações interpessoais, como a preservação das faces e a organização da auto-imagem social"(p.10).

Dino Preti estabelece uma distinção entre os idosos: os "idosos jovens" (entre 60 e 80 anos) e os "idosos velhos" (acima de 80 anos) e é para este último que a pesquisa se volta, uma vez que nesta fase as dificuldades da interação e das condições psicofísicas do falante tornam mais características as marcas de comunicação lingüística. Tais marcas se denunciam no nível fonético (especialmente prosódico), sintático, léxico e no discursivo e conversacional. As pesquisas de Dino Preti apontam para a conclusão "de que os idosos demonstram, dentro de suas condições, uma resistência à situação em que vivem na comunidade, procurando nos atos conversacionais mecanismos discursivos que lhes permitam manter a interação verbal com outros falantes,

preservando sua imagem social, já tão desgastada pelo processo natural de envelhecimento" (p.125).

E.B.

Carlota Ferreira et alii. *Diversidade do português do Brasil*. Estudos de dialectologia rural e outros. Salvador, PROED, Universidade Federal da Bahia, 1988, 235 pp.

O presente volume reúne comunicações, artigos e trabalhos outros de autoria de professores e pesquisadores de língua portuguesa na Universidade Federal da Bahia. Tais contribuições podem ser divididas em dois grupos: estudos sobre dialectologia rural e outros estudos, todos eles oriundos ou inspirados no projeto de pesquisa em que os autores estiveram empenhados e do qual saíram o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)* e o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*. Compõem o primeiro grupo os seguintes estudos: *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro – Helvécia – Bahia* (Carlota Ferreira), *Neutralização /n/:/ñ/ em Sergipe* (Jacyra Mota e Nadja Andrade), *A vitalidade de sarolha nos falares baianos* (Suzana Cardoso e Vera Rollemberg), *Uma leitura da Carta 99 do APFB* (Rosa Virgínia Silva), *Junho e julho em Sergipe* (Carlota Ferreira e Judith Freitas), *Sobre latitude semântica em um dialeto rural – Sergipe* (Jacyra Mota e Nadja Andrade), *O mar: semasiologia em Sergipe* (Suzana Cardoso e Vera Rollemberg), *Neutralização do traço continuidade em área brasileira – Bahia e Sergipe* (Carlota Ferreira e Vera Rollemberg), *Poliformismo e léxico: rótula em Sergipe* (Carlota Ferreira), *Realizações palatais de /k/ e /g/ em área sergipana* (Vera Rollemberg), *Sergipe e Bahia: algumas diferenças léxicas* (Carlota Ferreira, Jacyra Mota e Vera Rollemberg), *Designações para ‘cria da ovelha’ e a história do português do Brasil* (Suzana Cardoso), *Variação entre ei e e em Sergipe* (Jacyra Mota), *Nasalidade e empréstimo* (Vera Rollemberg).

Do segundo grupo fazem parte: *Teste de reação subjetiva: relatório de uma experiência* (Jacyra Mota), *Concordância verbal no português do Brasil: caracterização de casos localizados* (Jacyra Mota e Suzana Cardoso), *Relativas: desempenho de estudantes na modalidade escrita do português* (Myrian Silva), *Onde observado na modalidade escrita de um dialeto brasileiro* (Nadja Andrade), *A variante gráfica do zotro* (Judith Freitas), *Comunicação interdialeto médico-paciente na anamnese* (Nadja Andrade), *O português no Brasil: temática e terminologia: clichê e etnocentrismo* (Nadja Andrade), *Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil: reflexão sobre o português e seu ensino* (Rosa Virgínia Silva), *Língua: meio de opressão ou de socialização?* (Suzana Cardoso).

Inicia o volume uma **Retrospectiva** em que as autoras ministram, de modo sucinto, informações acerca das pesquisas dialetais elaboradas no Instituto de Letras da UFBA., área língua portuguesa, sob a dinâmica e eficiente orientação do Prof.Dr. Nelson Rossi, a quem tais Estudos são dedicados.

Pesquisas dialectológicas de tal porte merecem o apoio das agências de financiamento oficiais e particulares, e esperamos sejam continuadas pela jovem plêiade de investigadores universitários.

E.B.

Eurípedes Chaves Junior. *Nomes e expressões vulgares da medicina no Ceará*. Edição Centro Médico Cearense, Fortaleza. 1985, 192 pp.

O A. reúne neste livro nomes expressões vulgares correntes no Ceará – e nem sempre exclusivos da região – relativamente à área médica que pôde colher durante o aprendizado acadêmico e no desempenho da sua atividade profissional, vem como através de correspondência com profissionais da saúde – médicos, farmacêuticos e enfermeiros – de Fortaleza e de outras cidades do interior do Estado. Como disse o Dr. Oswaldo de Oliveira Riedel, num prefácio erudito que honra o livro e exalta com justiça o valor da pesquisa do Autor, há "nessas expressões, às vezes aparentemente estapafúrdias, corrutelas de palavras eruditas mal assimiladas e por vezes destorcidas, a seu modo, pelo informante rude", mas também revelam, em determinados casos, "a influência de étimos típicos ou afros na língua portuguesa falada no Brasil", e "podem surgir fósseis lingüísticos, atestado flagrante da vitalidade obstinada de certos arcaísmos léxicos ou doutrinários da Medicina de outrora" (p.9). Lembra, para documentar suas asserções, o caso da multissecular expressão **fogo de Santo Antônio** aplicada à erisipela. Desde muito tempo desenvolvem-se os estudos lingüísticos não só com o trabalho dos especialistas do campo, mas ainda com o concurso de investigadores dos mais variados setores da cultura. Exemplo típico e marco decisivo desta interdisciplinaridade é a investigação fecunda de José Leite de Vasconcelos, para Portugal. No Brasil há muito que se fazer, e um glossário como o que nos oferece Eurípedes Chaves Junior é de grande préstimo aos estudos lingüísticos entre nós, acrescentado ao que já fizeram, para o Nordeste, Leonardo Mota, Juvenal Galeno, Câmara Cascudo, Martinz de Aguiar, Mário Marroquim, Raimundo Girão, Tomé Cabral e tantos outros.

E. B.

RESENHAS CRÍTICAS

Maria do Socorro Silva de Aragão. *A linguagem regional popular na obra de José Lins do Rego*. João Pessoa, FUNESC, 1990, 248 pp.

O presente trabalho da conhecida e operosa professora da Universidade Federal da Paraíba integra pesquisa maior, em que está envolvido um grupo de professores/pesquisadores e estudantes da referida instituição de ensino superior, intitulada "Aspectos léxico-semânticos da linguagem regional na obra de José Lins do Rego", cuja preocupação é fazer um "re-conhecimento da realidade paraibana através das obras desse grande escritor" já que revelam "retrato bem real do nosso povo, seu falar, costumes, crenças e tradições, seu modo de viver, pensar e agir dentro do seu universo antropo-cultural" (p.19).

Primeiro resultado concreto da pesquisa maior, o presente glossário levantado pela Profª Maria do Socorro pretende "não apenas registrar os termos e expressões regionais/populares encontrados nas obras de ficção do autor, mas torná-los o mais claro possível no sentido de facilitar sua compreensão pelo leitor não lingüista ou literato, de outras regiões do país ou países de língua estrangeira" (p. 19-20). Pelas declarações da autora, vê-se que o trabalho não se restringe a uma pesquisa para técnicos, mas intenta ser um auxiliar ao leitor comum que deseje aproximar-se da obra do notável romancista paraibano. Declara a autora que o trabalho tem ainda por objetivo "a divulgação da obra de José Lins do Rego e, ainda, a difusão, a nível do ensino médio e do grande público, da linguagem por ele usada e a valorização dos aspectos regionais da língua e cultura paraibanas" (p.20).

Esta perspectiva de natureza didático-pedagógica justifica os motivos por que a Profª Maria do Socorro não pretendeu circunscrever-se aos termos e expressões regionais/populares exclusivos da Paraíba ou, mais extensamente, do falar nordestino. Todavia a tarefa dessa limitação seria muito proveitosa – e temos certeza de que está no programa da competente equipe da Universidade Federal da Paraíba – para um melhor conhecimento do léxico do português do Brasil e de suas relações com outras regiões do país, com Portugal e com os demais países integrantes do mundo lusofônico. Seria também proveitoso que, em trabalhos desta natureza sobre romances regionais, se distinguissem o léxico da língua comum – em geral o do narrador – e o dos personagens que, mais ligados ao ambiente sociocultural em que se passa a história, melhor reflete o falar local. Na organização dos verbetes optou a A. pela entrada das expressões por inteiro e não pela palavra-chave; para comodidade de consulta do leitor, seria interessante que, em próxima edição, se faça um índice com base nas palavras-chave. Assim, por exemplo, o consulente poderá fixar o significado de elementos como **passarinha** ("não bater a passarinha" e "tocar a passarinha") de **seu/meu** ("E o dono de tudo aquilo, de seu, na rede, se balançando" BAN p. 122), ("Me arrebentei numa sessão de Beberibe e estou bom de meu" MOL p. 89), ("...atrás de carrapatos dos bois, que se deixavam catar tranqüilos, satisfeitos de seus... " BAN p. 98).

Acerca da expressão **de seu**, estudada a páginas 93 com o significado de 'despreocupadamente', 'à vontade', no trecho "E o dono de tudo aquilo, **de seu**, na rede, se balançando" (*Bangüê*, p. 122), acredito ser a continuação do português **de seu**, de longa data no idioma, equivalente a 'ter bens próprios', registrado na *Sintaxe histórica*

de Epifânio Dias, p.76 e 138 da 2ª ed. Já em "...atrás de carrapatos dos bois, que se deixavam catar tranqüilos, satisfeitos **de seus...**" (*Bangüê*, p.98) e em "Me arrebentei numa sessão de Beberibe e estou bom **de meu**" (*Moleque Ricardo*, p. 89), estudados nas páginas 188 e 105, respectivamente, do Glossário, com o significado de 'inteiramente satisfeito', 'bem à vontade', 'despreocupadamente' (para o 1º exemplo) e 'estar muito bem', 'em ótimas condições físicas' (para o 2º) não devem estar nas mesmas condições da expressão **de seu** que vimos na página 98 de *Bangüê*, mas acredito pertencer à locução **de seu (meu) vagar** – quase sempre empregado com **vagar** subentendido –, que o velho e extraordinário Moraes registra como equivalente a 'descansado'. Curiosamente também vejo no glossário que acompanha a 10ª ed. de *Bagaceira*, de José Américo de Almeida, **de meu, ficar de seu** com o valor de 'à vontade', 'indiferente', valor que não combina com **de seu** em: "Nada tinham **de seu**: só possuíam, como costumavam dizer, a roupa do corpo" (p. 78).

Os romances de José Lins do Rego foram utilizados segundo edições modernas, conforme assinala a A. nas páginas 21 e 22 da obra; a consulta às primeiras edições acredito fosse interessante para deixar registrada uma ou outra particularidade de linguagem. Assim, por exemplo, em relação a **fruta-pão** vejo que o Glossário traz o substantivo no gênero feminino ("Saímos andando por debaixo dos jameiros, das frutas-pão enormes", *Bangüê*, p. 118); porém, na 1ª edição, p. 113, a mesma passagem traz o substantivo como masculino. Seria interessante investigar o caso, já que o grande conhecedor da língua portuguesa e, particularmente, do português do Nordeste, o saudoso filólogo cearense Martinz de Aguiar, registra que, embora o correto seja o feminino, o povo e os letrados cearenses falando despreocupadamente usam o masculino (*Notas de portugueses de Filinto e Odorico*, p. 160). O fato não será, com certeza, exclusivo do Ceará. Deveu-se a transformação ao próprio José Lins ou foi obra de seus revisores? Eis uma questão a que os colegas da Paraíba têm toda a competência e documentação para responder. Outro caso parecido se dá com **têmpera** 'melaço no ponto de ser transformado em rapadura', aparece na 1ª ed. **tempra** (p. 99).

A nomenclatura específica da vida e da atividade do engenho é exemplificada amiúde nos romances de José Lins; quase tudo está registrado no Glossário e seria natural que faltasse um ou outro termo nesse léxico exuberante. Lembro aqui **fogo 'engenho', fogo morto** 'o engenho que parou de produzir açúcar', **pão, eito, planta**.

Sinto falta no Glossário dos seguintes verbetes colhidos numa releitura de *Bangüê* (cito a 1ª ed.): **carbúnculo** (p. 114), **riso chinês** (p. 217), **ciganagem** (p. 153), **correspondentes** (p. 152, 186), **corte grande** (p. 127), **de muito longe** (p. 122), **estar na ponta** [da rua] (p. 163, 164), **fazer ciranda** (p. 129), **fugir** 'deixar a bagaceira' (p.119), **maginar** (p. 165), **marquesão** (p. 152), **macaquinho do sótão** (p. 150), **dar mediana** (p. 183), **negócio** "mot passepartout" (p. 130), **parecido** (p. 145), **planta** 'primeira produção de cana' (p. 190), **solicitada** (p. 179), **cercado de solta** (p. 137), **sulipa** (p. 127).

A lista de ausências não diminui o valor da obra. O pesquisador do léxico português tem muito que joeirar e aprender na leitura dessa contribuição chegada a bom termo pelo trabalho tenaz da competente professora de Universidade Federal da Paraíba.

Evanildo Bechara

Este livro sobre morfologia da língua portuguesa veio-nos do Ceará. Compõe-se de uma *Apresentação* e mais vinte e sete capítulos, o último dos quais são as *Referências bibliográficas*. Começa com a distinção entre semantema e morfema, ocupa-se a seguir com as unidades específicas da Morfologia, estuda a flexão nominal e verbal, e a parte final dedica-a à apreciação de estrangeirismos e hibridismos, antropônimos e hipocorísticos, oníonimos, classes e funções.

Na *Apresentação*, procura o A. definir a linha que se traçou na exposição do tema, onde põe muita dose de ceticismo científico, se assim me posso expressar. Contudo só podemos louvar o seu antidogmatismo, embora à vezes o tenhamos um tanto radical, como nestas palavras: "Em vez de apresentar soluções, lançamos as dúvidas" (p. 7). É que, pensamos, as dúvidas existem porque pressupõem soluções. Como o faz a maioria dos autores brasileiros atraídos para essa parte da Gramática, declara seguir em linhas gerais a orientação de Mattoso Câmara Jr, "em virtude de sua coerência descritiva e sólida sustentação", o que já mitiga o programático ceticismo acima referido. Conquanto afirme que o conteúdo do livro "é o mesmo que se encontra em qualquer gramática", tal afirmação não pode ser tomada à letra, uma vez que o espírito crítico do autor a isso constantemente se opõe. Vejamos alguns aspectos dessa zona crítica.

Na distinção entre **vocábulo** e **palavra**, opta o A. por considerar **palavra** somente a unidade lingüística dotada de significação lexical. Assim **mar** seria uma palavra, mas **de** (significação morfemática) não o seria (v. p. 10). Descarta em nota (nº 4) a distinção "menos aceita" que faz do vocábulo a base fônica da palavra. Esta seria então, nessa perspectiva, provida de significação, quer lexical quer gramatical. Quer dizer, todo vocábulo seria também palavra, mas sob perspectiva diferente. Tomemos, para exemplo, um homônimo, digamos **manga** "fruto" e "parte do vestuário". Teríamos aqui um só vocábulo, mas duas palavras. Mas está claro que, sem a base fônica material (o vocábulo), a palavra inexistente. Esta é a minha maneira de ver.

O A., na esteira de M. C. Jr., que, aliás, acompanhava a Vendryes, continua a usar o termo "semantema" em oposição a morfema. No entanto, o termo "lexema" foi o que logrou cunho internacional e, de fato, é melhor, porque o morfema (sentido estrito) também possui significação, a gramatical.

Aproveito para louvar o A. quando, na p. 13, escreve: "As preposições **de** e **com** funcionam como elo entre duas palavras". O louvor está em que não usou o famigerado "elo de ligação", pois, se não fosse de ligação, não seria elo.

No tocante à classificação dos morfemas (cap. 2, p.12-16), vejo, de maneira geral, dois tipos de classificação: um, que denominaria norte-americano, puramente empírico, em que se arrolam diferentes tipos, sem preocupação de organicidade; outro, que chamaria europeu, onde, ao contrário, se busca organizar a classificação. Prefiro este último.

Mattoso Câmara Jr., tendeu também para o segundo, quando, em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, procurou distinguir os morfemas pelo significante e pelo significado. Prefiro situá-los nos dois eixos clássicos da análise lingüística: o

paradigmático e o sintagmático. No primeiro eixo, depreendem-se as unidades da Morfologia por comutação; no segundo, são elas distribuídas na cadeia linear da fala. Os morfemas do eixo paradigmático podem ser segmentais, alternantes ou vocabulares, com os seus respectivos valores: derivacionais, flexionais ou relacionais. Do ponto de vista sintagmático, teremos afixos, infixos, prefixos, interfixos; preposições e posições, e até simplesmente posição (o morfema de posição). Quanto às vogais temáticas, são morfemas segmentais temáticos, isto é, que servem para distinguir os temas entre si. O morfema zero é um morfema segmental negativo.

Em referência à separação entre raiz e radical, concordamos com o método de segmentação do A. É, aliás, o critério recomendado por Saussure, que via na raiz um "élément irréductible et commun à tous les mots d'une même famille" (*Cours*: 1931, 225). A raiz é o elemento inicial, os demais são derivados em graus diversos.

No capítulo em que se ocupa da famosa dicotomia sincronia x diacronia, põe o A. **in fine** a seguinte advertência, que é de ponderar: "Mas convém insistir que a adoção de uma perspectiva estritamente sincrônica é difícil de ser levada às últimas conseqüências. Afinal, que instrumentos podem medir com precisão a consciência coletiva dos falantes?" (p. 31).

Na p. 37, afirma: "Seria esperável que de **ridículo** aparecesse **ridicularizar**, porém o verbo é **ridicularizar**".

Foi o A. muito longe em tal asserção. **Ridicularizar** existe, acha-se dicionarizado, e bons autores, como Rui Barbosa, não se pejaram de o empregar. Até, pelo contrário, há os que condenam **ridicularizar** em favor de **ridicularizar**, como é o caso do pranteado Rocha Lima, mestre que todos respeitamos. Em suas *Anotações a textos errados* (cito pela ed. de 1943), faz o seguinte comentário a respeito da forma RIDICULARIZAR: "É mal formada esta palavra e deve-se combater a sua intromissão na boa linguagem. O infinitivo correto é **ridicularizar**, formado de **ridículo** (ridiculø+izar; ridiculø+aria). E logo adiante: "Só seria aceitável o verbo **ridicularizar** se houvesse a palavra "ridicular" (ridicular+izar)" (p. 94-95). Na verdade, temos aqui um caso de alargamento de sufixo, estudado, como se sabe, por Yakov Malkiel, com o nome de interfixo.

Na mesma p. 37, deriva o A. de **lua**, **luar** e acrescenta: "e daí, **luarada**". Não encontrei **luarada** no Aurélio nem em outros léxicos; deve-se, pois, considerar **enluarado** como uma parassintético.

Na p. 43 classifica o A. como vogal de ligação o e do plural **florezinhas**. Trata-se, no entanto, de um nome no plural, onde o e é vogal temática de uma forma teórica ***flore-**, na interpretação de Mattoso Câmara Jr. E, mesmo que não adotemos o esquema matosiano, teremos de partir de um plural **floreszinhas**, com alteração morfofonêmica sz → z. Esse plural aparece, p. ex., em Manuel Bernardes (séc. XVII, 2ª metade), *Nova Floresta* (v. Sousa da Silveira, *Trechos Seletos*, Introdução III). Aliás, penso, o problema da vogal de ligação ainda não se acha suficientemente deslindado.

Veja-se, p. ex., o que ensina o A. na p. 43, onde procura justificar a sua classificação como vogal de ligação do e em **florezinhas**. Em **flores**, o e seria vogal temática por ser pré-desinencial; já em **florezinhas** seria vogal de ligação por ser pré-sufixal. Devia-se daí inferir que a mudança de classe da vogal dependeria de vir o tema acrescido de desinência ou sufixo. Contudo na página anterior, p. ex., o a final de **casa**, em **casebre** (casa + suf. -ebre) continua VT, apenas elidida. Portanto tal distinção, além de pouco clara, complica as coisas.

A respeito de formações prefixais de radical preso (tipo **receber**, **perceber**), o A. só a aceita nos casos em que, "embora a forma primitiva inexistia, os verbos se opõem semanticamente em face da oposição significativa dos prefixos" (p. 51), o que ocorreria com o par **incluir** / **excluir**, mas não com a série **conceber**, **receber**, **perceber**. Contudo, para quem já tenha noção suficiente da existência de prefixos em português, não há dificuldade de detectá-los na série citada. E, quanto à significação do radical, há igual sutileza em percebê-la tanto em casos como o de **incluir**, como o de **receber**.

Na p. 55, apresenta o A. **va** como desinência (ou sufixo) modo-temporal do pret. impf. do ind. da 1ª conj. e **a** e **ia** como seu alomorfe na 2ª e 3ª. Reiteramos ser esta igualmente a nossa opinião.

A questão de serem desinências número-pessoais do pret. perf. do ind. cumulativas volta nas p. 60-61. Resisto em considerá-las tais. O verbo português separa as desinências número-pessoais dos sufixos (ou desinências) modo-temporais. Assim, no pret. perf. do ind. esse SMT é zero, o mesmo do pres. do ind. e do pres. do subj. Historicamente até pertencem a dois temas diferentes. Ora, morfema zero não equivale a **nada**, tem um valor distintivo enquanto se opõe a outros morfemes MT verbalmente realizados. Logo o caráter distintivo de pret. perf. do ind. é o dito morfema zero. Não passa a sua função para a des. NP, que, por uma concessão teórica, só acidentalmente a assume. Senão vejamos: na 1ª pess. pl. (amamos x amamos), onde está o morfema cumulativo? Na diferença de timbre (amamos x amámos), como fazem os portugueses e alguns brasileiros? E em partimos x partimos? E na 3ª pess. pl., onde se confundem pret. perf. e mais-que.perf. ind. (amaram x amaram)?

O A. se alinha entre os seus colegas que não aceitam a flexão de grau para os nomes, nos quais inclui, pois, os adjetivos. No entanto parece-me melhor admiti-la para o adjetivo, seja para o comparativo, seja para o superlativo. Isso porque, embora no português não haja flexão produtiva de comparativo (o ppte. dito, o de superioridade, como já demonstrou Otoniel Mota em *O meu idioma*), ainda conserva esse valor nas formas com a terminação em **-ór**, como **pior**, **melhor**, **menor**, **maior**, razão pela qual são plebeísmos **mais maior**, **mais melhor**, etc. Por outro lado, abre caminho para a mais fácil compreensão do mesmo fenômeno em outras línguas como as clássicas, latim e grego, ou as modernas, inglês e alemão. E, no tocante ao superlativo, não podemos negar uma flexão em **-íssimo**, da qual **-rimo** e **-limo** são variantes. Em seu ainda muito digno de consulta *Manual de Análise*, o saudoso mestre José Oiticica, entre as desinências de grau inclui somente as do adjetivo: comparativo **-or**, superlativo **-mo**. Não nos parece, portanto, que a inclusão do superlativo na flexão nominal tenha decorrido "da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para nossa gramática", como diz Mattoso Câmara Jr. (*Problemas*, 1970: 50).

Em 85-86, escreve o Prof. Lemos Monteiro, a respeito das formas nominais do verbo: "Seria também incorreto falar em desinência modo-temporal". Ora, como sabemos, essas formas infinitivas são desprovidas de determinação número-pessoal, mas não ficaram privadas de relação modo-temporal. Assim **louvar** é tempo presente (**ter louvado** é passado ou perfeito), **louvando**, idem (**tendo louvado** é forma de perfeito), **louvado** é tradicionalmente conhecido como **passado** ou **perfeito**.

Na p. 95 fala-se em "vogal de apoio". Será a mesma vogal de ligação?

Na p. 104, apresenta-se o quadro da análise mórfica dos verbos no pret. perf. do ind. A propósito dos verbos da 1ª conj., parece-me melhor adotar com VT sempre o a.

Na 1ª pess. sing. teríamos **louva+i** → ***louvai** → **louvei**, com a regra morfofonêmica **ai** → **ei**. Na 3ª pess. sg., partiríamos de **louva+u** → ***louvau** → **louvou**, com a regra morfofonêmica **au** → **ou**.

A explicação de verbos com padrões especiais, como diz Mattoso Câmara Jr., à vezes se torna complicada até inassimilável. Veja-se, p.ex., o que ocorre com o verbo **ser**. O Prof. Lemos Monteiro admite três radicais: **se-**, **e-** e **fo-** (p. 118). O rad. **se-** apresenta-nos com quatro alomorfes: **so-**, **sa-**, **s-**, **sej-**. A 2ª e 3ª pess. sg. do pres. ind. terão (**terá**, por lapso, no texto) **e-** no radical. No pres. do subj. **sej-** é um radical ampliado, para falar com Mattoso Câmara Jr. Sinceramente, as coisas ficam mais simples se explicadas diacronicamente.

Em 127 e segs., discute o A. se a prefixação é um processo formador de palavras por composição ou por derivação e opta pela derivação (p. 129). Quanto a esse ponto, prefiro ficar com Mattoso Câmara Jr., isto é, trata-se, em princípio, de composição e não de derivação: o prefixo é um lexema secundário.

Em 134, ocupa-se o A. (naturalmente para ser completo) com a chamada **derivação imprópria**. Imprópria ela é, por não pertencer o seu estudo à Morfologia e sim à Semântica.

Na p. 140, fala em "**lei** dos constituintes imediatos". Por que **lei**? Trata-se de um método de análise sintática, no qual nada vemos que justifique a sua classificação como lei.

Na p. 180 aparece o substantivo "**alegativa**", que no vejo dicionarizado nem vocabularizado; e realmente é dispensável, pois já temos "**alegação**". Terá caráter regional?

O último capítulo do livro é dedicado ao espinhoso problema da classificação de palavras e suas funções gramaticais. Critica o A. a classificação constante da Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas reconhece que "se há pontos falhos na proposta da NGB, é difícil formular outra que a substitua" (p.204). Das classificações em curso, é a de Mattoso Câmara Jr. aquela de que mais se aproxima. Admite o A. duas classes fundamentais, os nomes e os verbos, opostas pelos paradigmas flexionais (p.212). Como adiante se refere aos conectivos (preposições e conjunções) podemos dizer que também não está longe daquilo de Delacroix, no seu *Le langage et la pensée*, p. 226: "Ce qui revient à dire en somme que le langage exprime la substance, l'action et la relation." Contudo, embora o A. tenha declarado serem os nomes e os verbos classes fundamentais, adiante afirma que os pronomes "se distinguem" dos nomes porque adotam um significado dêitico ou anafórico. Se **se distinguem**, então devem constituir categoria à parte. Nesse caso, recaímos na classificação de M. C. Jr. O saudoso mestre patrício separava, de um ponto de vista morfossemântico, três classes de vocábulos formais: nome, verbo e pronome. A esses acrescentava os **vocábulos conectivos**, preposições e conjunções (*Estrutura*, cap. IX). Sustenta o Prof. Lemos Monteiro que "Substantivos, adjetivos e advérbios não são classes gramaticais. São, na verdade, funções que os nomes ou pronomes exercem em contextos frasais" (p.213). É igualmente a lição de M. C. Jr. que distingue, do ponto de vista da função, três espécies de vocábulos: substantivo, adjetivo e advérbio. Há, pois, nomes substantivos, adjetivos e adverbiais, como há pronomes substantivos, adjetivos e adverbiais. Essa classificação me parece feliz.

O livro do Prof. Lemos Monteiro alinha-se com outros trabalhos de colegas de sua geração voltados de novo aos estudos gramaticais, após o longo estágio das investigações diacrônicas (na verdade não esgotadas), mas agora à luz das aquisições trazidas pelo movimento estruturalista, uma vez que do gerativismo chomskyano até o momento nada ou quase nada se tirou de útil para aplicações na descrição científica das línguas históricas. O que se deve, certamente ao pouco interesse devotado pelos gerativistas ao que chamaram "estruturas de superfície". No entanto são estas o objeto próprio da ciência da linguagem. As cogitações respeitantes às relações entre linguagem e estrutura profunda (que são mentais e não sintáticas) pertencem a outro domínio do saber, a Filosofia da Linguagem. Estudos, como o do Prof. Lemos Monteiro, que buscam dar base lingüística às descrições gramaticais, são um fato auspicioso nessa área de conhecimentos tão necessitada de bons e capacitados pesquisadores.

Sílvio Elia

ADENDO

A propósito da conceituação de morfema cumulativo, vou transcrever, conservando na língua original, para sua maior autenticidade, um trecho do lingüista P. H. Matthews, em seu livro *Morphology*, 1982, reimpressão da 1ª ed. de 1974:

The same distinction can be illustrated with the -o of Spanish *compro* "I buy" or *como* "I eat". This is the only "I" form in which a termination -o appears: compare, for example, the Subjunctives *compre* or *coma*, the Imperfect Indicative *compraba* or *comía*, and the Future *compraré* or *comeré*. It is therefore as much an exponent of Present and Indicative as it is of the Person properties "I". But this does not form part of a regular pattern. In general, the terminations tend to be constant for different Moods and Tenses: compare, for instance, the -mos of *compramos* "we buy", Subjunctive *compremos*, Imperfect Indicative *comprábamos* "we were buying", and so on. At the same time, Tense and Mood are regularly marked by independent features: Imperfect Indicative, for example, by the -ba of *compraba* and *comprábamos* or the -ía of *comía* or the "we" form *comíamos*. We will not, therefore, speak of -o as the cumulative exponent of the "I" properties and of Present Indicative. In these particular forms (*compro*, *como*, etc.) it is true that Mood and Tense are without additional exponents. But this is merely a special case of **overlapping exponence** – as we may reasonably call it – in relation to the paradigm as a whole. (p. 148-149)

Convém esclarecer que Matthews chama *exponent* "exponente" ao que costumamos designar como morfema gramatical ou gramema. Quanto à expressão *overlapping exponence*, talvez se possa traduzi-la como *exponência sobreposta*, ou antes, *morfema sobreposto* (lembrei "cumulação acidental").

S. E.

Flávia de Barros Carone. *Morfossintaxe*, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1988, 109 pp.

Compõe-se o presente livro de seis partes, a saber: Pressupostos teóricos, Morfologia, Sintaxe, Conclusão, Vocabulário crítico e Bibliografia comentada. Tratando em secções separadas Morfologia e Sintaxe, ao livro caberia melhor o título de Morfologia e Sintaxe. A autora é Doutora em Letras e professora na Universidade de São Paulo.

Tal como o Prof. Horácio Rolim de Freitas, fez a Drª Flávia de Barros Carone preceder também a sua exposição de breve discussão teórica dos fundamentos da Morfologia. Seria, pois, de esperar que tivesse iniciado a sua apreciação teórica pelo conceito de Morfossintaxe. Na verdade, qual o seu conceito, pois o tema anda, parece, mal definido. Extraio, para exemplo, a definição que leio em Dubois et alii, *Dictionnaire de Linguistique*, 1973, trazendo-a para o português: "A morfossintaxe é a descrição (1) das regras de combinação dos morfemas para formar palavras, sintagmas e frases, e (2) dos afixos flexionais (conjugação e declinação)".

Portanto o autor do verbete separa **morfemas de afixos flexionais**, dando, pois, entender que aí **morfemas** ocorre em sentido lato (morfemas gramaticais e lexicais), excluídos, porém, os afixos flexionais. Vê-se então que os morfemas combinam-se para formar palavras (coisa que, tradicionalmente, a Morfologia ensina), para formar sintagmas (termo ainda equívoco; a unidade **palavra** pode ser vista como um sintagma, o sintagma lexical de Mattoso Câmara Jr. ou o sintagma autônomo de Martinet, p. ex.) e até frases (função que tem sido atribuída à palavra, ou melhor, ao sintagma, unidade de ordem intermediária entre a Morfologia e a Sintaxe).

O que parece mais justo é considerar tanto a Morfossintaxe quanto a Morfofonologia disciplinas de transição entre, de um lado, Fonologia e Morfologia e, de outro, Morfologia e Sintaxe. O que há de caracterizar esses níveis de transição é, para usar um termo da própria autora (p. 58), a imbricação das unidades de um e outro.

Seguindo mais uma vez a Saussure, vejo o campo dos estudos lingüísticos atravessado por dois eixos, o paradigmático e o sintagmático (que não se há de confundir com o sintático). Portanto há uma Morfologia paradigmática (Morfêmica) e outra sintagmática (Morfotática). A primeira depreende, por comutação, as unidades que a integram e lhes descreve os tipos e valores; a segunda estuda a sua combinação e ordenação na seqüência linear da fala. Assim a depreensão dos afixos de língua é tarefa da Morfêmica, ao passo que a sua distribuição em prefixos, sufixos e infixos compete à Morfotática. Simples exemplificação.

A Morfossintaxe deve ser outra coisa: o estudos dos fenômenos de imbricação entre essas duas divisões da Gramática. A autora cita (p. 58) o caso da concordância, mas creio que o exemplo típico é o da flexão casual, que traz em si, imbricada, a virtual função sintática da palavra (exemplo, é claro, que não pode ser colhido na gramática portuguesa).

No tocante à definição de **sintagma** (p. 8), participo da posição da A. de estender o conceito ao plano fônico, como, aliás, faz Martinet (*Eléments*, p. 27). Admito, pois um sintagma fônico.

Algumas observações a título de comentário.

Na p. 15, ao se ocupar com os níveis de construção no plano do conteúdo, a A. intercala o **vocabulo** entre o morfema e a lexia. Por que não a **palavra**, já que se trata de unidades significativas?

Na p. 16 declara julgar o estudo do período composto mais assunto de Estilística que de Gramática. Remete para o capítulo a "Estrutura da oração", mas, nesse apartado, diz entender período no sentido que a gramática tradicional vulgarizou e, como tal, passa a dele ocupar-se. Realmente não vemos por que o período composto se há de situar no campo da Estilística, particularmente num momento em que os lingüistas começam a pesquisar fatos de natureza transfrástica, conforme propugnam as recentes análises da gramática do texto. E vamos antecipar um pouco, já que, como se diz, estamos com mão na massa. Vê a A. a coordenação e a subordinação como processos distintos de estruturação do período (p. 87) e não como subdivisões de um processo genérico de composição do período, do qual seriam subdivisões. Estou plenamente de acordo e devo acrescentar que foi meu saudoso irmão Hamilton Elia quem, pela primeira vez, debateu esse assunto comigo, chamando-me exatamente a atenção para o ponto. Parece-me, pois, acertada a proposta de Galichet (p. 91) de considerar composto apenas o período formado por coordenação; quando se estrutura por subordinação seria complexo.

A parte dedicada à Morfologia segue, em seus parâmetros, a linha-estruturalista, onde podemos encontrar em boa companhia Boomfield, Hjelmslev e Martinet.

Breve reparo. Ao tratar de morfemas supra-segmentais, inclui aí a A. a variação de intensidade: "A incidência de maior tonicidade numa ou noutra sílaba, no par **fábrica/fabrica**, é o elemento diferenciador do comportamento gramatical de cada uma dessas **palavras**: nome ou verbo" (p. 24).

Lembro, porém, aqui a advertência de Martinet (*Eléments*: 91-92) de que o que tem, no caso, valor distintivo é a posição do acento e não a sua força intensiva. Ou seja, o acento teria valor distintivo se, p. ex., a mesma sílaba **fa** de determinada palavra levasse à mudança de significado conforme a força do seu valor intensivo (como se dá com a diferença de tom).

A A. aceita um tipo de forma lingüística intermediária entre a forma livre e a presa: a forma dependente (p. 32). Vê-se, pois, que a criação de Mattoso Câmara Jr. tem feito fortuna.

Na p. 39 diz-nos que o uso dos gramemas derivacionais é, em parte, decisão do falante, ao passo que os flexionais a todos se impõe igualmente. Temos aqui, como se tem notado, uma distinção varroniana, trazida à baila, entre nós, pela primeira vez, por M. C. Jr.

Não me parece bem ensinar que "do verbo **pôr**, derivou-se **posição**" (p. 40). Se o tema é **po-** e o suf. **-ção** (cfr. **partir** → **partição**), o que deveríamos ter seria *poção. A solução, parece-me, é recorrer ao part. passado **posto**, do qual deduziríamos um SMT -to, para obter o radical **pos-**. Então, graças a uma famigerada vogal de ligação, chegaríamos a **posição**. O exemplo invocado pela A. portanto, não é bom.

Ao tratar dos regressivos (p. 41), modo de formação de palavras que alguns morfologistas rejeitam, mas que me parece necessário, inclui a A. a forma **chego** por **chegada**, a qual nunca ouvi no Rio de Janeiro; deve ser criação paulista.

Passando à Sintaxe, louvo a A. por ter ido buscar para melhor esclarecimentos de fatos dessa parte da Gramática as lições de Tesnière, infelizmente pouco aproveitadas

(penso, p. ex., no tempo que se tem perdido com as metamorfoses chomskyanas, felizmente ausentes da Bibliografia).

Ao se ocupar com os tipos frasais, foi a A. buscar a Buysens o conceito de *rese* (p. 48). Também dele já me vali, desde que se me deparou essa distinção num livrinho do mesmo Buysens, de 1943, *Les langages et le discours*. Mas, na verdade, não lhe empresto a significação que tem em Buysens. Defino *rese* como elemento de uma oração cujo sentido se completa com o contexto de situação. Assim, a exclamação **Fogo!** tem um sentido diante de um prédio incendiado e outro perante um pelotão de fuzilamento.

Concordamos também com a adoção pela A. da distinção de Tesnière entre ordem linear e o. estrutural, a qual supre, com vantagem, a inovação chomskiana de "estrutura profunda", por ele mesmo abandonada. Para aceitá-la recorre a A. à "intuição dos falantes nativos" (p. 53). Longe de mim querer negar a existência do conhecimento intuitivo, mas penso que se trata de outra coisa. Estamos no plano de uma verdade mais geral: o *significante* é linear, mas o *significado* não o é; daí os tropeços que a realização verbal das unidades da língua na seqüência da fala vai encontrando.

Nas pág. 59-62, ocupa-se a A. em detectar "o centro da oração" e conclui ser ele o verbo, naturalmente à maneira de Tesnière, que vem seguindo. Distingue então (p.60) entre sujeito e predicado lógicos e suj. e pred. sintáticos. Dou-lhe parcialmente razão. Parcialmente porque, na análise da estrutura da oração, não se pode afastar **ab initio** as raízes lógicas da estruturação sintática, pois sem pensamento não há linguagem (com licença do Conselheiro Acácio). Cabe aqui recorrer ao conceito de estrutura profunda, que é uma realidade, não, porém, sintática e sim mental. É claro que só podemos organizar o nosso pensamento obedecendo à estrutura de nossa mente. E, pelo que podemos observar através das línguas existentes e já estudadas, raciocinamos sempre dualisticamente, isto é, sintetizando o ser e o vir-a-ser, o nome e o verbo, o estático e o dinâmico, tema e rema, tópico e comentário, conhecido e novo. Jespersen, em *The Philosophy of Grammar* (1924), distingue entre **junção** e **nexo**, este constituído sempre de duas idéias (p. 116), como em **the dog barks**. Delacroix (*Le langage et la pensée*, 1930) declara que "a linguagem exprime a substância, a ação e a relação" (p. 226), ou, em termos sintáticos, o sujeito (substância) e o predicado (a ação em sentido amplo, ou seja, o processo). Bloomfield (*Language* 1933) reconhece que a construção frasal tipo "actor-action" é a favorita nas línguas indo-européias (p. 172 da ed. de 41) e afirma que qualquer falante de língua inglesa não tem dificuldade em dizer que, em *Poor John ran away*, os constituintes imediatos são as duas formas **poor John** e **ran away**; espontaneidade, decorrente da estrutura lógica de mente humana. Hockett, também estruturalista descritivista, em *A Course in Modern Linguistics* (1958), ao exemplificar a análise em constituintes imediatos com a oração **This oil drum can be emptied in about five minutes**, logo a divide em seus IC desta forma (como, aliás, seria de esperar): **this oil drum / can be emptied in about five minutes**. Martinet (*Eléments de Linguistique Générale*, sem muita firmeza, é verdade, ao tratar da **expansão** (4-30), declara que "tudo, num enunciado, pode ser considerado expansão do monema predicativo, com exceção dos elementos indispensáveis à atualização desse monema, como o sujeito lá onde ele existe". Exemplifica com a oração **les chiens mangent la soupe**, onde **la soupe** é expansão do predicado, mas **les chiens** não o é. Em *Syntaxe Générale* (1985) tenta ser mais explícito e, alargando o exemplo para **Les chiens de la**

voisine mangent la soupe, esclarece: "les segments de la voisine et la soupe peuvent disparaître sans que l'énoncé cesse d'exister (Les chiens mangent)" (3-64). E, como se sabe, o próprio Chomsky, desde *Syntactic Structures* (1957), parte de uma **sentence** consistente de NP + VP (noun phrase + verb phrase). O que levou Jean Dubois e Françoise Dubois-Charlier, em seu *Éléments de linguistique française: syntaxe* (1970), a afirmarem como **segundo postulado** da gramática a existência, na estrutura profunda da frase, de um núcleo, sempre bimembre, constituído de sintagma nominal mais sintagma verbal: SN + SV (p. 18). Por todos esses motivos (e mais alguns) prefiro considerar sujeito e predicado como termos da oração fundados na estrutura lógica da mente humana e, em consequência, interdependentes.

Neste ponto, não posso deixar de manifestar a minha estranheza por, tendo partido da teoria sintática de Tesnière, haver chegado a A. a um tipo de análise que se quer mecanicista, qual seja a dos constituintes imediatos, creio que através da ponte da "aderência". Parece-me um casamento híbrido.

Na p. 87, diz a A. que não vai deter-se na apreciação da justaposição e da correlação "porque são variantes formais de subordinação e coordenação". De pleno acordo; é também o meu ponto de vista e já o expus no antigo *Jornal de Filologia* dirigido pelo Prof. Silveira Bueno.

É um prazer ver as novas gerações enfrentar temas severos da gramática, reavaliando-os à luz das novas aquisições da ciência da linguagem. E é com justa alegria que nós, os que procuramos ir-nos afastando discretamente das luzes das gambiarras, vemos que novos figurantes, bem equipados e bem dotados, vão assumindo, com galhardia, os espaços porventura deixados.

Sílvio Elia

Os estudos gramaticais têm adquirido vários contornos históricos, segundo a perspectiva sob a qual são enfocados. Disse Meillet certa vez que "Chaque langue a la grammaire de sa philosophie"; no que tinha plena razão. Assim é que vemos a gramática ter base literária na Grécia antiga (*tékhnē grammatiké*), metafísica na Idade Média (*grammatica speculativa*), logicista no período clássico na Idade Moderna (*grammaire raisonnée*), positivista durante o século dezanove e parte do vinte (*gramática histórica/gramática expositiva*), estruturalista depois da Primeira Guerra Mundial (*gramática estrutural*), gerativista depois da Segunda Guerra Mundial (*gramática gerativa*). Atualmente o interesse de lingüistas das novas e novíssimas gerações se desvia do objeto *langue* para o objeto *discurso*, sem muito êxito, aliás, do ponto de vista dos resultados.

Este livrinho do Prof. Kehdi (o diminutivo é puramente quantitativo) se situa na linha estruturalista. Coloca-se naturalmente no plano sincrônico; adverte contudo que "o conhecimento dos mecanismos de funcionamento de um idioma no seu **aqui e agora** deve anteceder as explicações de caráter histórico, indiscutivelmente necessárias e esclarecedoras, mas que devem ser invocadas num segundo momento" (p. 9).

Para o acompanhamento doutrinário do texto, há necessidade de contato com certas posições taxionômicas do A. É o caso, p. ex., da distinção entre **vocábulo** e **palavra**, constante da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que o A. prefere não levar em conta (p. 10). Todavia a distinção parece-me útil; a conceituação de vocábulo como a base fônica da palavra facilita a definição desta última. Assim, **manga** "parte do vestuário", "fruto comestível" ou "cobertura de vidro" é sempre o mesmo vocábulo. Trata-se, no entanto, de três palavras diferentes, pois estas se distinguem pelo valor semântico.

Parte o A. a seguir em busca da unidade mínima da Morfologia. E a encontra no **morfema**, que define como "unidade mínima significativa, depreendida por comutação" (v. Vocabulário Crítico). Contudo, como o próprio A. salienta, o morfema pode ter valor lexical ou gramatical, e portanto há que distinguir entre o morfema lexical e o m. gramatical. O primeiro tem recebido, e se vai generalizando, a designação de **lexema**.

Para o segundo, o termo correspondente **gramema**, cunhado por Pottier, não tem logrado a mesma aceitação. Cremos, pois, que, como se trata de Morfologia e não de Lexiologia, seria bom ter-se destacado que o trabalho só iria ocupar-se com o morfema *stricto sensu* (morfema gramatical) e não com o morfema *lato sensu* (morfema gramatical e morfema lexical).

Também teria sido interessante pequena digressão sobre o conceito de Morfologia. A palavra como termo técnico de natureza gramatical, é tardia. Foi empregada pela primeira vez, diz-nos Werner Welte, em sua *Lingüística Moderna. Terminología y Bibliografía* (trad. esp. de 1985), aproximadamente por 1830, em Biologia; daí foi que passou para a Lingüística. Anteriormente (gregos, romanos, modistas) usavam de expressões como **Analogia** e **Etimologia** para designar essa parte da Gramática, sem muito rigor, aliás. Ainda a *Gramática de la Lengua Española*, da Academia Española, edição de 1931, divide a sua exposição em quatro partes, a saber:

Analogía, Sintaxis, Prosodia e Ortografía. E assim define **Analogía**: "parte de la Gramática que enseña el valor de las palabras consideradas aisladamente, con todos sus accidentes" (p.9).

P.H. Matthews, apoiando-se no *The Oxford English Dictionary* (a mesma fonte de que se valeu Werner Welte), põe nos anos de 1860 as primeiras referências ao sentido lingüístico de "morfologia". Note-se que o livro de Bopp com que se inaugura a Lingüística histórico-comparativa é de 1816. Matthews contenta-se, não muito originalmente, em definir a Morfologia como "aquele ramo da Lingüística que se ocupa com as 'formas das palavras' nos seus diferentes usos e contruções" (*Morphology*, 1982: 3). Tendo em vista o que se tem dito e refletido a respeito do tema, arrisco-me a propor a seguinte definição: "parte da Lingüística que se ocupa com o estudo do morfema gramatical, quer no plano paradigmático, quer no sintagmático". Dividir-se-ia assim em **Morfêmica** (plano paradigmático) e **Morfotática** (plano sintagmático).

O livro do Prof. Kehdi se ocupa com a Morfologia paradigmática: morfes e alomorfes, e tipos de morfemas segmentais (sufixos, desinências, vogais temáticas). A classificação funcional dos morfemas (com exceção dos alternativos) já é sintagmática. Parece-nos também que o morfema zero ficaria melhor no plano paradigmático.

A noção de "morfema" também enseja algumas rápidas considerações. Na verdade, o morfema, tal como o fonema (não esqueçamos que o modelo de análise estrutural da Morfologia foi buscado à Fonologia) é uma forma ideal; o que encontramos na realização verbal são, concretamente, os morfes (compare-se com a distinção entre fonema e fone). É hábito, como faz o Prof. Kehdi, tomar, em função de determinados critérios, um dos morfes como a **forma básica** e selecioná-lo com o **morfema**; as outras formas porventura ocorrentes seriam **variantes** ou **alomorfes**. Assim o plural dos nomes em português se faz correntemente com o acréscimo do fonema /s/: **casa/casas, pé/pés, irmã/irmãs, jovem/jovens, chão/chãos**, etc. Todavia, se o radical termina em **-r** ou **-z**, o plural tomará **-es**: **mares, cruzeiros**. Dir-se-á então que {s} é o morfema de formação do plural dos nomes em português; note-se que essa representação gráfica inclui as variantes, pois o morfema é uma entidade ideal (para o pl. dos nomes de radical em **-r** ou **-z**, há, como se sabe, outra interpretação).

A caracterização do morfema zero também deixou-me dúvidas. Parece-me que em ptg. tal morfema é sempre desinencial; por conseguinte, em casos como **fiel/fielmente**, não se pode cogitar da (in)existência do morfema zero, uma vez que **-mente** é sufixo derivacional e não forma de flexão. Destarte, quando se passa da classe das palavras variáveis para a das invariáveis (v. a condição 3 da p.24), deixa de entrar em cogitação a presença ou ausência de morfemas desinenciais.

No caso de paroxítonos em **-s**, quer em adjetivos (simples), quer em substantivos (**pires**), também não me parece econômico falar em alomorfe zero, na esteira de Mattoso Câmara Jr. E a razão é que um morfe ou alomorfe zero deve pressupor, por oposição, um morfe ou alomorfe não-zero. No caso, portanto, julgo mais simples considerar nomes como **pires, ourives** e quejandos palavras-radicaís. Relembre-se que no português antigo ocorriam os plurais **alferezes, ourivezes, simplezes** (à época, como se sabe, à distinção gráfica entre **s** e **z** correspondia variação na pronúncia).

A respeito de alomorfes em distribuição complementar, o Prof. Kehdi (p. 19) admite uma variante **migo** em face da forma básica **mim** quando a regência é da preposição **com** (no que acompanha a M. C. Jr.). Parece-me levar longe demais o

princípio da intervenção "necessária e esclarecedora" do fator diacrônico na explicação sincrônica. **Migo** não existe como forma isolada no português moderno; não há, pois, como ressuscitá-la. **Comigo, contigo, consigo** são atualmente palavras indecomponíveis. E por que não incluir **contigo, consigo, conosco, convosco**?

Em discordância com Mattoso Câmara Jr., conclui o A. que "a flexão de gênero não se reduz a uma oposição \emptyset /**-a**, e, sim, a uma oposição **-o/-a**" (30-31). De fato tal análise está mais afinada com o sentimento lingüístico do falante, que vê em **o** e não em \emptyset a marca do gênero masculino em português.

Em relação às flexões verbais, admite o A., agora acompanhando M. C. Jr., que a desinência modo-temporal do pret. impf. do ind. da 2ª a 3ª conj. é **-ia-** (**devias, partias**). Na verdade é somente **-a-**, o **i** pertence ao tema, é vogal temática foneticamente condicionada na 2ª conjugação.

Também julgamos que, no pret. perf., a des. MT é sempre zero; na 3ª pess. pl. a des. NP toma a forma **-ram**.

No tocante ao apartado "vogais e consoantes de ligação", tema que está a pedir estudo mais desenvolvido, recordamos quanto aos adjetivos terminados em **-io**, o exemplo **pio** (com **i** tônico), de que temos o derivado **piadade**, arc., cláss. e pop., além do verbo **apiadar** e do adj. **piadoso**.

No capítulo sobre **Classificação de morfemas**, o A. inclui os morfemas **reduplicativos**. Estaria dispensado de fazê-lo, pois, conforme ele próprio nos diz, "A língua portuguesa não apresenta morfemas reduplicativos". O que existe realmente é o emprego estilístico da reduplicação, quer com caráter afetivo, quer intensivo: **vovô, vovó, titia, babá**, ou em frases do tipo **o dia está lindo, lindo**. Recorde-se aquilo de Castro Alves: **Teus olhos são negros, negros, / Como as noites sem luar ...** (O gondoleiro do amor).

Na **Conclusão**, o A. põe de relevo alguns pontos da sua exposição para os quais assumiu uma posição de natureza crítica. Presta igualmente a Mattoso Câmara Jr. a devida justiça, ao apontá-lo como um pioneiro da renovação dos estudos morfológicos entre nós, aos quais procurou dar coerente fundamentação lingüística.

Este pequeno livro, da série "Princípios" da Ática, consegue, em menos de cem páginas, compendiar, com segurança e clareza, as mais relevantes aquisições do Estruturalismo no campo da Morfologia. De assinalar a não rejeição da diacronia, reiterada na Conclusão (p. 48). As observações que fizemos pautaram-se umas em questões de ordem geral, pois pensamos que a teoria gramatical da Morfologia ainda está em seus começos; outras são de caráter opinativo. O que mostra, em resumo, a qualidade do livrinho, que ensina e leva à reflexão.

Silvio Elia

Horácio Rolim de Freitas. *Princípios de Morfologia*, Rio de Janeiro, Presença, 1991, 157 pp.

Este livro, de Horácio Rolim de Freitas, professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), chega à 3ª ed. (a 1ª foi de 1979), o que demonstra a sua boa aceitação. O tema que versa, Morfologia da Língua Portuguesa, ainda apresenta aspectos bastante controvertidos. Tal praticamente não se dava no tratamento como vinha sendo feito pela gramática tradicional; apenas algumas variações na apresentação da matéria por este ou aquele autor. Quando, porém, a corrente estruturalista promoveu a renovação do capítulo (o que se deve, entre nós, reconhecidamente, à atuação do saudoso lingüista Mattoso Câmara Jr.), algumas divergências metodológicas e mesmo doutrinárias entraram a surgir. Daí ensinamentos nem sempre compatíveis entre autores. O Prof. Rolim de Freitas avisadamente houve por bem fazer preceder a parte descritiva do seu livro de alguns capítulos de ordem teórica, onde se ocupa com determinados "aspectos básicos da Morfologia", tais como "conceito de morfema", "o sintagma", "a palavra".

No tocante ao conceito de morfema, talvez pudesse o Prof. Rolim de Freitas ter reduzido a sua apreciação crítica às posições de Vendryes, principal responsável pela difusão do termo em nossos meios.

Assenta o A., a sua análise, como seria de esperar, numa visão sincrônica dos fatos da linguagem. Isso, porém, não significa que o A. tenha do fenômeno **língua** um conceito estático; ao contrário, sabe que as línguas estão em contínuas transformações, são um perpétuo mobile. **Sincronia** e **diacronia** constituem duas perspectivas de estudo das línguas históricas e não duas realidades temporalizadas. Mas a diacronia pode ser estudada de duas maneiras: ou internamente, como comparação de dois estados lingüísticos sucessivos (é a diacronia propriamente dita, cremos até que no próprio conceito saussuriano) e externamente, como função da cultura, de que é parte integrante. Deste ponto de vista, preferimos falar em Lingüística Diacrônica (interna) e Lingüística Histórica (externa). Lembro também que era na **parole** que Saussure colocava "le siège de tous les changements de langue" ¹ (p. 323 do *Cours*, 1931, Index).

Quanto à ocorrência do termo "estrutura", se é verdade que S. não o usou no sentido em que hoje a Lingüística o emprega, aparece entretanto, com valor morfológico (v. p. ex., a p. 244 do *Cours*, 1931).

No respeitante à repercussão da obra do mestre de Genebra, o nome de Bloomfield tem ares de um estranho no ninho. Sabidamente, em seu livro de 1933, *Language*, Bloomfield só se refere ao lingüista suíço em breves linhas do primeiro capítulo (The study of language) e não inclui o *Cours* em sua extensa bibliografia, apesar de ter feito da 2ª ed. do livro (1922) uma recensão. Demais a orientação dos dois trabalhos é divergente em seus fundamentos epistemológicos: Bloomfield é tenazmente antimentalista, ao passo que Saussure é sóciopsicologizante.

Mais algumas observações, sempre marginais, pois não dizem respeito ao conteúdo central da obra.

Na p. 31 se diz que Aristóteles distribuía as palavras em **categoremáticas** e **sincategoremáticas**. Na verdade esses termos pertencem a Pedro Hispano (séc. XIII), segundo lição de Dinneen (*An Introduction*, 1967: 135). Hispano claramente inspirou-se em Aristóteles, que, a exemplo de Platão, desmembrou o **lógos** em **ónoma** e **rhema**,

palavras de significação plena que compõem, o pensamento, às quais juntou posteriormente os *syndesmoi*, palavras que só tem valor interrelacional dentro da frase.

Na p.32, fala-se em valores lingüísticos que seriam imanentes aos morfemas. Eu sugeriria a substituição de "imanentes" por "inerentes".

Na p.37, ao tratar de formas aglutinadas, reporta-se o A. ao termo **vinicultura**, que diz atestado por Morais na 8ª ed. do seu Dicionário (em nota se vê que a afirmação é apud José Pedro Machado).

Do Dicionário de Morais fizeram-se três edições em vida do autor, mas a terceira escapou-se-lhe das vistas, pois andava o denodado lexicógrafo enfiado pelo sertão de Pernambuco, a ler e conferir autores capitais da língua portuguesa. Por isso é a 2ª ed. do Morais considerada a melhor. Não pensa exatamente assim o Prof. Gladstone Chaves de Melo que, em seu prestimoso opúsculo *Dicionários Portugueses*, 1947, põe estas palavras:

Tenho como a melhor esta quarta edição do Morais, de 1831, dado que reúne o material colhido pelo autor até o fim da vida e dado que foi feita com critério e carinho por Teotônio Velho. À quarta outras se seguiram, que se desviaram do plano primitivo e já não se recomendam pelo cuidado dos editores, sendo, porém, de notar que a sétima, de 1877, é bastante apreciada (p.15).

Devo dizer que o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, de A. G. Cunha, data de 1881 a entrada na língua do termo **vinicultura**, o qual, portanto, Antônio de Morais Silva, falecido em 1824, não poderia ter agasalhado.

A noção de "morfema zero" parece-me andar confusa entre os mestres estruturalistas. Horácio Rolim, creio que com toda razão, objeta contra a interpretação de M. C. Jr. de que em **mar**, sing., em oposição a **mares**, pl., houve supressão do morfema desinencial (seria, pois, um exemplo de morfema subtrativo). Vai buscar apoio a Nida, que vê em casos como **sheep**, **trout**, **salmon**, **grouse**, formas indiferentemente usadas como singular ou plural, manifestações de morfema zero. Haveria similaridade com os anoxítonos portugueses **lâpis**, **pires**, **ourives**, entre outros.

Não vejo as coisas exatamente assim. **Pires**, **ourives**, etc. são nomes desprovidos de morfemas, são **amorfemáticos**. Morfema zero só existe quando há oposição entre um sim (+) e um não (-). P.ex., o sing. **mar** em oposição ao pl. **mares**, se caracteriza pela marca zero. Mas o mesmo não se poderá dizer de **pires**, cujo sing. só se distingue do pl. por um processo sintático (a concordância), caso não se queira apelar para a estratégia de um morfema vocabular (o pires ~ os pires).

O Prof. Rolim de Freitas não admite que em casos como **aduzir**, **conduzir**, **deduzir**, **induzir**, **introduzir**, **produzir**, **reduzir**, **seduzir**, **traduzir** haja prefixação. A razão nos dá nas seguintes palavras:

Não constituem prefixos os segmentos que aparecem no início de vocábulos tais como os abaixo descritos, pois o elemento a que estão unidos não lhe serve de núcleo por não ter existência livre na frase atual da língua (p.122).

Apresenta, pois, uma razão de ordem sincrônica ("na fase atual da língua") e outra de caráter sintagmático ("forma livre"). Em relação ao primeiro ponto, notemos a relatividade do conceito "fase atual", pois tal sentimento depende do nível cultural do sujeito falante. O próprio A. a isso se refere com muita pertinência no importante capítulo "Consciência lingüística do sujeito-falante":

Obviamente, esses "hábitos" irão variar de acordo com o potencial que forme o acervo lingüístico do indivíduo. Esse acervo dependerá do ambiente sócio-cultural do receptor. Para uns, por exemplo, haverá consciência de que palavras como: corrimão, pas-satempo, se compõem dos elementos: correr / mão; passar / tempo. Para outros, carentes de linguagem adquirida, não existirá consciência dos componentes de palavras de formação erudita, como: frutífero, lanígero, etc. (p.67-68).

E ser ou não o radical forma livre não me parece condição *sine qua*. Por que não poderá uma palavra (**introduzir**, p.ex.), ser constituída apenas de formas presas? Desde que haja uma série vocabular passível da técnica da comutação (como em **conduzir**, **produzir**, **reduzir**... da qual se pode depreender a base semântica **-duzir**, e, de outro lado, formações como **intrometer**, **introduzir**, que permitem a depreensão do elemento prefixal **intro-**), não vemos por que impugnar o processo da composição. Poderíamos até com Trnka falar em "base virtual" (p.61). Não custa lembrar que o nunca esquecido Mattoso Câmara Jr., em seu excelente *Dicionário de Filologia e Gramática*, verbete **PREFIXO**, considera três casos de análise descritiva na depreensão dos prefixos, o terceiro dos quais é o seguinte: "quando esse radical só é forma presa, mas constitui a base de duas palavras, pelo menos, com prefixos distintos (ex.: **colisão**, **elisão**)". É, de certo modo, assunto para rever.

A definição de palavra se vem demonstrando questão inextricável. Salientemos apenas que a palavra enquanto unidade lingüística não pode ser desterrada pelos teorizadores. O próprio Saussure não a afastou de plano. Chegou mesmo a dizer (pelo menos é o que se lê no *Cours*):

Il faudrait chercher sur quoi se fonde la division en mots – car le mot, malgré la difficulté qu'on a à le définir, est une unité qui s'impose à l'esprit, quelque chose de central dans le mécanisme de la langue; (1931: 154).

Maurice Pergnier, em seu estimulante livrinho *Le mot*, 1986, declara, nas últimas páginas:

Les considérations morphologiques et syntaxiques qui précèdent n'épuisent pas les raisons qui militent en faveur de la reconnaissance du mot comme unité de base de la grammaire, de préférence au sème² ou au syntagme. (111).

Talvez o melhor seja voltar à definição clássica de Meillet:

Un mot est défini par l'association d'un sens donné à un ensemble donné de sons susceptible d'un emploi grammatical donné. (*Linguistique Historique et Générale*, I, 1926: 30).

Na p.91, aludindo ao famoso diálogo **Crátilo**, de Platão, diz o A. justamente que o personagem Crátilo, que deu o nome ao diálogo, defendia o princípio da **physei** contra Hermógenes, partidário da **thései**. Mas acrescenta que "Sócrates, personagem do diálogo, corrobora a idéia de Crátilo", o que só em parte é exato, pois, na segunda parte do diálogo, Sócrates assume a posição de Hermógenes contra Crátilo, o que torna enigmática a sua atitude em face da contenda.

Na p.96, apresenta o A. como **-ia-** o suf. modo-temporal do pret. imperfeito do ind. dos verbos da 2ª e 3ª conj., acompanhando a análise de Mattoso Câmara Jr. Vê esse seu ponto de vista reforçado com a justificativa do pranteado lingüista patricio, exarada em *História e estrutura da língua portuguesa*, n.27 da p.148, nestes termos (cito apud): "Seria uma análise falsa considerar **-i** a vogal do tema e SMT a vogal **-a** porque os dois tempos passariam a se distinguir não pelo seu SMT mas pela presença ou ausência da vogal do tema" (nota 4).

Contra isso, objeto:

a) Essa justificativa só se aplica aos verbos da 2ª e 3ª conj., porque, na 1ª conj., o SMT é **va**.

b) **i** é realmente a VT, pois, se na 3ª conj. seria possível considerar a existência de crase: **parti ia > partiia** (partia), o mesmo não ocorre na 2ª conj., onde o que temos é **deve a > devia**, alteração morfonêmica normal (cfr. os verbos em **-ear, iar**).

c) Não há impedimento para que a caracterização temporal se faça por processo outro que o do SMT. O pret. perf. do ind. e o presente do mesmo modo, p.ex., ambos contêm um SMT zero; passam então a distinguir-se pelas desinências pessoais, que o pret. perf. as tem exclusivas. Cfr. **ama-s** e **ama-ste**.

d) Essa análise impede que se aproximem coisas diferentes. Assim, no verbo **ver**, existe alternância vocálica no radical, o que opõe o tema do presente (**VE-**) ao tema do pretérito (**VI-**), de onde os chamados verbos irregulares fortes. Obviamente essa alternância não se dá no pret. impf. ind. (tema do presente), onde o que houve foi alomorfia foneticamente condicionada.

Aliás, cumpre fazer distinção entre morfema cumulativo essencial e morfema cumulativo accidental. O primeiro é aquele que é por natureza, por assim dizer, cumulativo. É o caso, p. ex., da flexão verbal **-mos** que necessariamente indica a 1ª pess. (categoria da pessoa) do plural (categoria do número), ou o dos casos latinos, onde se acumulam o gênero, o número e a função gramatical. O mesmo, porém, não se dá com as desinências número-pessoais (não são modo-temporais) do pret. perf. do ind. que, por falta de sufixo modo-temporal, passam a caracterizar o tempo e o modo. Do mesmo passo, é o radical atemático do presente do subjuntivo que, em virtude da identidade do sufixo modo-temporal nos verbos de 2ª e 3ª conj., passa a caracterizar esse tempo.

Outras pequenas observações poderiam ser feitas, como a relativa à derivação regressiva, mas preferimos deter-nos aqui, a fim de dar do livro uma visão mais global.

Compõe-se o trabalho de três apartados: uma Introdução (Visão sincrônica; Caráter metodológico e simplificação do ensino da língua), uma Parte I (Aspectos

básicos de Morfologia: Conceito de morfema; Conc. de Vendryes, C. de Nida; C. de Mattoso Câmara; C. de Adrados; C. de Pottier; C. de Henri Frei; C. de Martinet), Tipos de morfema, O sintagma, A consciência lingüística do sujeito-falante, A palavra, e uma Parte II constante de cinco capítulos (número igual aos da Parte I), dedicados a Flexão e Derivação, a saber: Critérios de Varrão, Supletivismo, O grau dos substantivos e adjetivos, A derivação, A chamada derivação regressiva. Seguem-se Notas Complementares, Redução de palavras, Referências bibliográficas e Bibliografia.

Como dissemos de início, o Prof. Rolim de Freitas não se limitou ao aspecto puramente descritivo, mas procurou discutir e fundamentar a posição assumida. De leituras de quem sabe que é a teoria que orienta a prática; foi buscar inspiração em autores que puseram a Lingüística Geral em novas bases, tais como (inevitavelmente) Saussure, Trubetzkoy, Trnka, Hjelmslev, Jakobson, Martinet, Pottier, entre outros (noto, de passagem, que, na Bibliografia, o prenome de Henri Frei aparece escrito com y). Isso revela um autor que não se satisfaz com mera compilação, mas quer deixar em seu texto a marca de reflexões aturadas e pertinentes. A linguagem é clara, como convém numa obra didática, e o plano do livro revela visão segura e coerente do tema tratado. Justifica-se, portanto, o êxito de um trabalho como este, já em 3ª edição, coisa rara entre nós. Destinando-se particularmente a professores e alunos de cursos superiores de Letras, o compêndio cumpre exemplarmente as suas finalidades. As ligeiras observações que aqui deixamos, fizemo-las na esperança de que possam vir a ser de algum proveito em próxima edição.

NOTAS

1. "Enfin, c'est la parole qui fait évoluer la langue; ce sont les impressions reçues en entendant les autres qui modifient nos habitudes linguistiques. Il y a donc interdépendance de la langue et de la parole; celle-là est à la foi l'instrument et le produit de celle-ci." (*Cours*, 1931: 37)
2. O A. usa **sema** no sentido que Martinet dá a **monema**.

Sílvio Elia

Hans Dieter Bork. *Die lateinisch - romanischen Zusammensetzungen Nomen + Verb und der Ursprung der romanischen Verb - Ergänzung - Komposita*. Bonn, Romanistischer Verlag, 1990, 414 pp.

O distinto e operoso romanista do Romanisches Seminar da Universidade de Colônia, Alemanha, acaba de nos brindar com este excelente trabalho de pesquisa sobre o discutido assunto dos compostos latino-românicos formados de nome + verbo e da origem dos compostos românicos em que entram verbo + complemento. O livro é dedicado a dois mestres seus, Hubert Lenzen e Harri Meier; a este último, falecido em 7 de novembro de 1990, deve a língua portuguesa excelentes contribuições que foram lembradas num artigo *in memoriam* na seção *Na ponta da língua*, mantida no semanário *O Mundo Português*. Compõe-se o trabalho de sete capítulos através dos quais o Dr. Bork trata dos seguintes temas: Apresentação dos compostos românicos verbo + complemento (p. 11-41); Origem desses compostos românicos (p. 42-59); O testemunho românico medieval (p. 60-164); O inventário latino (p. 165-258); O patrimônio grego (p. 259-343); A formação dos compostos românicos verbo + complemento. Concluem o volume um Resumo (p. 385-387), uma abundante bibliografia (p. 388-414) e um apêndice com as abreviaturas mais comuns. O problema já vinha particularmente sendo estudado pelo autor desde 1969, quando escreveu uma bem pensada resenha ao livro do hispanista americano Paul M. Lloyd *Verb - Complement Compounds in Spanish*, Tübingen, 1968, estampada nas *Romanische Forschungen*, 81, p. 476-480. Daí até agora o Dr. Bork levantou um extenso e rico material de fontes e de estudos teóricos que lhe permitiu contraditar algumas opiniões que já se tornaram lugar-comum em trabalhos neste domínio da morfologia latina e românica. Uma primeira afirmação (*communis opinio*) contra a qual se insurge o Dr. Bork é dizer que o latim não conhecia o tipo de composto verbo + complemento, estabelecendo-se, assim, uma diferença fundamental entre o latim e as línguas românicas, pois se naquele o processo era desconhecido, nestas está vivíssimo. Apresenta o autor um extenso material lexical que o leva a substituir a tese por outra diversa: que tais compostos são documentados no latim pré-clássico e ainda em textos clássicos e "vulgares". Outra tese de Lloyd que o Dr. Bork se empenha em desfazer diz respeito ao nascimento dos compostos verbo + complemento, aparecidos para suprir o enfraquecimento dos compostos nome + verbo. Para o Dr. Bork ambas as construções coexistiram em latim. Quanto à possível origem dos compostos verbo + complemento (tipo ital. **parasole**, franc. **perce-neige**, esp. **quebrantahuesos**, port. **quebra-ossos**), pondo ênfase na já antiga aproximação das construções românicas (e latinas) com compostos gregos do tipo de *pheréoikos* 'que leva a casa consigo', isto é, 'nômade', o Dr. Bork insiste em que o grego não apenas serviu de inspiração a tais compostos, mas foi, na realidade, a fonte originária desse novo processo que teve tanta expansão no latim quanto comprova sua vitalidade nas línguas românicas.

No tocante ao material lexical do português (p. 116), especialmente do português antigo, lembra o Dr. Bork o quanto é escasso o levantamento feito para nossa língua em relação a suas irmãs românicas. Com base no *Dictionnaire chronologique portugais*, de Dieter Messner, recolhe pequena relação, e assim mesmo há alguns de duvidosa existência (p. 116-117), como **cobricarnis** e **tiratraguel**, o primeiro datado de 1330 e

o segundo do séc. XV. O livro do Dr. Bork resenha também questões muito discutidas nesta seara, como, por exemplo, se a forma verbal em tais compostos é um imperativo (que, posteriormente, perdeu o seu antigo valor para transformar-se quase num tema verbal), ou uma forma de 3ª pessoa do presente do indicativo ou, como pensava Pagliaro, um "puro tema verbale che affiora nella coscienza linguistica libero da qualsiasi elemento sintattico" (p. 22 e ss.). Nesta discussão, o autor assinala, com justiça, a antecipação de alguns indo-europeístas (Pott à frente) na determinação de alguns temas que ainda hoje estão em debate. No Prefácio do seu livro aponta o Dr. Bork que a tese central da presente investigação está formulada no § 34 do 2º capítulo e que um pequeno desenvolvimento da mesma se encontra na comunicação ao XVIII Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas (Trier, 1986), que não tinha saído à época (agosto de 1989), mas que agora se acha estampado, em francês, no vol. III das *Actes* (Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1991, p. 61-67). Por fim, cumpre-nos dizer que estamos diante de obra levada a cabo com a seriedade e competência que todos reconhecem na produção científica do Dr. Hans Dieter Bork, trabalho que passa a ser de consulta obrigatória a quem desejar enfronhar-se nas questões relacionadas com a composição nas línguas românicas, algumas das quais, ainda à espera de novos pesquisadores.

Evanildo Bechara

NOTICIÁRIO

O Liceu Literário Português, em cumprimento de seu calendário cultural, realizou, no primeiro semestre deste ano de 1991, as seguintes palestras tradicionais das segundas-feiras: **A língua portuguesa fator político da unidade nacional**, pelo Prof. Dr. Ovídio Gouveia da Cunha; **O português quinhentista**, pelo Prof. Dr. Gladstone Chaves de Melo; **Camões e a língua portuguesa**, pelo Prof. Dr. Leodegário Amarante de Azevedo Filho; **A língua portuguesa e os meios de comunicação no Brasil**, pelo Prof. Dr. Aluísio Ramos Trinta; **A língua portuguesa no tempo da monarquia filipina**, pelo Prof. Dr. Sílvio Elia; **Curiosidades da sintaxe portuguesa**, pelo Prof. Dr. Olmar Guterres da Silveira; **Uma norma gramatical para o português do Brasil**, pelo Prof. Dr. Adriano da Gama Kury, e **A renovação da língua portuguesa no século XVIII**, pelo Prof. Dr. Evanildo Cavalcante Bechara.

No segundo semestre proferiram-se as seguintes palestras, nos meses de agosto a outubro: **Benjamim Constant – vida e obra**, pelo Coronel Elber de Mello Henriques; **D. Pedro I e o chalaça**, pelo Prof. Marcos Ribeiro Corrêa; **Centenário de nascimento de Melchíades Picanço**, pelo Dr. Aloysio Tavares Picanço; **O Pensamento de Jackson de Figueiredo**, pelo Prof. José Arthur Rios; **Uma leitura de Antero de Quental**, pelo Prof. Antonio Basilio Rodrigues; **Pedro II e a cultura brasileira**, pelo Acadêmico Francisco Silva Nobre; **A encíclica "RERUM NOVARUM" e a comunidade luso-brasileira**, pelo Monsenhor João Victoriano Barreto de Alencar; **A contribuição de Epifânio Dias para o progresso da filologia clássica e filologia portuguesa**, pelo Prof. Evanildo Cavalcante Bechara; **Raul Machado – o poeta**, pela Dr^a Lúcia Regina Franca de Lucena; **Francisco Campos – jurista e político**, pelo Prof. Francisco dos Santos Amaral Neto; **O jornalista Elmano Cardim**, pelo Prof. Fernando Segismundo Esteves; **Aspectos dominantes na Poesia de Fagundes Varela**, pela Prof^a Clara Sylvia Antunes Dantas; **A constituição de 1891**, pelo Prof. Sylvio Augusto de Bastos Meira.

Essas reuniões são promovidas pelo Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, dirigido pelo Prof. Dr. Ovídio da Cunha, que tem como Diretor Cultural o Dr. Kepler Alves Borges. As palestras se realizam semanalmente na sede do Instituto, sita na rua Senador Dantas nº 118, 1º andar, às 17h 30m. As inscrições para os cursos são gratuitas.

O Prof. Dr. Wido Hempel, diretor da conhecida revista alemã *Romanische Forschungen*, especializada em línguas e literaturas românicas, pensou em comemorar a saída da centésimo volume da publicação – iniciada em 1883 – com artigos que contassem da origem, da história e do perfil de algumas revistas da especialidade, em plena atividade e com mais de 10 anos de existência. Encaminhou, neste sentido, circular à direção de 59 tradicionais órgãos da especialidade, os quais responderam ao convite tratando do tema proposto. Folheando o volume 100 das *Romanische Forschungen* é

que se sente o quanto o Brasil está ainda longe de respirar, nesta seara da Ciência, uma atmosfera verdadeiramente universitária, já que é na manutenção periódica de uma revista de bom nível que uma instituição se impõe às suas congêneres nacionais e estrangeiras. Investigadores de talento temos espalhados por este imenso país, mas não existe uma firme intenção política de apoio permanente a essas iniciativas, de modo que muitas boas universidades ficam sem voz que transponha os limites de seus muros. É bem verdade que saem **papers**, trabalhos terminais, dissertações e teses que ficam quase sempre nas prateleiras dos departamentos e das bibliotecas, quando não nas gavetas de burocratas dos órgãos da administração central. Não se está em dia com ciência senão através das revistas. Temos tido idealistas que levam avante seu entusiasmo e contaminam seus colegas; porém sem o apoio decisivo e honesto das agências de fomento a pesquisas, não se sairá dos três primeiros números, se os moveu, realmente, profundo entusiasmo. Temos tido no Brasil revistas com colaborações que não ficam a dever às enumeradas no volume 100 da publicação alemã: são raras exceções, que confirmam a regra. E tampouco a língua e as literaturas de língua portuguesas deixam de oferecer extraordinário campo de investigação, haja vista que algumas revistas estrangeiras constantes do elenco selecionado pelo Dr. Wido Hempel se destinam particularmente a estes estudos, como a *Iberomania* e a *Luso-Brazilian Review*. A ciência de nossa especialidade em língua portuguesa está representada pela *Revista Portuguesa de Filologia* e o relatório sobre ela coube à competente Prof^a Dr^a Clarinda de Azevedo Maia, então diretora do Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras de Coimbra. Começa a Dr^a Clarinda por ressaltar o quanto a RPF deve à competência e entusiasmo do seu fundador e até hoje único diretor, o Prof. Dr. Manuel de Paiva Boléo. Iniciada em 1947, conta hoje com 19 volumes publicados e 7 suplementos. Estabelece permuta com cerca de 230 revistas congêneres em 30 países. Em todos estes anos de existência, a RPF tem guardado o perfil traçado pelo seu diretor no volume inicial, mantendo-se fiel aos domínios a que dedicaria particular atenção: "(...) uma publicação periódica destinada ao estudo científico da língua portuguesa, sempre que possível nas suas relações com os idiomas irmãos. Sendo assim, também nela terão cabimento artigos e críticas sobre outras línguas, ou temas românicos de caráter geral, desde que se relacionem com o português ou ofereçam para nós interesse informativo ou metodológico. Embora possa publicar trabalhos sobre fonética, morfologia, sintaxe e estilística, dedicará especial atenção à lexicologia, ao onomástico, à toponímia, à dialectologia e à geografia lingüística (...) Consagrará ainda lugar importante à etnografia, na medida em que interessa à lingüística. Sem pôr de lado a parte espiritual, o folclore, dirigirá o seu interesse particularmente para o aspecto material, para o conhecimento dos objetos (traje, alfaias agrícolas, instrumentos náuticos e piscatórios, etc.), nas suas relações com as palavras" (I, tomo I, 1947, p. III-IV).

Um ponto alto da RPF, além dos artigos, são as diversas seções de registro bibliográfico e recensões críticas, que põem o leitor a par do movimento científico nos principais centros de investigação e produção científica no campo das ciências da linguagem e disciplinas afins. Preciosos são ainda os seus índices que elencam os assuntos e as palavras que foram objeto de tratamento especial

A RPF é o exemplo vivo da inteligência e pertinácia desse gigante de trabalho e organização, que é o Dr. Manuel Paiva Boléo, que soube, ao lado de mestres

conspícuos, forjar uma plêiade de discípulos a quem estão hoje confiados os destinos da Universidade de Coimbra.

Desde cedo a RPF conquistou a confiança do mundo científico especializado e notáveis mestres estrangeiros foram e têm sido seus colaboradores assíduos.

Tão frutuosa iniciativa está a merecer o empenho dos atuais e dos mais jovens talentos que a Universidade de Coimbra congrega no sentido de prosseguir, ao lado do seu diretor, um dos mais representativos marcos da vida e da cultura universitárias de Portugal.

O falecimento do Prof. Dr. J. J. van den Besselaar, ocorrido aos 20 de junho último, privou a Filologia Portuguesa, a História da Cultura Portuguesa e os estudos humanísticos em geral de um dos seus mais ilustres e devotados cultores no estrangeiro. José van den Besselaar nasceu em Valkenswaard, na Holanda, aos 17 de março de 1916, matriculando-se, depois dos estudos secundários, na Universidade Católica de Nimega para cursar Línguas e Literaturas Clássicas, tendo obtido o diploma de licenciatura em 1940. Os dias difíceis que a Segunda Guerra Mundial trouxe à Europa, particularmente, só permitiam que o Prof. Van den Besselaar defendesse sua tese sobre Cassiodoro, concluída em 1943, depois de terminado o conflito, em 1945, constituindo-se no primeiro doutoramento realizado na Universidade Católica de Nimega, depois de sua reabertura. Nesse meio tempo, casou-se com D. Ans van der Kallen, que passou a ser sua companheira e conselheira constante e dedicadíssima de todos os momentos. Começou seu magistério secundário lecionando línguas clássicas até que, em 1950, iniciou nova fase de sua vida quando, em janeiro, embarcou para o Brasil para ocupar as funções de reitor num liceu a ser inaugurado na colônia agrícola holandesa Holambra, no Estado de São Paulo. Não sendo viável a concretização desse projeto, o Prof. Van den Besselaar tornou-se docente de latim e grego nos bispado de Campinas e logo depois na Faculdade de Letras "Sedes Sapientiae" da PUC-S. Paulo, ministrando aí também Introdução à História e depois Filosofia da História, de cujo ensino sairia o livro *Introdução aos Estudos Históricos*, muitas vezes reeditado e até hoje considerado um clássico no assunto. Ainda neste campo escreveu *As Interpretações da História através dos Séculos* (2 vols., 1957-1958). Foi um dos fundadores da Associação de Estudos Clássicos, de São Paulo, onde, além de colaborador, exerceu as funções de redator do *Boletim*, revista que a Associação publicou durante alguns anos. Pertenceu ao grupo de professores fundadores da Faculdade de Letras e Filosofia de Assis (1959), lecionando aí Filologia Latina, de cujo magistério resultou uma excelente sintaxe latina, *Propylaeum Latinum* (2 vols., São Paulo, Herder, 1961) cuja 2ª ed. se espera com ansiedade. Em 1960 retorna ao país natal e aí é nomeado, primeiramente, professor de línguas clássicas e, em 1967, se transfere para Nimega e lhe é atribuída a cadeira de Língua e Literatura Portuguesa, posto que ocupou até sua jubilação, em 1984. Desenvolve à frente de sua cátedra magistrais estudos sobre Vieira, o sebastianismo e Bandarra, temas em que se revelou mestre de reconhecida competência internacionalmente. Como exímio conhecedor do português, idioma que manejava com perfeição e

que escrevia com candente estilo, publicou, em holandês, uma gramática de nossa língua, já em 4ª edição, e que mereceu extensa resenha num dos números da revista *Linguagem*, editada pela Universidade Federal Fluminense. Além de muitos livros e numerosos artigos sobre seus temas preferidos, deve-se-lhe uma edição do *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*, escrito pelo Padre Antônio Vieira, vinda à luz na Alemanha, em dois volumes, pela famosa Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1976, seguida de uma **editio minor** saída pela Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1983. Foi professor visitante ou conferencista nas universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte, entre outras mais. Na sua última estada entre nós ministrou, em julho de 1990, curso de Filologia Românica e Filologia Portuguesa na Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, no Rio de Janeiro.

Pouco antes de ser colhido pela enfermidade que o levaria ao túmulo, concluiu um livro original intitulado *As Palavras Têm sua História* e que está à espera de um editor competente.

À época de sua jubilação, proferiu a última aula na Universidade Católica de Nímega sobre "Antônio Vieira e a Holanda" e, na oportunidade lhe foi oferecida uma miscelânea em sua homenagem – *Forum Litterarum*, com colaboradores de vários países.

Seu amor ao Brasil e Portugal o fazia sempre visitar, com a querida esposa, estes países – amor que transmitiu ainda à filha Teresa, ao genro e aos netos – onde, pela profundidade de sua cultura humanística, pela prosa encantadora, pelo calor humano e pela amizade sincera, conquistou numerosos amigos que guardam dele a lição de Mestre, e a saudade profunda de sua ausência.

No dia 22 de junho último, faleceu em sua cidade natal, no Rio de Janeiro, o Prof. Dr. Carlos Henrique da Rocha Lima. Veio à luz no dia 22 de outubro de 1915, tendo, pois, vivido quase setenta e seis anos de uma vida dedicada ao trabalho, à família, ao estudo e ao convívio estimulante com os amigos, a quem tanto queria e que tanto lhe queriam. Despediu-se deste mundo durante uma palestra no Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, quando lhe começou a faltar o alento com que erguia a voz para mais uma vez exaltar as galas e virtudes da língua portuguesa, refletidas num poema de Manuel Bandeira. A morte encontrou-o falando de seu poeta preferido na casa do prosador cuja excelente vernaculidade exaltou na tese sobre *Oração aos Moços*: Rui Barbosa.

O ilustre Mestre nos deixou trabalhos de muito boa doutrina – estão aí as sucessivas edições de sua *Gramática normativa* – onde transparecem também os seus dotes de excelente professor de sala de aula, que inoculava nos alunos o amor do idioma pátrio. *Confluência* dedicará seu próximo número à memória de Rocha Lima como justo preito de admiração ao ilustre mestre que ofereceu toda sua vida e inteligência a ensinar, exaltar e enobrecer a língua portuguesa.

De 22 a 26 de julho último, realizou a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, de que é Presidente o Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, o seu XXXIII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura.

Nesse Congresso foi especialmente homenageado o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de Lisboa, pelo transcurso do 10º aniversário de sua fundação, na pessoa do jornalista Dr. José Carlos de Vasconcelos, que o dirige. A homenagem consistiu na entrega ao Dr. José Carlos de Vasconcelos da Medalha Oskar Nobiling, destinada a distinguir o mérito cultural dos seus agraciados. Saudou o homenageado o escritor Jacinto Rego de Almeida.

Compôs-se o Congresso de duas mesas-redondas, uma sobre a "Moderna Poesia Portuguesa" e outra sobre o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa" e de sete reuniões plenárias, abertas ao debate do auditório, sobre os seguintes temas: "Atuais Dimensões da Lingüística, Atuais Dimensões da Teoria da Literatura, O Céu em Lisboa, a História e a Moderna Ficção Portuguesa, Os Celtas e a Literatura do Ocidente Medieval, Camões e a Ode da Brevidade da Vida, As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa". Compareceram muitos ilustres professores de Letras, dentre os quais Mônica Rector, Aluizio Ramos Trinta, Luiz Marques de Souza, Luís César Feijó, Sílvio Elia, Jairo Dias de Carvalho, Antônio Houaiss, Gladstone Chaves de Melo, Evanildo Bechara, Antônio Basílio Rodrigues, Sérgio Mendonça, Pedro Lyra, Antônio Martins de Araújo, Helena Parente Cunha, Nadiá Paulo Ferreira, Maria do Amparo Tavares Maleval, Raquel Marques Villardi Miranda, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, Luísa Trias Folch e vários outros não menos ilustres, dentre expositores e debatedores.

A Université Rennes II Haute Bretagne, França, promoveu, pelo Departamento de Português, no período de 13-14 setembro do corrente ano, um Colóquio que teve por tema central "O Sertão". Foram focalizados três tópicos: 1- O Mítico e a História (abordagem teórica), 2- Sertão: Realidade, Mito e Ficção, 3- Traduzir o Sertão. Coordenaram o Colóquio Sílvia de Menezes Leroy e Jean-Michel Massa. Os trabalhos de pesquisa iniciados neste Colóquio inserem-se no âmbito de um projeto comum entre a Université de Rennes e a Universidade Federal da Paraíba e prosseguirão em 1992, com um segundo encontro no Brasil.

Realizou-se, na Universidade de Santiago, Espanha, o I Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas, no período de 19 a 21 de setembro. O Congresso teve a promoção das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal e o patrocínio do Ministério de Educação e Ciência Espanhol e da Fundação Europeia Viqueira, e se fez em homenagem aos professores Celso Cunha, brasileiro, Rodrigues Lapa, português, e Carvalho Calero, galego, todos saudosamente desaparecidos. O Congresso, que desde

cedo contou com a adesão de numerosos mestres espanhóis, portugueses e brasileiros, visava, segundo os seus organizadores, a "um futuro melhor da Lusofonia toda, nos domínios lingüístico-educativos e literários, em que intelectuais diversos debateriam livremente a realidade social, a cultura, a língua e a literatura lusófonas em sociedades em processo de mudança, quer na chamada Lusofonia européia (Galiza-Portugal), americana (o Brasil) e africana (os PALOPS: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) além dos enclaves de Ásia e Oceania em que se fala a nossa língua".

Realizou-se em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, de 15 a 18 de outubro do ano em curso, o III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética (os dois anteriores decorreram em São Paulo). O Encontro compôs-se de três secções: a) Comunicações; b) Mesas-Redondas; c) Curso sobre **Arquivo: importância e possibilidades de exploração**, ministrado pela Prof^a Yedda Dias Lima, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Abriu os trabalhos o Prof. Dr. José Aderaldo Castelo, Professor Titular (aposentado) da Universidade de São Paulo e um dos homenageados do Encontro (os três outros homenageados foram os professores Antônio Houaiss, José E. Mindlin e Milton Paiva). O Prof. Aderaldo Castelo dissertou, com a segurança de sempre, sobre **Pesquisa e Historiografia na Literatura Brasileira**.

As mesas-redondas foram três e versaram os seguintes temas: **Estudos filológicos, Estudos genéticos e Práticas de edição**. As comunicações, numerosas, contaram com a participação de professores de várias universidades brasileiras. Na impossibilidade de enumerá-las a todas e a seus autores (o Encontro distribuiu um opúsculo com o resumo das comunicações apresentadas), daremos uma idéia geral do seu perfil ecdótico. Do Rio de Janeiro, p. ex., podemos destacar a equipe orientada pelo Prof. Edwaldo Cafezeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (que, por motivo de saúde, não pôde comparecer), a qual explora as seguintes linhas de pesquisa: **Memória da Dramaturgia Brasileira e Tradição manuscrita e/ou impressa de textos brasileiros dos séculos XVI e XX**. De São Paulo, tivemos a equipe da **Associação de Pesquisadores de Manuscritos Literários**, a cuja frente se encontra o Prof. Philippe Willemart, da Universidade de São Paulo. A Bahia esteve muito bem representada pela Prof^a Rosa Virgínia Mattos e Silva, da sua Universidade Federal, a quem já se deve valiosa contribuição aos estudos filológicos. A Universidade Federal da Paraíba, anfitriã do Encontro, concorreu com equipe luzida e atuante, como era de esperar. Difícil ressaltar nomes numa Universidade, cujo Departamento de Letras conta com professores da expressão de uma Linalda da Arruda Mello, Neroaldo Pontes de Azevedo, Elisalva da Fátima Madriga, Marilene Carlos do Vale Melo, Idelette Muzart Fonseca dos Santos, só para exemplificar. Menção especial cabe ao Prof. Dr. Milton Paiva, Professor de Língua Portuguesa e antigo Reitor da Universidade, figura maior do corpo docente e emérito por todos os títulos, que, apesar de saído recentemente de delicada operação cirúrgica, que lhe restituiu a saúde, fez questão de estar presente e prestigiar o Encontro. O Prof. Sílvio Elia, da Universidade Federal Fluminense (aposentado),

participou da mesa-redonda sobre Estudos Filológicos e representou no Encontro o Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, de cuja Diretoria faz parte.

Coordenou o Encontro a Prof^ª Sônia Maria van Dijck Lima, da Universidade Federal da Paraíba, a quem se deve o inegável êxito da reunião e sua modelar organização.

No dia 23 de novembro do ano findo, promoveu o Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro uma mesa-redonda sobre a atualidade da cultura galega, a qual se realizou no auditório da Unidade Sul do Colégio Pedro II, sita na rua Humaitá nº 80. Foi expositora a Prof^ª Teresa Fandinho Barreiro, professora liceal em A Corunha, ora em visita cultural ao Brasil, como enviada pela Xunta da Galiza. Participaram da mesa-redonda os professores Gladstone Chaves de Melo (Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português), Leodegário A. de Azevedo Filho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Maria do Amparo T. Maleval (Universidade Federal Fluminense), sob a coordenação do Prof. Sílvio Elia, Presidente do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro. As intervenções incidiram principalmente sobre as perspectivas de consolidação da língua galega, como língua de cultura no domínio lingüístico galego-português. Tanto a exposição quanto os esclarecimentos prestados pela professora visitante muito contribuíram para o melhor conhecimento do **status** presente do idioma galego e das suas possibilidades de **performances** futuras.

No dia 07 de dezembro do ano findo, realizou o Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro a sua última reunião de estudos de 1991. Foi expositor o Prof. Evanildo Bechara, que se ocupou com o tema **Semântica diacrônica**. Seguro como sempre e muito didático, o Prof. Bechara fez clara síntese do pensamento lingüístico do Prof. Eugenio Coseriu, catedrático recentemente aposentado da Universidade de Tübingen, Alemanha, fundamentado numa visão estruturalista funcional da Semântica, ao contrário da posição geralmente adotada pelos estruturalistas americanos, predominante formalista.

O Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense fez realizar, de 11 a 13 de dezembro do ano findo, sob a coordenação da Prof^ª Maria do Amparo Tavares Maleval, umas **Jornadas de Cultura Galega**. A programação, rigorosamente cumprida, compreendeu palestras sobre os seguintes temas: **Trovadorismo galego-**

português, Aspectos lexicográficos e sintáticos do galego, Ressonâncias galegas na literatura brasileira, além de uma mesa-redonda em torno de questões de sociolinguística relativas ao galego, um recital de poesias e um vespéral poético-musical de temas galegos. Participaram das **Jornadas** os professores Maria do Amparo T. Maleval, Gladstone Chaves de Melo, Leodegário A. de Azevedo Filho, Sílvio Elia, Anita Alvarez Parada, Miriam da Mata Machado, Maximiano de Carvalho e Silva, Dalma Nascimento; os escritores Reinaldo Valinho Alvarez, Arino de Matos, Mauel Jorge Harrison, Mônica Faria Fernandes; e, **last but not least**, a professora galega de A Corunha, Teresa Fandinho Barreiro, que acabava de ministrar um curso na UFF sobre a literatura galega, com excepcional e seleta audiência.

A Academia Brasileira de Letras, por unanimidade, conferiu ao Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Dr. Antônio Gomes da Costa, a Medalha Machado de Assis. A sessão solene para entrega da Medalha foi realizada no dia 19 de dezembro último. Agradecendo a concessão da honraria, declarou o Dr. Antônio Gomes da Costa que, por seu intermédio, a Academia estava ratificando os laços de amizade que unem portugueses e brasileiros e os esforços que empreendem para o aprofundamento das relações culturais e sociais entre os dois países.

Será realizado, no próximo ano, de 6 a 11 de abril, em Zurique, Suíça, o **XXº Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas**, iniciativa da Sociéte de Linguistique Romane. O Congresso se estruturará em torno de oito seções, que versarão os seguintes temas: 1- A frase; 2- Análise da conversação; 3- A fragmentação lingüística da Romania (Pré-história e emergência das línguas românicas); 4- Tipologia das línguas românicas; 5- A situação lingüística na Suíça; 6- Lexicografia; 7- A poesia lírica românica (sécs. XII e XIII); 8- A arte narrativa nos séculos XII e XIII. O Congresso terá a presidi-lo o Prof. Robert Martin, Presidente da Sociéte de Linguistique Romane.

Repercutiu dolorosamente em nossos meios universitários a notícia do falecimento do eminente filólogo português Luís Filipe Lindley Cintra, aos sessenta e seis anos de idade.

Catedrático da Universidade de Lisboa, a sua trajetória no magistério foi das mais luminosas e dignificantes. Desde cedo, nele se revelou o amor pelo estudo e a sede do conhecimento. Aluno do Liceu Camões, concluiu o curso com o grau máximo de

vinte valores. Licenciou-se em Filologia Românica, na Faculdade de Letras de Lisboa, com a tese *O ritmo na poesia de António Nobre* (1946). Doutorou-se em Letras com a magistral dissertação *Crônica Geral de Espanha de 1344* (1951-1961), edição crítica do texto português, trabalho para o qual teve a orientação de um dos maiores filólogos de todos os tempos, o espanhol D. Ramón Menéndez Pidal, que nunca poupou louvores ao seu excepcional discípulo. *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, 1ª ed. 1959, contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII, foi a sua notável dissertação para obtenção do título de Professor Extraordinário da Faculdade de Letras de Lisboa, da qual se tornou Catedrático em 1962. O Prof. Lindley Cintra participou ativamente da vida cultural universitária, esteve várias vezes entre nós e chegou a ministrar um curso na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colaborou em várias publicações de sua especialidade e foi presença requestada e valiosa em numerosos congressos, simpósios, colóquios nacionais e internacionais. Professor exemplar, era vivamente admirado e querido por seus alunos e colegas. Inexplicavelmente não se viu eleito Reitor de uma Universidade de que se tornara autêntico símbolo. No Brasil encontrou um amigo fraterno na pessoa do professor Celso Ferreira da Cunha, infelizmente também já desaparecido, com quem escreveu, de mão comum, uma *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Cidadão íntegro, mestre sábio e amigo de quantos, em suas pegadas, devotam-se aos estudos filológicos e lingüísticos, nele David Mourão-Ferreira, que disse um pouco, à beira de sua derradeira morada, da pungente saudade dos que ali se tinham ido despedir do velho amigo, sentiu "um halo de humaníssima santidade". E realmente assim foi Lindley Cintra: sábio, bom, digno, cidadão amorosamente fiel à pátria portuguesa.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ÁLVARO FERDINANDO DE SOUSA DA SILVEIRA (1883-1967). Professor Catedrático da antiga Escola Normal do Distrito Federal, Catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Distrito Federal e depois da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, e um dos mais reputados filólogos brasileiros.

ANÍBAL PINTO DE CASTRO. Professor Catedrático da Universidade de Coimbra e Diretor da Biblioteca Central da Universidade de Coimbra.

ANTENOR NASCENTES (1886-1972). Professor Catedrático do Colégio Pedro II e da antiga Faculdade de Filosofia do Estado da Guanabara, lexicógrafo, dialectólogo, romanista.

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português, Vice-Presidente do Real Gabinete Português de Leitura, Presidente do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

EDITH PIMENTEL PINTO. Professora Titular aposentada da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade do Estado de São Paulo. Tem vários livros publicados e numerosos artigos de sua especialidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de Graduação e Pós-Graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Souza Marques.

GILBERTO MENDONÇA TELES. Professor Titular de Literatura Brasileira dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da PUC-Rio de Janeiro, autor de livros de sua especialidade.

GLADSTONE CHAVES DE MELO. Professor Titular aposentado de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ, do Instituto de Letras da UFF e da Faculdade de Letras da PUC-RJ; professor visitante da Universidade de Coimbra e da Universidade de Tübingen (Alemanha). Autor de vários livros sobre Lingüística, Filologia e Estilística da Língua Portuguesa.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) do Instituto de Letras da UFF. Ex-diretor do Instituto de Letras da UFF e do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Membro da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro. Autor de várias obras de sua especialidade.

OLGA ZSOLDOS. Professora no Instituto de Línguas da Universidade de Ciências Econômicas de Budapeste e Doutora em Filologia Luso-Espanhola.

PAUL TEYSSIER. Professor da Universidade de Paris-Sorbona. Professor Visitante de várias universidades européias. Autor de livros de extrema importância, como *La langue de Gil Vicente* e o recente *Manual de língua portuguesa – Portugal e Brasil*.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALTER KEHDI. Professor Assistente-doutor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos da sua especialidade.

VITTORIO BERGO. Professor aposentado de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, autor de vários livros e artigos de sua especialidade.